UFAL

FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

A ESTRUTURA INTERNA DOS PRONOMES PESSOAIS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Danniel da Silva Carvalho

Universidade Federal de Alagoas
Campus Aristótelis Calazans Simões
Tabuleiro do Martins
57072-970 – Maceió – Alagoas
fone: (082) 3214 1640/ 3214 1463

Danniel da Silva Carvalho

A ESTRUTURA INTERNA DOS PRONOMES PESSOAIS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Danniel da Silva Carvalho

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Lingüística do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas

Orientadora: Profa. Dra. Maria Denilda Moura

Co-orientador: Prof. Dr. David Adger

MACEIÓ
2008

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

C331e Carvalho, Danniel da Silva.
A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro / Danniel da Silva Carvalho. – Maceió, 2008.
154 f.

Orientadora: Maria Denilda Moura.
Tese (doutorado em Letras e Lingüística: Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Maceió, 2008.

Bibliografia: f. 147-154.

1. Lingüística. 2. Língua portuguesa – Concordância. 3. Língua portuguesa – Sintaxe. 4. Lingüística – Teoria do caso. 5. Traços-phi – Subespecificação. I. Título.

CDU: 806.90-563/-564

DANNIEL DA SILVA CARVALHO

A ESTRUTURA INTERNA DOS PRONOMES PESSOAIS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Lingüística do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: _____
Profa. Dra. Maria Denilda Moura
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, UFAL

_____
Profa. Dra. Ilza Maria de Oliveira Ribeiro
Departamento de Fundamentos para os Estudos das Letras, UFBA

_____
Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante
Centro de Educação, UFAL

_____
Prof. Dr. Aldir Santos de Paula
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, UFAL

_____
Profa. Dra. Núbia Rabelo Bakker Faria
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, UFAL

Maceió, 24 de novembro de 2008

Esta pesquisa foi parcialmente
financiada por uma bolsa CAPES.

Para o André,
que me ajudou a reescrever
a palma da minha mão

Agradecimentos

No percurso feito para o desenvolvimento deste trabalho, tive muita sorte de poder contar com pessoas sem as quais nada disso teria sido possível. Quero começar pelos agradecimentos "lingüísticos".

Meu maior débito acadêmico é para com minha orientadora, Professora Maria Denilda Moura. Sempre pronta a me ouvir e sempre disposta a me ajudar independentemente do problema que surgisse, Denilda sempre foi uma fonte de inspiração e encorajamento. Muitas das idéias apresentadas aqui são fruto de inúmeras discussões em sua sala, na Universidade Federal de Alagoas, ou em sua casa, onde sempre me recebe incondicionalmente e que muitas vezes serviu como "biblioteca" para minha pesquisa bibliográfica. Além da generosidade acadêmica, que sem medo, posso afirmar que é raríssima, houve (e há, sempre) a generosidade como pessoa, a amizade, que surgiu ainda no meu engatinhar no PET letras da UFAL. Por tudo isso e muito mais, meu muitíssimo obrigado.

Também sou infinitamente grato ao Professor David Adger, que me acolheu na Queen Mary, University of London durante meu estágio de doutoramento nesta instituição. David aceitou a dura missão de converter um brasileiro que só tinha dúvidas a oferecer num doutor em Lingüística. Não foi nada fácil. Para ambos! Minhas limitações lingüísticas (em todos os sentidos) desafiaram sua paciência. Mas, acredito que as duras sessões de orientação e as apresentações que me submeti no LingLab da Queen Mary resultaram num amadurecimento acadêmico que só foi possível por causa de tais circunstâncias. Isso também é devido as suas críticas de fato contrutivas, sempre com um sorriso no rosto e palavras de coragem.

Sou imensamente grato também a minha amiga e companheira de percurso (acadêmico e de vida), Dorothy Brito. Sem Dorothy não teria sobrevivido nem ao primeiro ano da graduação. Sempre disposta e fiel, enfrentamos tudo lado a lado, e, claro, rindo de todos os problemas. Pelas noites em claro estudando, revisando as inúmeras versões de tudo que fazíamos, conversando bobagem, pela fé em mim depositada, por toda a ajuda, por tudo, ameca, te dedico.

Ao Jair. Jair não, Professor Doutor Jair Gomes de Farias, em quem muito me inspirei para chegar até aqui. Desde meu ingresso no PET Letras e seu ingresso no curso

de mestrado, somos inseparáveis amigos para toda hora. Pelas leituras severas dos meus textos e pelas comemorações homéricas de qualquer coisa, obrigado menino.

À Professora Ilza Ribeiro, pelos textos enviados, pelas leituras dos meus textos e sugestões dadas, tanto na minha banca de qualificação quanto em encontros extra-oficiais, seja em Maceió ou em Salvador.

À Claudinha e à Miriam, pelas conversas intermináveis e divertidíssimas sobre tudo, inclusive sobre a tese.

À Anja, à Ruth, ao Olie e à Chiara, da Queen Mary, em Londres, pelo apoio e pelas discussões teóricas, além, claro, da amizade que surgiu dessa convivência.

Aos Professores Paul Elbourne, Daniel Harbour e Justin Fitzpatrick, por me esinarem como uma discussão acalorada pode ter resultados incríveis.

Ao Adeilson, ao Marcelo, ao Rafa e à Manu, meu muito obrigado pelo companheirismo e pela cumplicidade nesses anos de UFAL.

À Telma Magalhães, em quem vi uma grande amiga.

Ao Professor João Costa, que me deu o encorajamento que faltava para a conclusão deste trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFAL que me ajudaram no decorrer deste trabalho, em especial à Núbia e ao Aldir, por também aceitarem fazer parte da banca examinadora em diversas etapas deste trabalho.

À Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante pelas contribuições que deu em todas as suas participações nas bancas examinadoras de meus trabalhos.

À CAPES, pelo apoio que vem desde o mestrado e culminou com a bolsa PDEE, que possibilitou meu amadurecimento acadêmico em meu estágio em Londres.

A todos os meus colegas do curso de Pós-Graduação.

Ao Judson, da Biblioteca da Pós, por ele existir.

À Inês, secretária eficientíssima da Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFAL.

Ao Erivaldo, que me mostrou que computadores podem ser amigos.

Também tenho um enorme débito “extra-lingüístico”.

Agradeço primeiramente ao André, que durante todos esses anos me deu apoio incondicional em tudo, tudo mesmo. Bem, não é à toa que dedico a ele esta tese...

À Ana, minha Ana, sem a qual estaria faminto e mulambento.

Não poderia deixar de lado minha família. A minha mãe, Goretti, que, de um jeito que é só dela, me deu apoio e amor. Ao meu pai, Marinaldo, que tanto quis um filho doutor. À toda minha família e em especial à vó Ritta que me apoiou como só uma avó coruja apóia. Ao Petrúcio (in memoriam), à Telma, à Anne, à Maria Luiza, enfim, a toda família Rebelo, pela amizade e carinho.

Ao Norbert, ao Beto, ao Marcelo, ao Doug e ao Michel que me deram uma ajuda imprescindível quando eu mais precisei.

Ao Stevie que foi quase um "livro de auto ajuda" enquanto eu estava só em Londres.

Enfim, a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado, meu muito obrigado.

forma deforma
não há liberdade sem mudança

AR

Resumo

Nesta tese, desenvolvo um estudo lexico-sintático sobre a estrutura interna dos pronomes pessoais em Português Brasileiro (doravante PB), visando investigar quais são os traços formativos do pronome em PB e sua relação com o fenômeno do sincretismo. Empiricamente, apresento uma descrição da estrutura interna dos pronomes pessoais em PB, mostrando que os tradicionais traços φ (*pessoa*, *número* e *gênero*) componentes destes pronomes são na verdade elementos categoriais que comportam traços mais elementares os quais definem tanto o conteúdo quanto a forma do pronome. Estruturas componentes mais atômicas das categorias *pessoa, número* e *gênero* são capazes de descrever satisfatóriamente o paradigma pronominal em PB. Assim, os diferentes pronomes (e os papéis que eles desempenham na sintaxe) podem ser descritos através de sua composição interna, compreendendo alguns traços, como [SPECIFIC], por exemplo, outrora considerados externos ao conjunto de traços φ. Teoricamente, defino quais são estes traços formativos mais elementares que compõem o pronome, como esta composição é feita e quais são seus reflexos sintáticos. Para tal, adoto uma geometria de traços desenvolvida com bases nas propostas de Harley & Ritter (2002) e Béjar (2003). Assumo, portanto, que os traços formativos do pronome seguem uma hierarquia e esta se dá com bases na subespecificação. A proposta de uma teoria φ, de Béjar (2003; 2008), suporta adequadamente a composicionalidade pronominal desenvolvida para o PB. Da mesma maneira, uma decomposição das categorias de Caso é feita como uma solução ótima para a configuração de Caso, levando em conta principalmente evidências de línguas como o inglês e o PB, que apresentam diferenças Casuias apenas em seus pronomes pessoais. Caso, portanto, é tratado a partir de uma geometria de traços, análoga àquela proposta para os trços φ. Assim, as categorias de Caso para o PB obedecem a geometria [C[OBL[GEN][ABL]]]. Um mecanismo de valoração destes traços é proposto também análogo àquele proposto para os traços φ.

Palavras-chave: Concordância; Sintaxe;Teoria do Caso; Traços-φ; Subespecificação.

Abstract

In this thesis, I develop a lexicon-syntactic study about the internal structure of the personal pronouns in Brazilian Portuguese (henceforth BP), aiming the investigation of which the formative features of a pronoun in BP are and their relationship with the syncretism phenomenon. Empirically, I show a description of the internal structure of the personal pronouns in BP, showing that the traditional φ-features which build a pronoun (*person*, *number* and *gender*) are actually categories which bare more elemental features which define the content and the shape of a pronoun. More elementary component structures of the categories *person, number* and *gender* are able to describe satisfactorily the pronoun paradigm in BP. Therefore, the different pronouns (and their syntactic roles) can be described through their inner composition, holding some features, such as [SPECIFIC], once considered out of their structure. Theoretically, I define which elementary formative features that form a pronoun are, how this composition is made and which its syntactic consequences are. To do so, I adopt a feature geometry developed based on Harley & Ritter (2002) and Béjar (2003)`s proposals. I assume, then, that the pronoun formative features obey a hierarchy which is based on underspecification. The φ-theory proposed by Béjar (2003; 2008) supports adequately the pronoun compositionality developed for BP. Likewise, decomposition for Case categories is made as an optimal solution for Case configuration, which takes into account evidence from languages like English and BP, which present Case differences only in their personal pronouns. Case, then, is treated geometrically, analogue to that proposed to φ-features. As a result, Case categories in BP obey the geometry [C[OBL[GEN][ABL]]]. A value mechanism for these features is proposed also analogue to the one for φ-features.

Key-words: Agreement; Syntax; Case Theory; φ-features; Underspecification.

Résumé

Dans cette thèse je réalise une étude lexico-syntaxique sur la structure interne des pronoms personnels en Portugais Brésilien (dorénavant PB), en envisageant faire des recherches sur quels sont les traits formatifs du pronom en PB et son rapport aux phénomènes du syncrétisme. Empiriquement, j'ai presenté une description de la structure interne des pronoms personnels en PB, et j'ai pu montrer que les traditionnels traits φ qui composent ces pronoms (*personne*, *nombre* et *genre*) sont à la vérité des éléments catégoriels qui comportent des traits plus élémentaires, lesquels définissent aussi le contenu que la forme des pronoms. Ces structures composantes plus atomiques des catégories personne, nombre et genre sont capables de décrire de façon très satisfaisante le paradigme pronominal en PB. Ainsi, les différents pronoms (et les rôles qu'ils représentent dans la syntaxe) peuvent être décrits à travers sa composition interne, qui comprend quelques traits, comme [SPÉCIFIQUE], par exemple, qui était autrefois considéré externe à l'ensemble des traits φ. Théoriquement, j'ai defini quels sont les traits formatifs plus élémentaires qui composent le pronom, comme cette composition est faite et quels sont ses réflexes dans la syntaxe. Pour cela, j'adopte une géométrie de traits développée selon les modèles proposés par Harley & Ritter (2002) et Béjar (2003). J'assume, pourtat, que les traits formatifs du pronom suivent une hiérarchie et celle-là s'est faite selon la sous-spécification. La proposition d'une théorie-φ, de Béjar (2003; 2008) donne le support convenable à la composition pronominal dévelopée pour le PB. De même, une décomposition des catégories de Cas, étant donné principalement les évidences des langues comme l'anglais et le portugais brésilien, lesquelles présentent des différences Casuellles à peine dans leurs pronoms personnels. Pourtant, le Cas peut être traité à partir d'une géométrie de traits, analogue à celle qui est proposée pour les traits φ. Ainsi, les catégories de Cas pour le PB obéissent à la géométrie [C[OBL[GEN][ABL]]]. Un mécanisme de validation de ces traits est analogue à celui qui a été proposé pour les traits φ.

Mots-Clefs: Accord; Syntaxe; Théorie du Cas; Traits φ; Sous-spécification.

LISTA DE ABREVIATURAS

φ	Phi	Traços gramaticais de *pessoa*, *número* e *gênero*
π	Pi	Categoria *pessoa*
#	Number	Categoria *número*
#P	Number Phrase	Grupo de Número
ABL	Ablative	Ablativo
AC	Accusative	Acusativo
AGR	Agreement	Concordância
ADDR	Addressee	Destinatário/Ouvinte
C	Complementizer	Complementizador
CP	Complementizer Phrase	Grupo de Complementizador
D ou DET	Determiner	Determinante
DAT	Dative	Dativo
DEFIN	Definite	Definido
DP	Determiner Phrase	Grupo de Determinante
EPP	Extended Projection Principle	Princípio de Projeção Alargado
ECM	Exceptional Case Marking	Marcação Excepcional de Caso
GEN	Genitive	Genitivo
I ou INFL	Inflection	Flexão
INDV	Individuation	Individuação
LF	Logical Form	Forma Lógica
LI	Lexical Item	Ítem Lexical
Nom	Nominative	Nominativo
NP	Noun Phrase	Grupo Nominal
Num		Número
OBL	Oblique	Oblíquo
OD		Objeto Direto
P	Preposition	Preposição
PART	Participant	Participante
Pes		Pessoa

PF	Phonetic Form	Forma Fonética
POSS	Possessive	Possessivo
PP	Prepositional Phrase	Grupo Preposicional
R ou RE	Referring Expression	Expressão Referencial
SPKR	Speaker	Falante
Spec	Specifier	Especificador
SPECIF	Specific	Específico
Suj		Sujeito
T	Tense	Tempo
TP	Tense Phrase	Grupo Temporal
V	Verb	Verbo
v ou *v**	Light Verb	Verbo Leve
*v*P ou *v***P*	Light Verb Phrase	Grupo de Verbo Leve
VP	Verb Phrase	Grupo Verbal
	Animate	Animado
	Augmented	Aumentado
	Class	Classe
	Feminine	Feminino
	Deictic	Dêitico
	Distal	Distante
	Dual	Grupo de Dois Indivíduos
	Goal	Alvo
	Group	Grupo
	Inanimate	Inanimado
	Masculine	Masculino
	match	Combinação
	Minimal	Mínimo
	Neuter	Neutro
	Output	Saída/Resultado
	Probe	Sonda
	value	Valoração

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO 16
1.1 APRESENTAÇÃO 16
1.2 OBJETIVOS E PROPOSTA DO TRABALHO 18
1.3 QUADRO TEÓRICO 19
1.3.1 Quadro Geral 20
1.3.2 Traços e Léxico 20
1.3.3 Categorias Funcionais 21
1.3.4 As Operações Sintáticas 22
1.3.5 Concordância e Caso 23
1.4 ESTRUTURAÇÃO DA TESE 24

CAPÍTULO 2 – PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO 26
2.1 INTRODUÇÃO 26
2.2 DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES PESSOAIS EM PB 27
2.3 RESTRIÇÕES SINTÁTICAS NA ALTERNÂNCIA DOS PRONOMES DE PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR 36
2.4 O SUJEITO PRONOMINAL EM ORAÇÕES INFINITIVAS ENCAIXADAS NO PB 40
2.4.1 Botelho-Pereira & Roncaratti (1993) 40
2.4.2 Salles (2000) 45
2.5 SUMÁRIO 49

CAPÍTULO 3 – UMA GEOMETRIA DE TRAÇOS PARA OS PRONOMES EM PB 50
3.1 INTRODUÇÃO 50
3.2 TRAÇOS E COMPOSIÇÃO PRONOMINAL 52
3.2.1 O que determina a distribuição de um pronome? 52
3.2.2 Pronomes enriquecidos 54
3.3 SOBRE A COMPOSICIONALIDADE DOS PRONOMES 59
3.3.1 Cardinaletti & Starke (1999) 59
3.3.2 Déchaine & Wiltschko (2002) 61
3.3.3 Rullmann (2004) 69
3.3.4 Harley & Ritter (2002) 71
3.3.5 Bejar (2003) 76

3.4 NOTAÇÃO DE TRAÇOS ENRIQUECIDOS: AMPLIANDO-SE UMA TEORIA-Φ.....76
3.4.1 Composicionalidade de traços: *pessoa*.....78
3.4.1.1 Uma geometria para os pronomes pessoais em PB.....83
3.4.2 Composicionalidade de traços: *número*.....86
3.4.3 Composicionalidade de traços: *gênero*.....90
3.5 SUMÁRIO.....93

CAPÍTULO 4 – TEORIA-Φ E CONDIÇÕES PARA CONCORDÂNCIA: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO PRONOME.....95
4.1 INTRODUÇÃO.....95
4.2 CONJUNTO Φ ENRIQUECIDO E CONDIÇÕES PARA CONCORDÂNCIA.....95
4.2.1 Condições para concordância via subespecificação de traços.....95
4.2.2 Condições para *match*.....96
4.2.3 Condições para *value*.....98
4.3 SUMÁRIO.....102

CAPÍTULO 5 – CASO, SUBESPECIFICAÇÃO E CONDIÇÕES DE CHECAGEM.....104
5.1 INTRODUÇÃO.....104
5.2 DECOMPONDO CASO.....106
5.2.1 Sistema de Caso, sintaxe e morfologia.....106
5.2.2 Caso em PB.....112
5.3 SUBESPECIFICAÇÃO DE CASO.....114
5.3.1 McFadden (2007).....114
5.4 UMA TEORIA DE SUBESPECIFICAÇÃO DE CASO.....122
5.4.1 Deficiência e subespecificação.....122
5.4.2 Uma geometria para Caso.....126
5.4.3 Condições para valoração dos traços de Caso.....130
5.4.4 Da valoração à realização do Caso.....133
5.4.4.1 Caso e o domínio do DP.....136
5.5 SOBRE O CASO NAS ORAÇÕES INFINITIVAS ENCAIXADAS EM PB.....140
5.6 SUMÁRIO.....142

CAPÍTULO 6 – CONIDERAÇÕES FINAIS.....144

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....147

1
Introdução

1.1 Apresentação

O propósito deste capítulo é apresentar um breve panorama do fenômeno do sincretismo pronominal encontrado em Português Brasileiro (doravante PB) e os objetivos deste trabalho. O quadro teórico aqui adotado é o da Teoria Gerativa em seu modelo Minimalista como desenvolvido por Chomsky (1995; 1998; 1999a) e por outros autores. Farei apenas uma breve exposição deste quadro teórico neste capítulo, uma vez que este será discutido quando necessário no decorrer do texto.

O paradigma pronominal no PB tem levantado um considerável número de problemas para diversos módulos da Gramática, tais como concordância e Caso[1]. Nas últimas décadas, alguns pronomes foram praticamente extintos (e.g. *vós*), outros assumiram um papel diferente daquele que originalmente desempenhavam (e.g. *você(s)*), alguns ainda são usados em algumas variedades do PB, adotando-se, em alguns dialetos, um padrão de concordância diferente (e.g. *tu*), e outros surgiram a partir da gramaticalização de nomes (a.g. *a gente*). Na verdade, todas essas mudanças têm ocorrido juntamente a um ajuste na sintaxe: o surgimento de todas essas novidades acompanha uma sistemática redução dos padrões de concordância em PB. Os padrões de concordância para a segunda pessoa praticamente não são mais encontrados, pelo menos no PB corrente, e foram substituídos pelos padrões de concordância para a terceira pessoa. Mesmo a primeira pessoa do plural pode apresentar concordância de terceira pessoa, e, neste caso em particular, do singular. Ribeiro (2008), com base em dados de informantes afro-descendentes do PB rural falado no estado da Bahia, mostra

[1] *Caso* com inicial maiúscula representa o *Caso* abstrato, enquanto *caso,* com inicial minúscula representa tanto caso morfológico como outras instâncias da palavra *caso*.

que há até a possibilidade de a primeira pessoa do singular apresentar o padrão de concordância da terceira pessoa do singular.

(1) a. Eu **ficô** assim… oiano!

(RIBEIRO, 2008:6)

Aparentemente, uma outra sorte de variação atinge as formas pronominais de primeira pessoa do singular: o sincretismo para as diferentes formas Casuais[2]. A tradicional forma nominativa do pronome de primeira pessoa (*eu*) pode ser encontrada em todas as posições argumentais em algumas variedades do PB (cf. (2)). Ainda, a forma oblíqua (*mim*) pode ser encontrada como sujeito encaixado em orações infinitivas preposicionadas (cf. (3))[3].

(2) a. Minha mãe (*me)* mandou (*eu*) pra escola.
b. Maria deu um presente pra *eu/*pra *mim*.
c. Ela nunca falou com *eu/comigo*.
d. Ela puxou na (*minha*) cabeça (d*eu*/de *mim*).

(3) a. Ela deu o livro para *eu* ler.
b. Ela deu o livro para *mim* ler.

O sincretismo nas outras pessoas pronominais é um fenômeno aparentemente mais estabilizado em PB. Nesta língua, por exemplo, as formas "nominativas" dos pronomes pessoais restantes (*você, ele, ela, nós, a gente, vocês, eles, elas*) são também os representantes dativos oblíquos, sem nenhuma marginalidade em sua aceitação.

---

[2] Tradicionalmente, assume-se que cada Caso (nominativo, acusativo etc.) atribuído tenha como equivalente morfológico uma única forma, como um morfema em línguas com um sistema Casual rico, ou os pronomes que são a única evidência de Caso em línguas com um sistema Casual pobre.

[3] Salles (2000) afirma que este fenômeno também ocorre, em alguns dialetos do PB, com a segunda pessoa do singular (*tu/ti*), como ilustrado em (i) abaixo:

(i) a. Ela deu o livro pra ti ler
b. Ela deu o livro pra *tu* leres.

Como será visto nos capítulos seguintes, a análise adotada para explicar o fenômeno em (3) pode ser coerentemente aplicada ao fenômeno em (i).

(4) Maria deu o livro para *você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas*

Tais formas pronominais também são encontradas nos mesmos contextos das sentenças em (2) acima, como pode ser visto em (5).

(5) a. Minha mãe mandou *você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas* pra escola.
b. Maria deu um presente pra *você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas*.
c. Ela nunca falou com *você/ele/ela/nós/a gente/vocês/eles/elas*.
d. Ela puxou na cabeça de ?*você*/d*ele*/d*ela*/de *nós*/d*a gente*/
de *vocês*/d*eles*/d*elas*.

A observação de uma reorganização nos padrões de concordância para todas as pessoas pronominais, por um lado, e o sincretismo pronominal encontrado em PB, por outro, parecem de alguma forma fenômenos conectados. O primeiro fato é provavelmente causado pela substituição de alguns pronomes e a conseqüente redução do paradigma verbal (cf. DUARTE, 1993; GALVES, 1993; SOTO, 2001, entre muitos outros). O segundo fato, apesar de não trazer uma alteração aparente nos padrões de concordância, resulta de uma similar reorganização no paradigma, uma vez que não há correspondência unívoca entre uma forma pronominal e uma única função Casual, como esperado.

1.2 Objetivos e proposta do trabalho

O principal objetivo desta tese é oferecer uma análise unificada para o sincretismo das formas pronominais em PB, em especial as de primeira pessoa do singular, levando em conta a composicionalidade e o mecanismo de checagem de seus traços. Empiricamente, pretendo descrever a estrutura interna dos pronomes pessoais em PB visando justificar a distribuição de tais pronomes, uma vez que as atuais propostas não abarcam satisfatoriamente dados de algumas variantes do PB, quando não as ignoram por completo. Assim, uma descrição pronominal deste cunho é motivada pelo fato de a visão tradicional acerca dos pronomes falhar ao explicar tal abrangência

distributiva. Teoricamente, esta tese objetiva investigar que traços entram na composição dos pronomes em PB, como esta composição se dá e quais seus reflexos sintáticos.

O interesse pela descrição da estrutura interna dos pronomes aparece também em Cardinaletti e Starke (1999), que propõem a noção de "deficiência" para o sistema pronominal das línguas. Esta noção é interpretada aqui como **subespecificação** e é uma das idéias centrais desta tese. Outra idéia seguida aqui é a de que o conjunto tradicional de traços φ (*pessoa, número* e *gênero* como sendo traços atômicos) não é capaz de dar suporte ao mecanismo distribucional dos pronomes pessoais em PB (e também em outras línguas), sendo, desta maneira, assumido que tais traços são categorias mais gerais compostas por traços mais elementares, como, por exemplo, *speaker* e *addressee* em vez do rótulo *pessoa,* de acordo com Harley e Ritter (2002). Entretanto, a decomposição oferecida por estas autoras ainda não é suficiente para capturar certas características de alguns pronomes, como as leituras arbitrária e definida de uma mesma forma pronominal .

1.3 Quadro Teórico

Como já dito no início deste capítulo, faço uso do quadro teórico de Princípios e Parâmetros no seu modelo minimalista (CHOMSKY, 1995; 1998; 1999a) para a estrutura oracional e mecanismo de licenciamento, com uma diferença: traços não são valorados e deletados mas, ao invés disso, permanecem inertes após sua valoração até que alcance as interfaces (FRAMPTON & GUTMANN, 2000). Nesta seção, pretendo resumir as principais idéias do Programa Minimalista como um passo para a compreensão das propostas apresentadas nas próximas seções[4].

[4] Para uma iniciação ao quadro teórico ao qual lanço mão, cf. Raposo (1992) e Chomsky (1995; 1999b).

1.3.1 Quadro Geral

Nesta tese, adoto o quadro geral do Programa Minimalista, traçado em Chomsky (1995; 1998; 1999a), em que se assume que a componente sintática da faculdade da linguagem é programada para ser um sistema gerativo derivacional que faz interface com duas componentes externas (interpretativas): a articulatória-perceptual e a conceitual-intencional. Isto se dá através de dois níveis de representação: a forma fonética (PF, do inglês *Phonetic Form*) e a forma lógica (LF, do inglês *Logical Form*). Nestes níveis, apenas traços que são legíveis pelos sistemas devem estar presentes (Princípio da Interpretação Plena). Se uma dada derivação satisfaz o Princípio da Interpretação Plena, ela converge. Caso contrário, ela fracassa.

Ainda, adoto o Princípio da Uniformidade, apresentado em (6):

(6) In the absence of compelling evidence to the contrary, assume languages to be uniform, with variety restricted to easily detectable properties of utterances[5].

(CHOMSKY, 1999a:2)

Assim, a variação sintática entre as línguas se deve à variação nas propriedades dos ítens lexicais específicos, codificados como traços formais. Uma vez que o sistema computacional é sensível à composição de traços dos ítens lexicais que entram na derivação, a variação intra e inter-linguística é permitida, mesmo diante de um sistema computacional inflexível (cf. CHOMSKY, 1997:61).

1.3.2 Traços e Léxico

O léxico é a lista de ítens lexicais (e suas propriedades idiossincráticas) que uma dada língua possui. De acordo com Chomsky (1995), um ítem lexical é formado por traços semânticos, fonológicos e formais. Traços semânticos são relevantes para a interface com o sistema conceitual-intencional, sendo inacessíveis no decorrer da derivação. Os traços fonológicos são relevantes para o sistema articulatório-perceptual,

[5] Tradução aproximada: "Na ausência de evidência convincente do contrário, assumir que as línguas são uniformes, com variedade restrita a propriedades de expressões facilmente detectáveis".

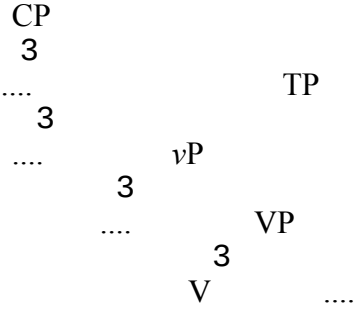
e só são acessíveis depois de *Spell-out*. Os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e mostram diferenças cruciais que são refletidas na derivação. Primeiramente, estes traços têm de ser legíveis, sendo interpretáveis na interface conceitual-intencional, tais como o traço φ em N, e ilegíveis, não interpretáveis na interface, como Caso. Esta assunção é adotada aqui também com uma diferença crucial: apenas traços semânticos e formais entram na computação.

O Princípio da Interpretação Plena (*Principle of Full Interpretation*) exige que nenhum traço semântico ou formal esteja presente em PF, e traços fonológicos e ilegíveis não estejam presentes em LF para que a derivação convirja. Isto é facilmente satisfeito pela assunção acima de que traços fonológicos são instâncias de PF apenas e não participam da derivação. A eliminação de traços formais ilegíveis é devida a operações no sistema computacional, as quais envolvem categorias lexicais e funcionais.

1.3.3 Categorias Funcionais

De acordo com o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), apenas categorias funcionais que possuem traços legíveis pelas interfaces são permitidas. Este não é o caso de AGR, e assim, este deve ser eliminado (cf. CHOMSKY,*op.cit*). Portanto, C, T e D são considerados categorias funcionais legítimas, ao lado de *v*, o verbo leve, o qual é responsável pela estrutura argumental (*v* seleciona VP e sua posição de especificador recebe o argumento externo durante a derivação, enquanto os argumentos internos são inseridos nas posições de complemento de V). Assim, uma dada oração tem a seguinte configuração:

(7)



Chomsky (1998) associa um traço comum que é compartilhado por C, T e D: o traço EPP (ou, simplesmente, traço D). Este traço tem a tarefa de atrair uma expressão nominal ao núcleo que contém este traço, que deve estar na posição de especificador de seu núcleo ou adjungido a ele.

1.3.4 As operações sintáticas

De acordo com o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), toda derivação começa com uma *Numeração*, que corresponde ao conjunto de pares (LI,i), onde *LI* é um item lexical e *i* indica o número de vezes que este item está disponível para a computação. O sistema computacional acessa a *Numeração* através da operação *Seleção*. Uma vez que *Seleção* coleta um elemento da *Numeração*, seu índice é reduzido em 1. Para legitimizar a derivação, sua *Numeração* deve ser reduzida a zero. A *Numeração* será levada em conta nesta tese como uma operação que lida com traços formais apenas, no sentido de não serem elementos lexicais plenamente formados.

Não há níveis intermediários entre o léxico e as interfaces (estrutura D e S, nos termos de CHOMSKY, 1981). Portanto, a estrutura de uma dada expressão deve ser construída durante a derivação. A operação Concatenar (*Merge*) é responsável pela união dos itens lexicais e elementos mais complexos formados por estes, e também pela sua rotulação. Este mecanismo é ilustrado em (8) abaixo:

(8) α,□ → α

3

α □

O sistema computacional faz uso de operações responsáveis pela eliminação de traços ilegíveis. Como caracterizado em Chomsky (1999a), traços não interpretáveis em um núcleo entram na derivação não valorados. Assim, um núcleo funcional que atribui Caso estrutural, por exemplo, terá traços φ não valorados e um nominal terá um traço de Caso não valorado. A operação *Agree* incorpora mecanismos para valorar tais traços não valorados sob certas condições: havendo correspondência (*match*) entre os traços da *sonda* (*probe*) e do *alvo* (*goal*), os traços formais não valorados são finalmente valorados e deletados (de acordo com a proposta de CHOMSKY, 1999a) antes de a derivação alcançar *Spell-out*. Como dito acima, assumo com Framptom & Gutmann

(2000) que não há deleção de traços mas inércia daqueles que foram valorados até que estes alcancem as interfaces (cf. 4.2.3).

A operação Mover (*Move*) para um DP, por exemplo, é acessada quando EPP (ou simplesmente traço D) está presente na sonda. Assim, o alvo (neste caso, o DP) move-se na direção da posição de especificador da sonda para que esta tenha este traço valorado. Mover é uma operação complexa que envolve *Agree*, Copiar (*Copy*) e Concatenar, uma vez que, após a concordância, o alvo é copiado e inserido na sonda. O escopo da sonda é determindo por c-comando, como definido abaixo:

(9) α c-comanda □ sse (i) α é uma irmã de □ ou (ii) α é irmã de γ e γ domina □.

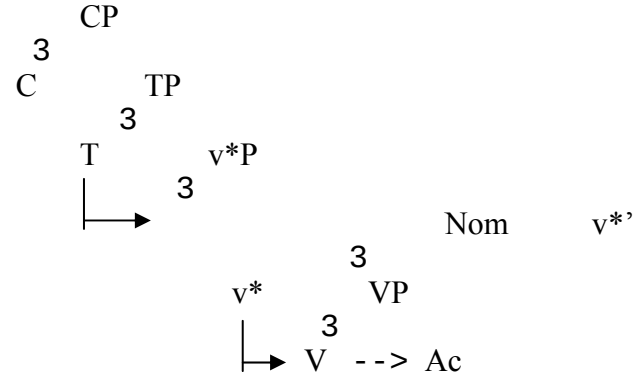
Concatenar e Mover também dependem da condição de *Último Recurso*, que é um princípio local de economia derivacional que bloqueia passos desnecessários durante a derivação. Além disso, comparando-se Concatenar e Mover, a primeira operação parece ser bem mais econômica do que a segunda, devendo ser escolhida Concatenar em detrimento de Mover quando possível.

Assumirei também com Chomsky (1995) que o que torna um elemento ativo para o sistema computacional são seus traços não-interpretáveis.

1.3.5 Concordância e Caso

Chomsky (1999a) assume que o núcleo que hospeda T é o *locus* do Caso nominativo. Para o acusativo, ele considera duas possibilidades, v* e V.

(10)



Se o traço D de T está presente, assumindo-se que ele é opcional na GU, T projeta uma posição de especificador para a qual o "nominativo" pode se mover. T é

selecionado por C e V é selecionado por v*, e, uma vez que ambos C e v* têm um conjunto completo de traços φ, ambas as sondas devem ter também um conjunto completo de traços φ (T_{comp}, V_{comp}) e, assim, entrar numa relação de concordância e de Caso com o "nominativo" e o "acusativo", respectivamente (sendo o mecanismo de sondagem condicionado por c-comando mínimo). Caso é não interpretável, da mesma forma que o são os traços φ da sonda, enquanto os traços φ dos argumentos (alvos) são interpretáveis. Como visto acima, correspondência de traços da sonda e do alvo induzem *Agree*, eliminando-se os traços não interpretáveis que os ativam (CHOMSKY, 1999a:4). Ainda de acordo com Chomsky (1999a), a correspondência bem-sucedida dos traços de Caso e φ é um pré-requisito para a convergência da estrutura sintática. Por fim, "the extent to which agreement (and case) is actually morphologically visible is dependent on 'language-variant PF-manifestation'"[6] (CHOMSKY, 1999a:3).

1.4 Estruturação da tese

Os próximos capítulos são organizados da seguinte maneira: o capítulo 2 mostra os dados relevantes usados como evidência para a análise desenvolvida nos capítulos seguintes, análise esta que se baseia na composicionalidade de traços e seu efeito nas relações de concordância, conectando sincronicamente fenômenos que ocorrem no paradigma pronominal pessoal do PB. Ainda, é feita uma revisão dos trabalhos mais relevantes acerca da variação entre os pronomes *eu* e *mim* em estruturas como em (3) acima, mostrando como tais propostas não dão conta desta alternância em contextos como em (2)[7]. Esta revisão serve como justificativa para a proposta alternativa que desenvolvo nos capítulos seguintes.

No capítulo 3, desenvolvo uma argumentação em favor da composicionalidade de traços φ, que seria responsável pela distribuição dos pronomes pessoais, hipótese esta sustentada por alguns estudos recentes (CARDINALLETI e STARKE, 1999; DÉCHAINE e WILTSCHKO, 2002; RULLMANN, 2004; HARLEY e RITTER, 2002) os quais são mais coerentes com os últimos desenvolvimentos da teoria gerativa.

[6] Tradução aproximada: "o ponto em que concordância (e caso) é de fato morfologicamente visível é dependente de 'diferenças da língua manifestadas em PF'".
[7] Não encontramos estudos significativos com base na teoria gerativa sobre os fenômenos em (2).

Assumo que as categorias φ são rótulos representativos de traços mais elementares que, combinados, compõem um elemento pronominal. Esta composição é capaz de descrever a distribuição dos pronomes internamente, sem necessidade de se recorrer a sua morfologia.

No capítulo 4, apresento uma teoria de concordância capaz de lidar com a abordagem de traços desenvolvida para os pronomes no capítulo 3. Demonstro como tal teoria de concordância, com base na proposta de Béjar (2003), pode resolver o fenômeno de não-correspondência de traços (*feature mismatch* – ausência de identidade de traços entre a *sonda* e o *alvo*) no processo de concordância, observando particularmente os dados do PB.

No capítulo 5, é proposta uma teoria de traços de Caso análoga àquela para os traços φ, nos capítulos 3 e 4. Um mecanismo de checagem de traços de Caso é proposto, também com base na subespecificação de traços. Este mecanismo nos permite lidar com o sincretismo encontrado com os pronomes de primeira pessoa do singular em PB.

O capítulo 6 conclui esta tese.

2

Pronomes pessoais no Português Brasileiro

2.1 Introdução

Neste capítulo, exporei os dados relevantes usados como evidência para a elaboração da análise desenvolvida nos capítulos seguintes, análise esta que se baseia na composicionalidade de traços e seu efeito nas relações de concordância. Assim, o principal objetivo deste capítulo é conectar sincronicamente os fenômenos mostrados em (1) e (2) abaixo a outros fenômenos que ocorrem no sistema pronominal do PB, incluindo essas alternâncias em um quadro mais amplo de mudanças que estão ocorrendo no paradigma pronominal desta língua, e que vêm sendo objeto de estudo de diversos trabalhos no campo da lingüística (gerativa ou não) (cf. KATO, 1993, 1999, 2002; CERQUEIRA, 1996; CYRINO, 1996; DUARTE, 1996; GALVES, 1996; NUNES, 1996; MENUZZI, 2000; MOURA, 2006, 2007a; NASCIMENTO, 2001; SOTO, 2001; KATO e DUARTE, 2005, entre outros).

(1) a. Minha mãe (*me)* mandou (*eu*) para escola.
b. Maria deu um presente para *eu*/para *mim*.
c. Ela nunca falou com *eu*/*comigo*.
d. Ela puxou na (*minha*) cabeça (d*eu*/de *mim*).

(2) a. Ela deu o livro para *eu* ler.
b. Ela deu o livro para *mim* ler.

Assumo que esta alternância é resultado de uma simplificação morfológica do sistema pronominal do PB, que se encontra em um processo de reorganização (cf. GALVES, 2001). Mostrarei evidências de que esta reorganização é internamente motivada e isso é refletido dentro da sentença através dos efeitos de concordância. A

idéia central a ser discutida é a de que *pronome* não é um item lexical atômico, mas deve ser construído por diferentes tipos de traços que o caracterizam de acordo com sua função gramatical.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: em 2.2, descreverei o paradigma pronominal do PB a partir dos dados apresentados nesta seção, mostrando que um paradigma pronominal baseado em suas formas Casuais é inviável nesta língua; em 2.3, mostrarei que, ao contrário dos outros pronomes, a primeira pessoa do singular mostra algumas restrições quanto a sua distribuição, o que indica que as alternâncias em (1) e (2) acima não são um fenômeno superficial, i.e. apenas uma questão dialetal, o que demanda uma explicação alicerçada na derivação em si; esse comportamento é observado em outras línguas, como o inglês por exemplo, cujos dados apresentados demonstram restrições similares, o que dá suporte à hipótese de motivação interna para o fenômeno; em 2.4, sumarizarei os trabalhos mais relevantes acerca da alternância entre as formas pronominais de primeira pessoa do singular *eu* e *mim* na posição sujeito de orações encaixadas infinitivas, como mostram os exemplos em (2) (BOTELHO PEREIRA e RONCARATTI, 1993; SALLES, 2000), todos baseados no chamado Filtro de Caso (cf. VERGNAUD, 1977; ROUVERET e VERGNAUD, 1980; CHOMSKY, 1981; 1986), mostrando que tais propostas não conseguem lidar consistentemente com as alternâncias em (1) e (2); 2.5 conclui o capítulo.

2.2 Distribuição dos pronomes pessoais em PB

É tradicionalmente assumido que os chamados *pronomes pessoais* no PB têm uma distribuição unívoca de acordo com seu reflexo morfológico de caso. Como pode ser observado em (3), os casos nominativo, acusativo, dativo, ablativo e genitivo (possessivo) são tradicionalmente refletidos nas diferentes formas pronominais[8].

(3) a. *Nós*(nom) *nos*(ac) presenteamos com uma viagem.

b. *Eu*(nom) dei o livro a *você*(dat).

[8] Os contrastes apresentados aqui são baseados na noção de Caso apresentada na Teoria do Caso (cf. ROUVERET e VERGNAUD, 1980; CHOMSKY, 1981): um DP deve satisfazer o Filtro de Caso – um DP deve receber Caso para ser legível nas interfaces, satisfazer a Condição de Visibilidade em LF e ser realizado foneticamente de forma adequada (HORNSTEIN et al., 2005:111).

c. *Elas*(nom) *lhe*(dat) falaram a verdade.

d. *Eu*(nom) deixei *meu*(gen) livro *contigo*(abl).

Em (3a), *Nós* é a forma nominativa de primeira pessoa do plural enquanto *nos* representa o clítico acusativo para esta pessoa; em (3b), *eu* é a forma nominativa de primeira pessoa do singular e *você* a forma *oblíqua dativa* da segunda pessoa do singular[9]; em (3c) *elas* é a forma para o nominativo da terceira pessoa do plural feminina, enquanto o *lhe* é a forma clítica dativa de terceira pessoa do singular; e em (3d), *eu* representa o nominativo da primeira pessoa do singular (como em (3b)), *meu* a forma possessiva para esta pessoa, e *contigo*, o que chamo de *ablativo* da segunda pessoa do singular[10].

Em vários dialetos do PB, entretanto, a relação acima entre formas pronominais e caso não é atestada. Por exemplo, *lhe*, o clítico dativo de terceira pessoa, tem sido usado também como o acusativo de segunda pessoa (cf. NASCIMENTO, 2001), como ilustrado em (4).

(4) a. Eu *lhe*(ac) vi ontem.

Em PB, algumas formas "nominativas" já substituíram outras formas casuais. Coutinho (1976) lembra-nos que as terceiras pessoas do singular, *ele/ela*, evoluíram diretamente das formas do Latim *ĭlle/ĭlla*, respectivamente, e que atualmente, podem assumir todas as funções gramaticais (i.e. posições argumentais); *você*, por outro lado, evoluiu da forma de tratamento *vossa mercê*, assumindo mais tarde o papel de nominativo ao lado do pronome *tu,* mas, similarmente à terceira pessoa, também é encontrado desempenhando o papel de pronome acusativo e dativo, paralelamente a *te* e *ti*, respectivamente.

[9] Considero *você* como o pronome *standard* de segunda pessoa do singular em PB. Não obstante, reconheço o uso de *tu* como pronome de segunda pessoa do singular em alguns dialetos do PB, mas, geralmente, desencadeando concordância de terceira pessoa do singular, seguindo os padrões de concordância de *você*.

[10] *Ablativo* aqui é entendido como o pronome oblíquo ligado à preposição *com*. *Migo, tigo, sigo, nosco, vosco* são o resultado da forma pronominal ablativa (*me, te, se, nos, vos*) mais a preposição *cum* (com) em Latim. No processo de evolução do Latim para o Português, houve a adição de *cum* à forma já composta do ablativo, resultando as formas pronominais *comigo, contigo, consigo, conosco, convosco* (cf. COUTINHO, 1976). Em PB, com todas as formas pronominais, o ablativo pode ser formado simplesmente adicionando a preposição *com,* herdeiro de *cum*, às chamadas formas nominativas. Todas essas possibilidades serão chamadas *ablativo* nesta tese. Adicionalmente, na ausência de um "rótulo" mais adequado, também classificarei como *genitivo* o Caso das formas possessivas.

(5) a. Eu (*te*) *vi* (*você*(ac)) no trabalho.
b. Ele deu o livro para *você*(dat)/*ti*.
c. Ela comprou o livro com *vocês*/*eles*(abl)/*contigo*.

Em vários dialetos do PB, a generalização da forma nominativa não é limitada às pessoas acima, incluindo também as primeiras pessoas do singular e plural, como mostrado em (6).

(6) a. Minha mãe mandou *nós/a gente/eu*(ac) pra escola.
b. Maria deu um presente pra *nós/a gente/eu*(dat).
c. Ela nunca falou com *nós/a gente/eu*(abl).
d. Ela puxou na cabeca de *nós/*d*a gente/*d*eu*(gen).

A generalização mostrada nos dados acima nos permite construir o seguinte paradigma para os pronomes em PB.

(7) *Paradigma pronominal em PB*[11]

[11] As formas pronominais em parênteses são as formas pronominais femininas dos pronomes; o *–s* em colchetes é o sufixo pluralizante (alguns pronomes possessivos concordam em número e pessoa em PB);

	Nom	Ac	Dat	Abl[12]	Gen
1sg	*Eu*	*Me/eu*	*Me/mim*[14]*/eu*	*Comigo/eu*	*Meu[s](minha[s]) /deu/de mim*
2sg	*Você/tu*	*Você/tu/te/lhe*	*Lhe/você/te/ti*	*Contigo/você*	*Seu[s](sua[s]) /teu[s](tua[s])*
3sg	*Ele(ela)*	*Ele(ela)/se*[13]	*Ele(ela)/lhe*	*Ele(ela)*	*Dele(dela)*
1pl	*Nós /a gente*	*Nos/nós /a gente*	*Nos/nós /a gente*	*Conosco/nós /a gente*	*De nós /da gente*
2pl	*Vocês*	*Vocês*	*Vocês*	*Vocês*	*De vocês*
3pl	*Eles(elas)*	*Eles(elas)/se*	*Eles(elas)/lhe*	*Eles(elas)*	*Deles(delas)*

O quadro acima mostra que, em PB, a forma "nominativa" tem um amplo alcance em relação ao seu uso uma vez que emerge em todas as posições Casuais. Isso evidencia que a hipótese de Caso como determinate da realização pronominal em PB não é absoluta. E isto não ocorre apenas nesta língua. Sigurđsson (2003), por exemplo, afirma que Caso é conceitualmente insuficiente para dar conta da distribuição do dativo em islandês. McFadden (2002:3) mostra que "in languages like Icelandic, Japanese and Hindi, although the normal subject case is nominative, some structural subjects are dative. Furthermore, nominative case can mark certain structural objects"[15]. McFadden (2004) tem um ponto de vista mais radical acerca de Caso, afirmando ser este um módulo supérfluo na Gramática Universal. Como veremos adiante, assumo com Sigurđsson que Caso, como definido na literatura, é insuficiente para determinar tanto a realização quanto a distribuição dos DPs pronominais. Ainda, outros elementos que considero constituintes dos pronomes, como alguns traços gramaticais, são também responsáveis pela distribuição dos pronomes pessoais.

a gente é uma forma gramaticalizada de primeira pessoa do plural e co-ocorre com *nós*. Para uma discussão mais aprofundada destes últimos e suas consequências sintáticas em PB e em Português Europeu, cf. Moura (2006) e Pereira (2003), respectivamente.

[12] Cf. nota de rodapé 10.

[13] O clítico de terceira pessoa *se* é usado somente em contextos reflexivos. Brito (2006) aponta o fato de *se* poder ser usado como a forma reflexiva para todas as pessoas em PB.

[14] *Me* é forma clítica do dativo, e *mim,* a forma do dativo dependente de preposição.

[15] Tradução aproximada: "em línguas como o islandês, o japonês e o hindu, apesar de o sujeito normal ser nominativo, alguns sujeitos estruturais são dativos".

Como apontado anteriormente, inversamente ao que é observado com as outras pessoas pronominais, na posição sujeito de orações infinitivas encaixadas há uma alternância encontrada com a primeira pessoa do singular, entre *eu* (a forma nominativa) e *mim* (a forma oblíqua)[16], repetida em (8).

(8) a. Ela deu o livro para *eu* ler.

b. Ela deu o livro para *mim* ler.

Esta alternância diferencia a primeira pessoa do singular das outras pessoas que não mostram nenhuma alternância do tipo, uma vez que estas apresentam apenas uma forma tanto para as formas pronominais preposicionadas quanto para as que tem a função de sujeito. Esta alternância, por sua vez, é tradicionalmente ligada à atribuição de Caso abstrato (cf. BOTELHO-PEREIRA e RONCARATTI, 1993; SALLES, 2000, 2001). Porém, a idéia de que Caso deve refletir uma relação um-para-um entre Caso e o DP (pronominal) é, desde suas origens (VERGNAUD, 1977; ROUVERET e VERGNAUD, 1980), controversa (cf. SIGURÐSSON, 2002; MCFADDEN, 2004). A idéia base de Principios e Parâmetros sobre Caso como um módulo é que

> Case Theory should apply at S[urface] S[tructure] […] based on (i) the empirical fact that DPs may have different phonetic shapes depending on the type of Case they bear […]; and (iii) the technical assumption that DPs are not inherently specified with respect to Case at D[eep] S[tructure] [17,18].

(HORNSTEIN et al., 2005:11)

Em uma perspectiva minimalista (CHOMSKY, 1999a), com a dissolução de SS (Estrutura Superficial) e DS (Estrutura Profunda), a Teoria do Caso é desenhada de forma que os itens lexicais entrem na derivação com seus traços de Caso (e também

[16] Cf. Botelho-Pereira & Roncaratti (1993), para a atestação do fenômeno no dialeto falado no Rio de Janeiro (sudeste do Brasil); Figueiredo Silva (1996), para o dialeto de Santa Catarina (sul); Monteiro (1996), para os dialetos encontrados em diversas regiões do Brasil – Recife e Salvador (nordeste), Rio de Janeiro e Sao Paulo (sudeste) e Porto Alegre (sul); Carvalho (2004) e Albuquerque (2006), para o dialeto de Alagoas (nordeste); Rossato (2005), para o dialeto do Mato Grosso do Sul (centro-oeste). Para a possibilidade deste fenômeno com a segunda pessoa do singular, cf. nota de rodapé 3 acima.

[17] Tradução possível: "Teoria do Caso pode ser aplicada na Estrutura de Superficie [...] baseada em (i) o fato empírico de que DPs podem ter formas fonéticas diferentes dependendo do tipo de Caso que eles carregam [...]; e (iii) a assunção técnica de que DPs não são inerentemente especificados com respeito a Caso em Estrutura Profunda".

[18] Deixarei de lado as consequências da Teoria do Caso para as formas pronominais nulas (*pro* e *PRO*) uma vez que isso vai além dos propósitos desta tese.

seus traços φ) já especificados e o sistema determine se uma expressão é permitida em uma dada derivação valorando os traços da mencionada expressão contra os traços de um núcleo apropriado. Isto quer dizer que, por exemplo, *eu* deve entrar na derivação já carregando seu traço de Caso nominativo não valorado (especificado por sua forma) e ter este traço valorado por T (ou I) (cf. HORNSTEIN et al., 2005). Tal perspectiva, entretanto, falha por não explicar consistentemente a distribuição dos pronomes pessoais em PB já que, empiricamente, não é claro que o DP pronominal entre na derivação já definido para um tipo específico de Caso somente por sua forma. A partir dos dados do PB, sou intuitivamente levado a acreditar que a inserção do pronome na derivação não funciona dessa maneira, mas, em vez disso, seria necessário incluir outro (ou pelo menos aprimorar o já existente) mecanismo para identificar as formas pronominais no decorrer da derivação e, conseqüentemente, definir suas posições.

Os exemplos de PB nos guiam para um paradigma pronominal mais simples, baseado somente no reflexo de seus traços φ (*pessoa, número* e *gênero*), já que Caso aparentemente não seria suficiente para fazer tal diferenciação entre as formas pronominais[19].

(9) *Pronomes disponíveis em PB*[20]

[19] O paradigma em (9) também suscita uma discussão acerca da argumentatividade e distribuição dos pronomes, já que clíticos em PB sempre ocupam a posição de objeto e as formas não-clíticas, tanto a de objeto quanto a de sujeito. Interessante notar que, apesar de PB ser uma língua proclítica, ênclise é ainda uma possibilidade nesta língua. Os não-clíticos, entretanto, mostram uma distribuição mais restrita, uma vez que sempre que aparecem pré-verbais, estão ocupando a posição de sujeito, e, sempre que aparecem pós-verbais, estão na posição de objeto.

(i) Ela *me* viu na rua /Ela viu-me na rua (ok PB)
(ii) Eu (**ela*) mandei (ela) comprar pão

Ainda, os clíticos obedecem certa adjacência ao verbo (cf. (iii)), enquanto os não-clíticos, quando em posição de objeto, não (cf. (iv)).

(iii) *Ela *me* sempre vê na rua
(iv) Ela vê sempre *eu* na rua

[20] *Migo, tigo* e *nosco* são formas oblíquas encontradas em PB mas que são inteiramente dependentes da preposição *com*. Isso a caracteriza, de certa forma, como um elemento clítico, ou, pelo menos, deficiente, nos termos de Cardinaletti & Starke (1999). Ignorarei, por hora, sua posição no quadro (9) uma vez que isso não interfere na discussão deste.

	clíticos	Não-clíticos
1sg	*Me*	*Eu/mim*
2sg	*Te/lhe*	*Você/tu*
3sg	*Se/lhe*	*Ele(ela)*
1pl	*Nos*	*Nós/(a gente)*
2pl	-	*Vocês*
3pl	-	*Eles (elas)*

Apesar de haver duas formas não-clíticas para a primeira pessoa do plural (*nós/a gente*), não há restrições quanto ao seu uso, já que aparentemente estão em livre variação em PB, como pode ser visto em (10) e (11).

(10) a. Ela falou d*a gente*/de *nós* – com *a gente*/com *nós* – pr*a gente*/para *nós*
b. Ela viu *a gente*/*nós*

(11) a. *A gente* é brasileiro
b. *A gente* somos brasileir*o(s)*
c. *Nós* somos brasileiro(s)
d. *Nós* é brasileiro

Apesar de os traços φ serem considerados responsáveis por desencadear concordância (cf. CHOMSKY, 1995; 1999a), eles parecem não resolver satisfatoriamente a questão da codificação dos pronomes na sintaxe: as duas formas pronominais em (11), por exemplo, podem engatilhar diferentes marcas de concordância no verbo (*nós*, concordância na primeira pessoa do plural e *a gente*, terceira pessoa do singular), mas ainda podem mostrar ausência destas marcas, sem prejuízo para a derivação.

Ainda, os requerimentos de ligação de *a gente* não seguem sua definição gramatical uma vez que esta forma pronominal pode ter como sua forma anafórica tanto um clítico de terceira pessoa como um de primeira, restrita por questões de localidade:

(12) a. *A gente*$_i$ já *se*$_i$*/*nos*$_i$ viu na TV.

b. *A gente*$_i$ soube que o Paulo **se*$_i$*/nos*$_i$ viu no Giovannetti ontem.

(MENUZZI, 2004:109)

Aparentemente, primeira e segunda pessoas parecem carecer do traço *gênero* já que este não é refletido em suas formas pronominais. Entretanto, em sentenças copulativas, *gênero* é refletido no predicativo, como mostrado em (13) (cf. MOURA, 2006; 2007a).

(13) a. *Eu* sou bonit*o*/bonit*a*.

b. *Tu/Você* é bonit*o*/bonit*a*.

O mesmo ocorre com *a gente*, semanticamente primeira pessoa do plural que, gramaticalmente, requer geralmente concordância de terceira pessoa do singular.

(14) *A gente* está cansad*a*/cansad*o*.

A gente aparentemente não apresenta um conjunto completo de traços φ para a terceira pessoa (aparente ausência de *gênero*), mas é capaz de engatilhar marca de flexão de *gênero* no predicativo. No Português Europeu (doravante PE), a mesma forma pronominal também engatilha concordância no plural, como mostrado em (15), extraído de Pereira (2003).

(15) *A gente* está cansad*as*/cansad*os*.

De acordo com Everett (1996) e D'Alessandro (2006), uma solução para o que acontece nos exemplos (13), (14) e (15) pode ser a de que um dado traço φ, como *gênero*, possa ser desprendido do complexo de traços φ, não entrando na derivação amalgamado desde o léxico. Entretanto, tal solução parece empiricamente controversa pois não haveria motivação para que apenas este traço, e não outro, seja "desmembrado" do conjunto de traços φ.

Outra evidência de que a assunção tradicional de traços φ é incapaz de codificar a sintaxe dos pronomes é que a não-especificação de traços, como vista na forma (gramaticalmente) impessoal *a gente* com o traço *gênero*, também pode ser vista com outros traços e em outros pronomes. *Você*, segunda pessoa do singular em PB, também acumula uma leitura arbitrária.

(16) *Você* pensa que tá fazendo a coisa certa, mas no fim *você* não está
"Alguém pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim esse alguém não está"
"Você pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim você não está"

As duas leituras de *você* em (16) mostram que o pronome de segunda pessoa do singular aparentemente pode vir não especificado para o traço de *pessoa*, permitindo uma leitura arbitrária.

Em suma, mesmo em uma mesma forma pronominal, os traços φ parecem não se comportar uniformemente. Em (11), (14)-(16), o traço *pessoa* de *a gente* e *você* não parecem suficientes para diferenciação referencial, enquanto em (12), este traço parece crucial para ligação.

Os exemplos acima ilustram algumas restrições à variação pronominal em PB. O estudo destas restrições pode revelar os mecanismos e regularidades desta variação, o que é um dos objetivos desta tese.

2.3 Restrições sintáticas na alternância dos pronomes de primeira pessoa do singular

De volta à primeira pessoa do singular, *eu/mim* e *migo* encontram restrições quanto a sua distribuição. *Migo* **somente** aparece depois da preposição *com*, que pode ser considerada o atribuidor do Caso ablativo em PB (cf. (17)).

(17) Maria e Pedro saíram co*migo* (*com* + *migo*)/**com mim*

Mim só é permitido depois de preposição, exceto *com* (cf. (17)). Comparando-se os exemplos (17) e (18), parece haver distribuição complementar entre *migo* e *mim*, aparentemente controlada pelas exigências de seleção da preposição. Essa complementaridade, entretanto, não parece afetar a forma *eu*, uma vez que este pronome pode ocorrer depois de qualquer preposição em PB[21]:

(18) a. Ela bateu em *mim/*n*eu*
b. Pedro falou de *mim/*d*eu*

Mim não é permitido na posição sujeito de orações finitas (cf.(19a)), nem com duplo sujeito preverbal (cf.(19b)).

(19) a. *Eu/*mim* comi.
b. *Eu/*mim*, uma vez eu/*mim convidei ela.

Mim exige a presença de preposição em coordenação e em construções benefactivas, as quais requerem a preposição *para* em PB (cf.(20a)). Mas, com verbos psicológicos, tais como *gostar*, a preposição é exigida em ambos os conjuntos mesmo quando *eu* é usado (cf.(20b)).

(20) a. Maria deu um livro para ele e ?*eu*/**mim*/para *mim/eu.*
b. Maria gosta dele e de *mim*/d*eu*/**eu*.

[21] Testes simples com falantes nativos do PB mostraram que depois de preposições como *entre, até* e *sobre*, *eu* era a forma preferida apesar de alguns informantes conscientemente mencionarem a prescrição dos gramáticos da forma *mim* depois de preposições. Os testes consistiram em, dadas as duas formas pronominais, o falante escolher qual "melhor se encaixa" após tais preposições.

Em orações preposicionadas infinitivas, a inserção de um elemento (e.g. alguns advérbios) entre a preposição e o sujeito pronominal encaixado causa agramaticalidade quando *mim* ocupa tal posição, enquanto *eu* pode ocorrer sem nenhum dano gramatical.

(21) a. *Maria pediu para amanhã *mim* sair.
b. Maria pediu para amanhã *eu* sair.

Esta restrição é tradicionalmente assumida como sendo causada por uma relação de concordância entre o verbo infinitivo e o suposto sujeito (*eu*), uma vez que em PB, como também em PE, verbos infinitivos podem ser flexionados para número e pessoa (cf. RAPOSO, 1987; FIGUEIREDO SILVA, 1996; MENSCHING, 2000; SITARIDOU, 2002). Entretanto, evidência interlingüística de que a presença de um DP na posição sujeito de orações encaixadas infinitivas não está necessariamente ligada à concordância vem do espanhol. Esta língua permite a forma nominativa do sujeito pré- e pós-verbal mas sem marca de concordância entre eles (cf. SITARIDOU, 2002; PÖLL, 2007):

(22) Sin saberlo yo/yo saberlo Pedro se compró un coche
Sem saber.Cl.3.sg eu/eu saber.Cl.3.sg Pedro se comprou um carro

(PÖLL, 2007:95)

A quase irrestrita distribuição de *eu*, por um lado, e as restrições na distribuição de *mim/migo*, por outro, indicam que, apesar de haver alternância entre eles sem prejuízo no significado, tais pronomes são controlados por limitações estruturais. Em outras palavras, *eu* parece ser a forma menos especificada, tendo, conseqüentemente, menos restrições distributivas. Adicionalmente, apenas a primeira pessoa (singular e plural) e a segunda pessoa do singular preservam formas específicas para o possessivo, mas apenas a primeira do singular permite alternância com a forma nominativa e oblíqua precedidas da preposição *de*, em concordância com o restante das pessoas (cf. paradigma em (7) e exemplos em (23)).

(23) a. Ela bateu na (*minha*) cabeça (*deu*/de *mim*)
b. Ela bateu na (*sua*) cabeça (?*de você*)

c. Ela bateu na(s) (**suas*) cabeça(s) (*de vocês*)

Algumas das formas variantes acima podem ser encontradas em outras línguas além do PB, como o inglês. No inglês, o ablativo é marcado pela preposição *with* (com).

(24) They spoke *with* me/you/us…

O genitivo é, apesar das formas pronominais específicas, também marcado com a preposição *of* (de) em inglês.

(25) *Your* friends/friends of *yours*.

E, em orações infinitivas encaixadas, o inglês permite somente a forma acusativa do pronome como sujeito encaixado (ECM – *Exceptional Case Marking* – Marcação Excepcional de Caso), não permitindo a forma nominativa[22].

(26) For *me/*I* to play.

Tais semelhanças entre essas duas diferentes línguas (PB é um exemplo de língua românica enquanto inglês, de uma língua germânica) indica que o que acontece com os pronomes em PB não pode ser assumido como idiossincrasia.

Os dados até agora mostrados levantam um problema adicional para explicar como os traços que compõem o pronome são determinados sintaticamente. Os exemplos acima tornam evidente que não se pode adotar como verdadeira a assunção tradicional de que pronomes são primitivos no sentido de que eles não podem ser decompostos em elementos menores. Tampouco pode-se levar em conta somente uma distinção baseada na forma Casual dos pronomes pessoais em PB para descrever os padrões gramaticais da distribuição dos pronomes. Da mesma maneira, um conjunto simplificado de traços inserido na sintaxe não parece ser uma possibilidade plausível, visto que um único pronome pode apresentar um traço em um contexto e pode não o apresentar em outro

[22] Inversamente ao que acontece em PB, entretanto, a forma acusativa/dativa dos pronomes também é a única permitida na posição mais alta em contextos de duplo sujeito pré-verbal no inglês (cf.(20b), para o PB):

(i) **I* /*Me*, I love Paris in the springtime.
Eu/Mim, eu amo Paris em a primavera

(algo como o traço *pessoa* em *a gente* e em *você*, por exemplo). Alternativamente, pode-se assumir que eles sejam internamente estruturados e enriquecidos (CARDINALETTI e STARKE, 1999; HARLEY e RITTER, 2002; DÉCHAINE e WILTSCHKO, 2002).

Essa visão bifurcada do fenômeno acima – i.e. uma visão interna ao pronome e suas conseqüentes relações sintáticas – traz algumas conseqüências teóricas. Primeiramente, como já mencionado, os dados acima levantam alguns problemas para a Teoria do Caso. Assumindo o ponto de vista de Princípios e Parâmetros no modelo de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981;1986a), o sistema pronominal de uma língua de caso pobre (*case-poor language*, de acordo com SIGURÐSSON, 2003) reflete seu sistema Casual. Entretanto, por um lado, os dados acima mostram que esta simetria não é obedecida em PB, onde a distribuição dos pronomes raramente "olha" para Caso para ocorrer[23]. Por outro lado, algumas formas alternativas (ablativo, possessivo não-canônico (preposicionado) e todos os contextos em que *mim* ocorre) exigem uma preposição como um suporte casual externo.

Em segundo lugar, assumindo-se um ponto de vista Minimalista, a afirmação tradicional de *eu* como o autêntico sujeito de orações infinitivas encaixadas levanta um problema para o mecanismo de licenciamento do Caso nominativo já que, de acordo com esse modelo teórico, apenas um conjunto completo de traços φ em T pode licenciar o Caso nominativo (cf. CHOMSKY, 1999a; SITARIDOU, 2002), contrariamente ao que algumas análises prévias propõem (cf. BOTELHO PEREIRA e RONCARATTI, 1993; SALLES, 2000).

2.4 O sujeito pronominal em orações infinitivas encaixadas

Como tem sido demonstrado até agora, a tradicional explicação para a distribuição Casual dos pronomes pessoais em PB parece pouco convincente, uma vez

[23] Pode-se pensar que a restrição na posição sujeito de orações finitas – somente *eu* pode assumir essa posição – é devida a exigências casuais. Como será mostrado adiante, isso pode simplesmente ser explicado por meio das relações de concordância.

que não parece haver uma relação um-para-um entre pronomes e Caso. Até onde tenho conhecimento, os trabalhos desenvolvidos sobre pronomes em PB mostram a variação pronominal como conseqüência de uma possível mudança no mecanismo de concordância (cf. CERQUEIRA, 1996; GALVES, 1996; RODRIGUES, 2002; MOURA, 2006, 2007a, 2007b, entre outros), nunca sendo suscitada a possibilidade do oposto, uma possível motivação interna como *locus* da variação dos pronomes. A partir dos dados acima, apenas a variação que ocorre com o pronome de primeira pessoa do singular na posição de sujeito encaixado de orações infinitivas tem sido, de certa forma, vista internamente, mas apenas no que diz respeito à atribuição de Caso. Os outros dados aqui mostrados têm sido ignorados[24]. Nesta seção, discutirei algumas das perspectivas que se baseiam na Teoria do Caso para explicar o fenômeno da variação das formas pronominais de primeira pessoa do singular em PB, apontando onde tais propostas podem ser complementadas ou reformuladas.

2.4.1 Botelho Pereira & Roncaratti (1993)

Botelho Pereira & Roncaratti (1993) (doravante BP&R) propõem uma análise com base no quadro teórico de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981, 1986b) para a alternância entre *eu* e *mim* na posição sujeito em orações infinitivas preposicionadas, como ilustrado em (27)[25].

(27) a. Isto é para *eu* fazer
b. Isto é para *mim* fazer

(BP&R, 1993:15)

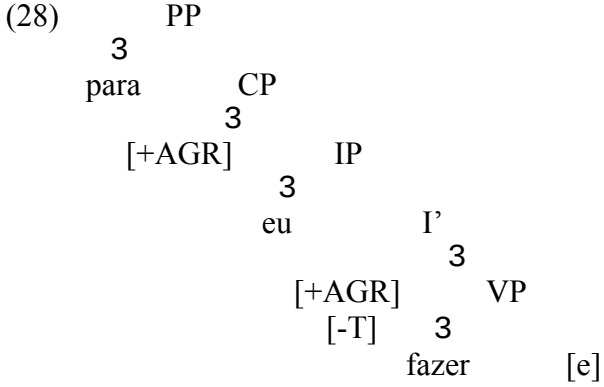
[24] A maior parte dos estudos em teoria gerativa sobre o PB leva em conta apenas o PB *standard*, considerando extremamente marginal ou mesmo agramatical alguns dados mostrados nesta tese. Entretanto, tais dados são largamente aceitos como gramaticais por uma grande parcela de falantes do PB. Ainda, alguns dados aqui apresentados são emprestados de estudos quantitativos sobre dialetos do PB, o que mostra a produtividade de tais usos (cf. NASCIMENTO, 2001; ALBUQUERQUE, 2006).

[25] BP&R extraem seus exemplos de intuição, para representar o Português Brasileiro *standard*, e de *corpora* do projeto "Competências Básicas do Português" (LEMLE & NARO, 1977) e da "Amostra Censo" (UERJ, 1980), com informantes de diferentes níveis de escolarização. BP&R notam o uso massivo de *mim* nos contextos estudados, mesmo por falantes com alto nível escolar (cf. BP&R, 1993:16).

Em sua análise, as autoras sugerem haver duas configurações sintáticas distintas para a alternância, dependendo do Caso que os pronomes carregam:

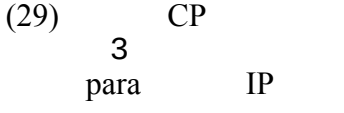
> […] [27b] é uma construção onde o sujeito recebe caso oblíquo por atribuição excepcional de caso da preposição para, decorrente de uma reanálise de para como complementizador, mas guardando suas propriedades atribuidoras de caso [...]. Em [27a] a oração infinitiva está contida em um sintagma preposicional encabeçado pela preposição para; [CONC] está presente no núcleo de FLEX, concordando com [+CONC] em COMP. O sujeito da oração infinitiva recebe o caso nominativo devido à regência por FLEX, que é seu regente mais próximo. A preposição para não pode reger dentro da oração pelo princípio da minimalidade.
>
> (BP&R, 1993:16-20)

A configuração sintática gerada a partir da análise de (27a) é mostrada em (28).

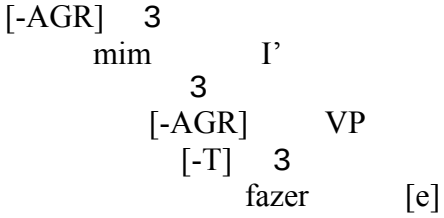
(28)


BP&R apelam para um infinitivo que projeta [AGR], baseadas na proposta de Raposo (1987) de que infinitivos projetam I (ou AGR), proposta esta baseada nos infinitivos flexionados do PE. Assim, AGR infinitivo atribui Caso nominativo a *eu* uma vez que a preposição *para* encontra uma barreira (CP) e não pode atribuir o Caso oblíquo (cf. CHOMSKY, 1986b)[26].

Por outro lado, *mim* aparece na seguinte configuração:

(29)


[26] Na teoria de Regência e Ligação, Caso é tradicionalmente atribuído via regência (CHOMSKY, 1981). Para a definição de CP como barreira, cf. Chomsky (1986b:15-16).



BP&R sugerem que o Caso oblíquo é atribuído sob ECM pela preposição *para*, que seria reanalisada como complementizador, satisfazendo as seguintes condições: (a) C herda as propriedades lexicais da preposição, tais como atribuição de Caso, diferenciando-se de outros complementizadores, como *que* ou *se*, que não atribuem Caso; (b) C seria o regente estrutural do sujeito, já que INFL não pode ser considerado um regente atribuidor de Caso (cf. BP&R, 1993:22).

As autoras ilustram sua análise com alguns contextos sintáticos em que *para* preenche a mesma posição que outros complementizadores, estando em distribuição complementar com estes (cf. SALLES, 2001):

(30) a. Quando minha mãe estava esperando [$_{C}$ para[$_{IP}$ *mim*[$_{I'}$[$_{VP}$ nascer]]]]
b. Quando minha mãe estava esperando [$_{C}$ Ø [$_{IP}$ *eu* [$_{VP}$ nascer]]]
c. Quando minha mãe estava esperando [$_{C}$ que [$_{IP}$ *eu*/**mim* [$_{VP}$ nascesse]]]

Em (30), as três sentenças são tidas como parafrásticas. Em (30a), a preposição *para,* mesmo ocupando C, mantém suas propriedades preposicionais, licenciando a forma oblíqua, diferentemente do C nulo, em (30b), e do *que,* em (30c).

Finalmente, BP&R sugerem uma ambigüidade sintática causada por uma possível leitura benefactiva que o dativo permite em sentenças como as de (31):

(31) a. Não dá mais pra mim [*e* jogar]
b. Não dá mais *e* [pra [mim jogar]]

Em (31a), um elemento vazio (*e*) está preenchendo a posição sujeito do infinitivo, permitindo que *mim* seja interpretado como objeto benefactivo da preposição; (31b) sugere que a categoria vazia é substituída pelo objeto benefactivo, permitindo que *mim* apareça na posição sujeito do infinitivo.

BP&R descartam a possibilidade de haver controle do objeto na estrutura, baseadas em seu julgamento de (32), descrito abaixo:

(32) a. Ela não dá papel pra mim$_i$ [e_i escrever]
b. *pra mim$_i$ ela não dá papel e_i [e_i escrever]
c. pra mim$_i$ ela não dá papel e_i [pra e_i escrever]

De acordo com a análise de BP&R das estruturas de (32), o exemplo em (32a) não pode envolver controle do objeto porque este mecanismo é "em geral incompatível com topicalização" (BP&R, 1993:28): a topicalização de *para mim* gera agramaticalidade em (32b), e, portanto, este não deve ser um caso de controle do objeto. (32c) é apresentado como evidência de que há um objeto benefactivo nulo já que *para* é exigido (e, portanto, duplicado) quando há o deslocamento de *para mim*. Assim, as autoras descartam a estrutura em (31a), afirmando ser (31b) a configuração legítima de *para mim*, i.e. considerando a ambigüidade gerada pela leitura benefactiva de *para mim* e a ilegitimidade do controle do objeto, neste caso, justificado por (32), um objeto benefactivo nulo se faz presente e a preposição *para* é reanalisada como complementizador, como (33) ilustra. Entretanto, o processo no qual o objeto benefactivo nulo é apagado para permitir a análise acima não é desenvolvido por BP&R.

(33) Não dá mais *e* [$_{CP}$ pra[$_{IP}$ mim[-AGR] jogar]]

Na realidade, a mesma ambigüidade é encontrada quando *eu* está presente, já que este pronome pode também aparecer depois da preposição *para* com uma leitura benefactiva em PB:

(34) a.Ela deu o livro *pra eu.*
b.Ela deu o livro *pra eu* ler.

A análise proposta por BP&R para a possibilidade da presença de *eu* claramente não dá conta de (34a), já que não existe nenhum [AGR] envolvido. Além disso, o

mesmo fenômeno ocorre com outras preposições, em oposição ao que as autoras afirmam:

(35) a. Ela gostou de *mim*/*eu* ter saído.
b. Pedro pensou nim[27] *mim*/n*eu* namorar ele.

Na verdade, a afirmação de que há um [AGR] projetado pelo infinitivo é algo controverso (cf. AOUN, 1986; GALVES, 2001; PIRES, 2001)[28]. No entanto, a noção de atribuição de Caso via regência, idéia central na análise de BP&R, não é mais bem quista dentro do empreendimento gerativista, uma vez que o conceito de regência traz algumas contra-evidências empíricas que, conseqüentemente, levaram a assunção de que Caso (estrutural) seria atribuído recorrendo-se à relação *spec-head* (cf. CHOMSKY, 1995; HORNSTEIN et al., 2005)[29].

Por fim, as perspectivas minimalistas mais recentes sugerem que C (mais especificamente, o traço D em C) seja o responsável pelo licenciamento do sujeito, tanto em sentenças finitas quanto em não-finitas (cf. CHOMSKY, 1999a; CARVALHO, 2007; ROUSSOU, 2007; URIAGEREKA e GALLEGO, 2007), desabilitando as exigências Casuais como motivação, pelo menos, para a posição sujeito.

2.4.2 Salles (2000)

Salles (2000) busca respostas para as seguintes questões, baseadas nos dados em (36) e (37): (a) por que (36a) é encontrado em PB, mas não em PE (nem em outras línguas românicas)?; (b) dado que (36b) é encontrado em PB (e em PE), há correlação entre o surgimento de (36a) e a ocorrência de (36b)?; (c) há correlação entre (36a) em PB e (37) em inglês?

[27] Em PB, a preposição *em* é muitas vezes pronunciada como *nim* (/nĩ/) quando precede *mim*, provavelmente devido a algum processo fonológico (a cópia do traço nasal de *mim*). Há ainda a possibilidade da forma *ni* (/ni/), com o apagamento da nasal final.
[28] Lightfoot (1991), entretanto, assume uma proposta semelhante a de Raposo (1987), afirmando haver uma pista de aquisição para um parâmetro presença/ausência de [INFL] abstrato em infinitivos.
[29] Entretanto, para alguns teóricos, a relação sonda-alvo nada mais é do que a própria relação de regência.

(36) a. Maria comprou um livro para *mim/ti* ler[30]

b. Maria comprou um livro para *eu/tu* ler/leres

(37) Mary bought a book for me/you to read

A autora propõe que há uma correlação entre os fenômenos em (36) e (37) no que diz respeito às condições de licenciamento. Para dar suporte a esta hipótese, Salles compara o desenvolvimento do Inglês Médio, período no qual a estrutura em (37) surge, ao desenvolvimento do PB, mostrando que há semelhanças no que diz respeito ao comportamento e à sintaxe dos pronomes.

Seguindo Lightfoot (1991), Salles propõe uma reanálise das estruturas em (38), o que geraria a sentença em (36a) acima:

(38) a. Maria disse (para mim/eles) para eu/eles sair(em)

b. Maria disse (para mim/eles) para mim/eles sair

Em (38), as sentenças mostram que haveria um PP na posição de complemento de *disse*, denominado verbo ponte – como *pedir, dizer, aconselhar, implorar* – e um segundo *para* e uma oração infinitiva com um sujeito realizado. A análise de Lightfoot leva em conta a assunção de Raposo (1987) de que o sujeito nominativo em orações infinitivas é licenciado pelo movimento do verbo infinitivo para uma categoria funcional/flexional abstrata (AGR) dentro da oração encaixada, em que o Caso nominativo seria atribuído ao sujeito (SALLES, 2000:1062). Esta análise é também assumida por Botelho Pereira e Roncaratti (1993), como já mostrado anteriormente[31].

Para a estrutura em (38b), Lightfoot sugere que, na ausência de morfologia flexional no infinitivo, a categoria abstrata AGR esteja ausente e, conseqüentemente, o Caso nominativo não possa ser atribuído, sendo a atribuição de Caso responsabilidade da preposição, o que explica a forma oblíqua do pronome (*mim*). O autor ainda sugere que, em (38b), a preposição *para* deva ser reanalisada como um complementizador, estando localizada no C encaixado (o mesmo que assumem BOTELHO PEREIRA e RONCARATTI, 1993).

[30] Sobre a possibilidade da ocorrência do fenômeno com a segunda pessoa do singular, cf. nota de rodapé 3.

[31] Cf. (28) em 2.4.1.

Salles salienta que esta noção de reanálise foi originalmente proposta para sentenças como (39), em que, semelhantemente a (40), há uma dupla ocorrência da preposição (*for*).

(39) It is pleasant [for the rich] [for the poor] to do the hard work

A reanálise diacrônica de *for* em C em sentenças como (37) e (39) ocorreu no Inglês Médio tardio, e foi precedida pela reanálise da estrutura [DP to VP] (eg. *Mary expects John to win – "Maria espera que John vença"*), em que o objeto do V matriz é interpretado como argumento do infinitivo, constituindo um contexto ECM (cf. JARAD, 1997). Isto seria o resultado de algumas mudanças nessa língua, tais como (a) perda gradual da flexão verbal, (b) rigidez da ordem de palavras e (c) mudança da ordem SOV para SVO. Também, a preposição *for* ocorre para substituir caso morfológico que marcaria o benefactivo dativo[32].

Jarad (1997) mostra que quando *for* aparece como um objeto preposicional, ele pode ser questionado, relativizado ou passivizado, o que não é possível com *for* em contextos infinitivos. Salles mostra que este comportamento é também encontrado em PB:

(40) a. Maria pediu para o João sair.
b. *Para quem Maria pediu sair?
c. *A pessoa para quem Maria pediu sair.

Assim, Salles adota a hipótese de que a ocorrência de sujeito realizado em orações infinitivas com verbos ponte se deve ao processo de reanálise envolvendo a preposição *para* que introduz o objeto preposicionado na oração principal e um segundo *para*, que introduz a oração encaixada, afirmando que este processo desfaz a ambigüidade na configuração em (41):

(41) …DP [$_{CP}$ *para*…]

[32] Este fato é também relacionado à perda dos pronomes clíticos no início do Inglês Médio (ver VAN KEMENADE, 1987).

Salles questiona-se por que a estrutura em (41) ocorre em PB mas não em PE. Sua resposta para esta questão é baseada no fato de objetos indiretos em PB serem encabeçados pela preposição *para*, enquanto em PE, esta posição é ocupada por um clítico, que controla a posição sujeito do infinitivo encaixado:

(42) a. Disse-me para sair (PE)
b. Disse para eu/mim sair (PB)

De acordo com Salles, isso permite o seguinte paralelo: (a) a perda do pronome clítico em PB e (b) o desenvolvimento de sentenças de tipo [DP to VP] em inglês, o que está associado à perda de caso morfológico. A autora associa este paralelo à proposta de Madeira (1995) para infinitivos flexionados em PE. A análise de Madeira se baseia em dois pressupostos: (a) toda oração infinitiva é um CP e (b) traços de Caso e T infinitivo, cujo *spell-out* é a morfologia flexional propriamente dita, somente podem ser licenciados por C. Então, em predicados epistêmico-declarativos, o resultado disso é a ordem VS, a qual é obrigatória em PE, como pode ser visto em (43).

(43) a. Afirmou terem eles saído
b. *Afirmou eles terem saído

Entretanto, (43a) sugere que em tal estrutura não haja mecanismo de concordância dentro do infinitivo, como AGR, o que permite controle, uma vez que *para* não é reanalisado como um complementizador (cf. BP&R, 1993). Assim, a proposta de Madeira não seria adequada para dar suporte à análise de Salles, o que é reforçado por (44), possível em PE e PB, em que mesmo a presença do clítico de primeira pessoa do plural não engatilha flexão no infinitivo:

(44) Disse-nos para sair/*saírmos

De acordo com Salles, no predicado em (45) abaixo, C é semanticamente vazio mas pode ser preenchido, engatilhando movimento de T para C (SALLES, 2000:1066). Assim, a autora assume que a perda de movimento de T para C em (36a) é justificada pela impossibilidade de (43) em PB (também de acordo com FIGUEIREDO SILVA,

1996), uma vez que (36a) seria a alternativa que esta língua teria para licenciar o sujeito realizado de orações infinitivas.

Ainda, Salles nota que *para* aparece em contextos onde C apresenta um traço modal [+*irrealis*], sugerindo também que sentenças como (36) estejam em distribuição complementar com o subjuntivo em PB (cf. SALLES, 2001). No entanto, a contraparte subjuntiva de (36b), repetido abaixo em (45a), é (45b):

(45) a) Maria comprou um livro para *eu/tu* ler/leres
b) Maria comprou um livro *(para) que *eu/tu* leia/leias

Em (45b), a ausência de *para* gera agramaticalidade, o que mostra que *para* nesta sentença não ocupa a mesma posição que *que*. Salles (2000) ainda aponta que a perda da flexão verbal também é refletida no subjuntivo, sendo substituída pela forma indicativa. Carvalho (2007) sugere que nestes contextos o traço D do sujeito é checado em C, e não em T (CHOMSKY, 1999a; URIAGEREKA e GALLEGO, 2007), o que permite uma redução (ou simplificação) ainda maior da forma verbal em construções subjuntivas com o complementizador *se*, como pode ser observado em (46):

(46) Ela me mata se nós falar a verdade

Uma vez que a proposta de Salles se baseia nas mesmas pressuposições da proposta de BP&R, aquela encontra os mesmos problemas que aponto para esta, na seção anterior.

2.5 Sumário

Este capítulo procurou sintetizar a distribuição dos pronomes pessoais em PB, baseado em dados empíricos, com a intenção de prover evidências para o desenvolvimento da análise nos capítulos seguintes. Levei em conta alguns dados do PB que enfraquecem o conceito tradicional de distribuição do pronome baseado apenas em Caso, conceito que fundamenta as análises mostradas acima, as quais não oferecem uma proposta satisfatória para lidar com os fenômenos expostos. Assim, uma análise que

leve em conta apenas a realização do pronome como evidência não será suficiente para explicar sua distribuição. Portanto, proponho que em vez de ser inserido na derivação como um elemento simples e inexorável, um pronome deve ser *construído*, i.e. ele deve ser o resultado da combinação de alguns elementos atômicos. Esta hipótese tem massivas consequências para a análise do comportamento sintático dos pronomes pessoais, especialmente no que diz respeito ao seu mecanismo de concordância. Esta hipótese e as consequências de tal (*de)composição* serão desenvolvidas no próximo capítulo.

3

Uma geometria de traços para os pronomes em PB

3.1 Introdução

O propósito deste capítulo é demonstrar como uma proposta fundamentada em traços pode lidar com os dados mostrados no capítulo anterior e com fenômenos que considero inter-relacionados, como a não-correspondência de traços na concordância (i.e. incompatibilidade entre os traços da *sonda* e do *alvo*) e o sincretismo no sistema pronominal em PB. Alternativamente, defendo que a composicionalidade de traços é a responsável pela distribuição dos pronomes pessoais, hipótese esta sustentada por alguns estudos recentes (CARDINALLETI e STARKE, 1999; DÉCHAINE e WILTSCHKO, 2002; HARLEY e RITTER, 2002) os quais são mais coerentes com os últimos desenvolvimentos da teoria gerativa (i.e. *bare phrase structures*, CHOMSKY, 1986a; 1995; 1998; 1999a). Esta abordagem é preferível pois abrange uma variedade maior de fenômenos envolvendo variação de pronomes em PB (confira dados do capítulo anterior). Ainda, o presente capítulo é desenvolvido com o intuíto de apresentar uma importante noção que será essencial no decorrer desta tese, a de *subespecificação de traços*.

Como foi mostrado no capítulo anterior, o conceito de *pronome* como um primitivo é inadequado pois sua forma não é capaz de definir sua função gramatical, como mostram os dados em (1) abaixo. As formas pronominais *você, elas* e *eles* são formas nominativas cuja função original era a de sujeito (cf. Coutinho, 1976), mas que podem desempenhar qualquer outra função gramatical, como as de complemento simples (1a) e preposicionado (1b,c).

(1) a. Eu vi *você* no trabalho.
b. Ele deu o livro para *elas*.
c. Ela comprou o livro com *vocês*/*eles*

Como os dados do capítulo anterior evidenciam, algumas informações devem ser incorporadas ao pronome com o intuito de explicar alguns fenômenos observados na sintaxe, como, por exemplo, a presença da marca de gênero no predicativo com um pronome que não apresenta nenhuma morfologia visível para este traço, ou a diferença entre um pronome pessoal com referência definida e um com referência arbitrária que

possuam uma mesma forma pronominal. Uma alternativa parece ser desvelar o invólucro pronominal, decompondo-o em elementos atômicos a fim de apresentar uma solução aos problemas gerados pela adoção de um paradigma pronominal baseado nas formas Casuais.

Na verdade, esta hipótese não é uma novidade. Harley e Ritter (2002) já defendem uma proposta em que pronomes são compostos por traços mais elementares, i.e. um pronome é o resultado de uma geometria de traços que permite gerar todo tipo de pronome em qualquer língua natural através das suas relações gramaticais. Esta visão de pronome é justificada pois desta forma uma língua seria capaz de gerar todo tipo de elementos pronominais a partir de uma fonte limitada de elementos disponíveis no léxico, em consonância com a noção de recursividade. Ainda, considerar um pronome como sendo uma árvore composta por traços parece ser uma maneira mais simplificada de se lidar com concordância visto que, assim, não haveria necessidade de se apelar à morfologia flexional durante a derivação (cf. BÉJAR, 2003; 2008). A adoção de tal perspectiva acerca dos pronomes torna claro que o atual mecanismo de concordância (CHOMSKY, 1999a) precisaria ser repensado em termos de aplicabilidade.

Com a finalidade de analisar de que forma um pronome é composto e que conseqüências isso acarreta, este capítulo é organizado da seguinte maneira: na próxima seção, mostrarei que pronomes compreendem mais do que os tradicionais traços φ – mais traços formais estão por trás de uma forma pronominal, além dos de *pessoa, número* e *gênero*, e tais traços obedecem a uma hierarquia; então, em 3.3, revisarei a literatura que subsidiará esta proposta (CARDINALETTI e STARKE, 1999; DÉCHAINE e WILTSCHKO, 2002; RULLMANN. 2004; HARLEY e RITTER, 2002; BÉJAR, 2003); na seção seguinte, desenvolverei uma notação para cada traço φ tradicional – *pessoa, número* e *gênero* – apontando que cada um é, na verdade, uma categoria composta por elementos mais atômicos e a combinação destes elementos é capaz de gerar os possíveis pronomes em PB, de acordo com a proposta de Harley e Ritter (2002), mostrando também que esta notação pode ser vista como uma representação interna ao pronome do conceito de *deficiência estrutural* (CARDINALETTI e STARKE, 1999; DÉCHAINE e WILTSCHKO, 2002); 3.6 conclui o capítulo.

3.2 Traços e composição pronominal

3.2.1 O que determina a distribuição de um pronome?

É tradicionalmente assumido que a distribuição de um pronome é determinada por sua forma, historicamente tida como sendo definida por Caso[33]. Apesar de um pronome carregar uma série de diferentes traços, como *gênero* e *número,* os quais também são determinantes de sua forma, Caso é geralmente assumido como o que define sua forma final e a sua posição na sentença. Em inglês, por exemplo, o pronome *he* (terceira pessoa do singular, masculino, nominativo) tem esta forma pois é geralmente o pronome que assume a posição sujeito, enquanto *him* (terceira pessoa singular, masculino, acusativo) é assim pronunciado pois ocupa normalmente a posição objeto. A partir desta visão tradicional, os pronomes são organizados através das línguas, pelo menos nas mais conhecidas[34]. Como freqüentemente é visto nestas mesmas línguas, esta "regra" para definir um pronome não pode ser uma generalização. Os mesmos pronomes mencionados acima (*he* e *him*), no inglês, podem assumir diferentes posições sintáticas. Em (2), *he* pode aparecer como objeto com leitura reflexiva, enquanto *him*[35], em (3), pode (e, neste contexto, deve) estar na posição sujeito em coordenações:

(2) [Michael Jackson] gave his sister vodka, and *he* and his brother wine.
[Michael Jackson] deu sua irmã vodka, e *ele* e seu irmão vinho
"[Michael Jackson] deu vodka a sua irmã, vinho a ele mesmo e seu irmão"

(3) …because Dennis Rader and *him* couldn't share the same
porque Dennis Rader e ele.ac podem.neg dividir as mesmas

[33] A noção de Caso como adotada aqui só será discutida mais detalhadamente no capítulo 5. Por enquanto, é suficiente saber que o que estou denominando *Caso* é o tradicional Caso abstrato sem uma distinção entre estrutural e inerente, uma vez que isso não se faz necessário no momento.

[34] Como será mostrado, em algumas línguas, como o PB, os pronomes precisam ser definidos pela combinação de outros elementos além de Caso.

[35] Não existe uma forma *acusativa* para o inglês. Na verdade, como será defendido mais adiante, nem para o PB. Os pronomes realizados nesta posição em inglês têm a mesma forma que os que aparecem num contexto dativo ou mesmo ablativo.

(i) She gave it to *him*(dat)
(ii) She came with *him*(abl)

facilities
instalações
"...porque Dennis Rader e ele não conseguem dividir as mesmas instalações"

(PARROT, 2006:7-8)

Outros exemplos de exceção às generalizações são ilustrados por construções ECM, como observado em (4).

(4) It is time for *him* /**he* to visit me.
Pron.3sg.neutro é tempo para ele.obl/ele.nom visitar me.ac
"Está na hora de ele me visitar"

Em (4), a forma oblíqua do pronome se justifica pela presença do complementizador *for* (para) que autoriza um oblíquo ser interpretado como um nominativo (cf. seção 2.4.2 do capítulo 2). Entretanto, outros complementizadores não possuem essa mesma capacidade e podem apenas licenciar o nominativo.

(5) The book that *he* /**him* lent me.
O livro que ele.nom/ele.obl emprestou me.ac
"O livro que ele me emprestou"

Como fora mencionado acima, outras línguas apresentam a mesma possibilidade em seus paradigmas pronominais (como o islandês, japonês, hindu, por exemplo – cf. SIGURÐSSON, 2003; MCFADDEN, 2004). Em PB, esta desobediência por parte dos pronomes é bem mais abrangente do que a vista em inglês, como pôde ser observado no capítulo 2. Nessa língua, quase todos os pronomes pessoais não têm uma posição fixa em seu paradigma Casual[36]. O PB permite a forma "nominativa" em praticamente todas

[36] Denomino *paradigma Casual* aqui a apresentação normativa dos pronomes pessoais. O paradigma em (i) é tido como o atual em PB, em que as formas pronominais de segunda pessoa do singular e do plural, *tu* e *vós*, respectivamente, podem ainda ser encontradas apenas na modalidade escrita da língua (cf. BECHARA, 1999).

as posições sintáticas, como fora mostrado no capítulo anterior. Os dados ilustram uma não-correspondência entre o tradicional paradigma pronominal baseado em sua forma Casual para determinar a distribuição dos pronomes e as reais exigências para tal distribuição.

3.2.2 Pronomes enriquecidos

Um pronome, como já foi dito, é um reflexo de diferentes tipos de traços, os quais determinam suas características e, conseqüentemente, devem definir seu comportamento sintático. Canonicamente, esses são traços morfossintáticos (φ), e codificam informação de *pessoa, número* e *gênero*. Todos estes traços são considerados como sendo formativos do pronome. Justamente por comporem um pronome, estes traços participam do mecanismo sintático de concordância. Entretanto, apesar de seu conteúdo – todos são traços que codificam informações discursivas já gramaticalizadas pela língua –, alguns traços φ não se mostram eficientes para capturar todas as informações que um pronome carrega. Na seção 2.2 do capítulo anterior, levanto evidências disso. Em (6) abaixo, por exemplo, o traço *pessoa* é incapaz por si só de determinar a interpretação (ou referencialidade) do pronome: *você* é a forma canônica para a segunda pessoa do singular em PB, mas pode também ter uma interpretação arbitrária numa mesma sentença.

(6) *Você* pensa que tá fazendo a coisa certa, mas no fim *você* não está
"Alguém pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim esse alguém não está"
"Você pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim você não está"

(i)

	NOMINATIVO	ACUSATIVO	DATIVO	OBLÍQUO
SINGULAR	1.eu 2. tu/você 3.ele/ela	me te/você o/a	me lhe si	mim ti/você ele/ela
PLURAL	1.nós/a gente 2. vós/vocês 3.eles/elas	nos/a gente vos/vocês eles(elas)/os(as)	nos/a gente a vocês a eles(elas)	nós/a gente vocês eles/elas

Porém, como demonstrado no capítulo anterior, este paradigma omite diversas ocorrências dos pronomes em PB (cf. figura 7, Cap. 2). Mesmo na modalidade escrita atual da língua, as formas pronominais acimas mencionadas (*tu* e *vós*) são pouco encontradas, o que indica que mesmo em um registro tão conservador quanto o escrito, um paradigma Casual não pode ser assumido como sendo a real representação para os pronomes.

Você, em (6), pode ser analisado através de pelo menos duas perspectivas: (i) há duas entradas lexicais diferentes para esta mesma forma pronominal, uma para a segunda pessoa com referência definida e outra para a referência arbitrária; e (ii) há apenas uma única entrada lexical para *você* e o traço *pessoa* é, na verdade, um traço complexo que, dependendo de seu conteúdo, gera diferentes interpretações para uma única forma pronominal, neste caso. A segunda perspectiva parece mais atraente visto que, mesmo se houvesse duas entradas lexicais diferentes para uma mesma forma pronominal, poder-se-ia compô-las usando-se um traço único complexo, o que é coerente com a noção de recursividade e economia (cf. CHOMSKY, 1995; 2001; URIAGEREKA, 2000).

Da mesma forma que em (6), em (7) *a gente* apresenta variação na interpretação do traço *pessoa*: com um clítico anafórico, *a gente* permite os de primeira ou terceira pessoas, dependendo da localidade[37].

(7) a. *A gente*$_i$ já *se*$_i$ */*nos*$_i$ viu na TV.

b. *A gente*$_i$ soube que o Paulo **se*$_i$ */nos*$_i$ viu no Giovannetti ontem.

(MENUZZI, 2004:109)

Esta variação também leva em conta o traço *número*, uma vez que *a gente* possibilita, no verbo, tanto marca morfológica de terceira pessoa do singular quanto de primeira do plural. O mesmo ocorre com *nós*, a forma pronominal canônica de primeira pessoa do plural, que pode estabelecer concordância com a terceira pessoa do singular, em PB. Com *número*, a hipótese de traço complexo pode ser aplicada da mesma forma que para *pessoa*. Devem haver, portanto, elementos que estabeleçam concordância sintaticamente em (8), onde todas as combinações entre pronomes e morfologias verbais são gramaticais.

[37] Menuzzi (2004) propõe que *a gente* é semanticamente uma forma pronominal de primeira pessoa do plural, equivalente a *nós*, e gramaticalmente, de terceira pessoa do singular, o que justificaria a concordância sintática. Entretanto, essa análise não explica o exemplo em (i), em que, mesmo localmente, os traços do possessivo devem ser apenas de primeira pessoa do plural, sendo agramatical a concordância gramatical entre este elemento e o *a gente*.

(i) A gente leu *nosso*/**seu* próprio livro.

(8) a. *A gente* é brasileiro

b. *A gente* somos brasileir*o*(s)

c. *Nós* somos brasileiro(s)

d. *Nós* é brasileiro

Como visto acima, seguindo a perspectiva minimalista mais recente (CHOMSKY, 1998; 1999a), numa dada derivação, uma *sonda* contendo mais traços do que um *alvo*, ou com traços diferentes dos do alvo, não representa condição para concordância, e, conseqüentemente, a derivação não converge.

Gênero também levanta problemas para definição de um pronome. Não apenas pronomes que apresentam *gênero* morfologicamente expresso em suas formas carregam tal traço; pronomes que não exibem marca de *gênero* parecem carregá-lo da mesma forma. Em (9), a primeira e a segunda pessoas do singular desencadeiam marca morfológica de *gênero* no predicativo.

(9) a. *Eu* sou bonit*o*/bonit*a*.

b. *Você* é bonit*o*/bonit*a*.

Aqui, a gramaticalidade de (9) demonstra que *gênero* não pode ser determinado apenas quando o pronome o exibe morfologicamente[38].

Adicionalmente, um pronome não parece ser configurado apenas pelos traços acima mencionados. Em (6) acima, a arbitrariedade referencial de *você* não pode ser capturada por sua forma, visto que *pessoa* caracteriza esta forma pronominal (2ª pessoa), ou simplesmente pelos já conhecidos traços φ. Como mencionado acima, *pessoa* não é suficiente para definir *você* dentro de um paradigma, i.e. não é o único traço por isso responsável, mas, indiscutivelmente, este traço é indispensável para a interpretação e identificação deste pronome. Isto quer dizer que deve haver algo mais que permita as duas interpretações. Como será argumentado mais adiante, informações como *especificidade* ou *definitude* devem ser incluídas na composição pronominal a fim de fazer tal diferenciação.

[38] Na verdade, nem mesmo nomes sempre exibem *gênero* em sua morfologia (cf. MOURA, 2007a).

Isso nos faz acreditar que esta informação deve ser trazida para dentro da derivação, o que não é nenhuma novidade (cf. D'ALESSANDRO, 2006; SPEAS, 2004). Mas, mais especificamente, essas informações "extra" deveriam ser concatenadas com os traços básicos que compõem um pronome. Isto se dá pois, algumas vezes, elas são necessariamente exigidas por questões de concordância (cf. COWPER e HALL, 2002). Em outras palavras, estes traços extra são sintaticamente exigidos e devem estar presentes na derivação.

A introdução de tais informações pode acarretar problemas como: (a) como lidar com tanta informação dentro de um único elemento?; (b) como controlar tais traços?; (c) é possível conciliar este pronome enriquecido e um mecanismo minimalista de concordância?

O fato de considerar que mais traços integram um pronome não quer dizer que todos estes traços devem necessariamente ser legíveis ou mesmo presentes no curso da derivação. A solução para estes problemas começa ao se assumir uma hierarquia para tais traços estabelecida ainda no léxico. Esta hieraquia deve ser fundamentada nos princípios da subespecificação. Isto se dá já que, como visto acima, alguns traços são interdependentes: a interpretação de um traço depende da presença ou ausência de outro. Este comportamento coloca outro *desideratum*: traços devem obedecer *acarretamento*. Acarretamento aqui é concebido estruturalmente como definido abaixo:

(10) **Acarretamento**

Dados dois elementos A e B repectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença do outro elemento A.

Esta noção é capturada da proposta de Harley & Ritter (2002). As autoras propõem uma geometria que permite a geração de pronomes entre as línguas a partir de um número limitado de traços semânticos. Adotarei esta proposta com uma diferença: algumas informações outrora extra-sintáticas, tais como *especificidade* e *definitude*, também são incluídas nesta geometria, uma vez que tais informações parecem, a partir das evidência acima expostas, ter-se gramaticalizado e fazer parte do arsenal informacional componente dos pronomes no léxico. Assumirei sem pormenores que tais informações foram de fato gramaticalizadas e são parte integrante do conjunto de traços formais dos elementos pronominais.

Adoto uma visão hierárquica para os traços dos pronomes ao invés de uma perspectiva binária (cf. NOYER, 1992; HARBOUR, 2006). Antes de revisar a literatura que baseará as análises desenvolvidas nesta tese, algumas palavras devem ser tecidas para justificar a adoção de uma teoria geométrica para pronomes.

Uma teoria geométrica para os pronomes é preferível a uma teoria binária, uma vez que a última se mostra limitada em alguns contextos: embora pareça mais elegante por envolver menos traços, uma visão binária não prevê, por exemplo, a gradação de um mesmo traço[39]. Outro exemplo que justifica a adoção de geometria vem do fato de um sistema binário, que possua os traços *falante* e *ouvinte*, ou *destinatário*[40], poder predizer a distinção entre primeira pessoa do plural definida e arbitrária, apenas pelos valores (positivo ou negativo) de seus traços (primeira pessoa do plural inclusiva terá o traço [+falante,+destinatário] enquanto a forma arbitrária, [-falante,-destinatário]), mas não dar conta da distinção entre as formas *nós* e *a gente*, ambas formas pronominais de primeira pessoa do plural, ou entre *a gente, você* e *se*, todas formas pronominais arbitrárias. Uma solução seria a inclusão de um traço adicional (e.g. ± *inclusivo*) apenas para estes pronomes, o que parece um tanto quanto dispendioso e arbitrário. Além disso, uma teoria geométrica é lexical por natureza e, portanto, anterior à realização sintática, o que é condizente com a proposta aqui adotada.

3.3 Sobre a composicionalidade do pronome

Tendo-se mostrado que a assunção de pronomes como um primitivo falha em explicar seu comportamento morfo-sintático-semântico, e que mesmo a visão tradicional de traços φ para tais pronomes também não é suficiente para tal, descreverei como uma perspectiva enriquecida dos pronomes nos permite determinar seu comportamento morfossintático. Pretendo demonstrar como uma abordagem de traços pode lidar com os dados mostrados acima, uma vez que as visões tradicionais de Caso e

[39] Farias (2005) argumenta contra a concepção binária de traços, a partir de Chomsky (1974; 1981; 1986) e Abney (1987). De acordo com Farias, uma categoria como preposição, por exemplo, não pode simplesmente ser definida como [-N,-V] (CHOMSKY, 1981;1986) nem como [-F,-N] (ABNEY, 1987), uma vez que, em algumas línguas (eg. PB) algumas preposições mostram uma gradação categorial entre funcional e lexical.

[40] Do inglês *speaker, hearer* e *addressee*.

de traços φ não são suficientes para explicar a distribuição dos pronomes pessoais no PB. Como dito acima, proponho uma composicionalidade de traços baseada em algumas abordagens recentes (CARDINALLETI e STARKE, 1999; DÉCHAINE e WILTSCHKO, 2002; RULLMANN, 2004; HARLEY e RITTER, 2002) para a distribuição dos pronomes.

3.3.1 Cardinaleti & Starke (1999)

A idéia central da proposta de Cardinaletti & Starke (1999) é a tripartição da classe de pronomes em elementos *clíticos*, *fracos* e *fortes*. Ambos os elementos fracos e fortes ocupam posições de XP, enquanto clíticos ocupam posições X^0. Ao mesmo tempo, elementos fracos e clíticos são *deficientes*, sendo restringidos com respeito a sua distribuição, e.g. nenhum deles é coordenável, enquanto elementos fortes o são.

(11) a. Loro [forte] e quelle accanto sono troppo alte
b.*Esse [fraco] e quelle accanto sono troppo alte

De acordo com Cardinaletti & Starke (doravante, C&S), há uma assimetria morfológica entre as três classes (uma classe é um subconjunto morfossintático da outra), como pode ser visto em (12); elementos deficientes são reduzidos sistematicamente com respeito aos elementos fortes e, conseqüentemente, projetam menos estruturas sintáticas.

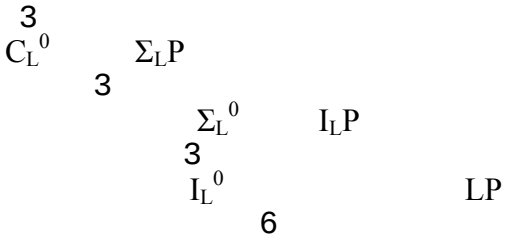
(12) clítico ≤ fraco ≤ forte

Enquanto pronomes fortes são projeções nominais completas (cf. (13a)), pronomes fracos carecem da camada funcional mais alta (cf. (13b)), e pronomes clíticos não projetam ambas as camadas funcionais mais altas (cf. 13c)).

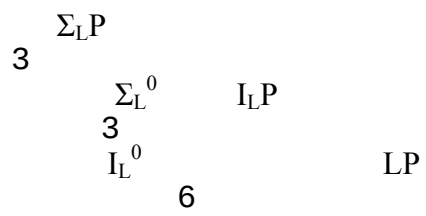
(13) a. Pronomes fortes[41]

C_LP

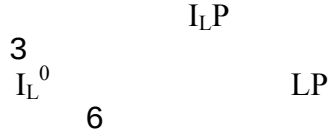
[41] L= qualquer categoria lexical e Σ^0= o *locus* de traços de L^0 relacionados à prosódia.



b. Pronomes fracos



c. Pronomes clíticos



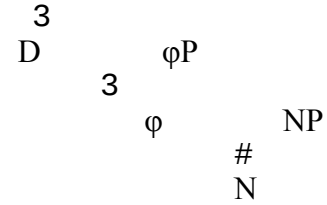
A tipologia de C&S demonstra que quanto menos traços/projeções um elemento tem, mais deficiente ele é. Esta deficiência estrutural seria traduzida como a falta de um conjunto de núcleos funcionais, os quais contêm traços φ e traços referenciais (de modo similar às projeções funcionais mais altas associadas ao verbo). A ausência de alguns desses núcleos funcionais seria o gatilho para as assimetrias sintáticas, semânticas e prosódicas.

Neste ponto, é necessário pontuar que a tipologia de C&S é baseada na teoria de Regência e Ligação (CHOMSKY, 1981). Um olhar minimalista sobre esta proposta mostra que esta deficiência pode ser traduzida num ponto de vista mais simples, baseado em traços (cf. DÉCHAINE & WILTSCHKO, 2002). Na verdade, a idéia central de C&S é capturada pela teoria baseada em traços delineada a seguir, que segue o conceito de subespecificação. A diferença, entretanto, está no *locus* de tal subespecificação.

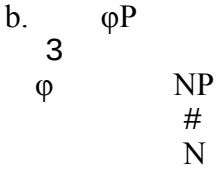
3.3.2 Déchaine & Wiltschko (2002)

Déchaine & Wiltschko (2002) (doravante D&W) defendem que os tipos de pronomes são definidos morfossintaticamente e seu *status* morfossintático determina suas propriedades de ligação. As autoras propõem uma análise em que os pronomes são divididos em três tipos de acordo com seu *status* categorial: pro-DPs, pro-φPs e pro-NPs. Um pro-DP funciona como expressões-R, ou seja, ele atua como uma expressão livre referencialmente. Estruturalmente, pro-DPs incluem pro-φPs e/ou pro-NPs. Assim, os últimos seriam subconstituintes do primeiro, similarmente à deficiência estrutural postulada por C&S, então, sendo pro-φP uma projeção intermediária entre D e N que codifica traços φ.

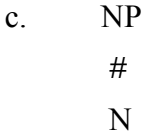
(14) a.



b.



c.



A partir desta distribuição, D&W definem a distribuição das pro-formas de acordo com seu tipo: pro-DPs podem somente ser argumentos, pro-φPs podem ser tanto argumentos quanto predicados, e pro-NPs podem ser apenas predicados. Morfologicamente, pro-DPs têm a sintaxe (complexa) de um D, pro-φPs não têm sintaxe nem de D nem de N, e pro-NPs têm a sintaxe de um N. E, finalmente, de acordo

com suas propriedades de ligação, pro-DPs são expressões-R, pro-φPs são variáveis, e pro-NPs, nenhuma das duas. Esta distinção pode ser melhor visualizada no paradigma em (15) abaixo:

(15) *Tipologia das Pro-formas Nominais* (D&W, 2002:410)

	Pro-DP	Pro-φP	Pro-NP
Sintaxe interna	Sintaxe de D, morfologicamente complexa	Não possui sintaxe de D nem de N	Sintaxe de N
Distribuição	argumento	argumento ou predicado	predicado
Semântica	definida	—	constante
Status quanto à ligação	Expressão R	variável	—

D&W ilustram sua tipologia com pronomes (enfáticos) independentes em halkomelem, língua indígena norte-americana, agrupados no paradigma em (16), como um exemplo de pro-DPs, como mostra a configuração em (17):

(16) *Pronomes independentes em halkomelem* (D&W, 2002:412)

	Singular	Plural
1	*te*-'élthe (det-1sg) *te*-á'elthe(det-1sg.emph)	*te*-lhlímelh (det-1pl)
2	*te*-léwe (det-2sg)	*te*-lhwélep (det-2pl) *tu*-tl'ó:lem (det-3pl)
3	*tú*-tl'ò (det-3sg) *thú*-tl'ò (det.fem-3sg)	*thu*-tl' ó:lem (det.fem-3pl) *yu*-tl'ó:lem (det.pl-3pl)

(17) *Estrutura Pro-DP*

φ NP
# #
tl'ò ø

O mesmo tipo de pronomes em shuswap, outra língua indígena norte-americana, é, por outro lado, um exemplo da categoria pro-φP. Os pronomes enfáticos estão agrupados em (18) e sua possível configuração, em (19):

(18) *Pronomes independentes em shuswap* (D&W, 2002:414)

	Singular	Plural
1	n-tsets-we7 (1sg-emph-deic)	wll-enwi7-kt (pl-emph-1pl)
	te-á'elthe(det-1sg.emph)	wll-enwi7-s-kucw (pl-emph-3-2-excl)
2	7-enwi7 (2sg-emph)	wll-enwi7-mp (pl-emph-2pl)
3	Newi7-s (emph-3)	wll-enwi7-s (pl-emph-3)

(19) *Estrutura Pro-φP*

φP
3
φ NP
# #
ntsetswe7 ø

Finalmente, a forma pronominal *kare*, do japonês, fornece um exemplo de pro-NP:

(20) *Estrutura Pro-NP*

NP
#
N
#
kare

D&W argumentam que, apesar de halkomelem e shuswap parecerem similares (ambas são línguas de núcleo marcado, de predicado inicial e usam afixos e clíticos pronominais), elas distinguem-se uma da outra no que diz respeito à constituição de seus pronomes enfáticos. Os pronomes independentes em halkomelem exibem todas as propriedades de um DP (cf.(21)):

(21) a. [Lám]$_{PRED}$ [*tú-tl'ò*]$_{ARG}$
ir det-3sg
"Ele vai"

b. *[*Tú-tl'ò*]$_{PRED}$ –cha te Bill kw'e may-th-óme
det-3sg-fut det Bill comp ajuda-trans-2sg.obj
"Será o Bill que ajudará você"

(D&W:413)

Em (21), o pronome independente (*tú-tl'ò*) é restringido à posição de argumento (21a), sendo agramatical sua ocorrência como predicado (21b).

Os pronomes enfáticos em shuswap mostram, por outro lado, o conjunto de propriedades dos φPs:

(22) a. Yirí7 te [sqélemcw]$_N$ l wí.w.k-t-sem-s
deic obl man comp see(redup)-trans-1sg.obj-3sg.subj
"Aquele é o homem que me viu"

b. *Yirí7 te [newí7-s] wí.w.k-t-sem-s
deic obl emph-3 see(redup)-trans-1sg.obj-3sg.subj
"Foi ELE que me viu"

c. [Wí.w.k-t-ø-en]$_{PRED}$ [*re n-tséts-we7*]$_{ARG}$
see (redp)-trans-3sg.obj.1sg.subj det 1sg-emph-deic
"Eu vi ele"

d. [Wík-t-ø-s]$_{PRED}$ [*re* John]$_{ARG}$
see-trans-3sg.obj-3sg.subj det John
"Ela/ele viu o John"

e. [*Newí7-s*]$_{PRED}$ [*re* *wík-t-m-es*]$_{ARG}$
emph-3 det see-trans-3sg.obj-past-3sg.conj
"Foi ELE que viu ele/ela"

(D&W:415-6)

Em (22a,b), há um paralelo contrastivo que mostra que um pronome independente em shuswap (newí7-s) não pode aparecer no lugar de um verdadeiro NP (sqélemcw). Também, como ilustrado em (22c,d), pronomes em shuswap não têm uma sintaxe como a de um DP, uma vez que podem ser precedidos pelo mesmo determinante de um NP completo (*re*), e, como mostrado em (22e), eles funcionam como um predicado, posição da qual DPs são excluídos.

Finalmente, pro-NPs têm a mesma sintaxe de um nome, uma vez que podem ser precedidos por um adjetivo (cf. (34a)), um possessivo (cf. (23b)), ou um demonstrativo (cf. (23c)).

(23) a. tiisai *kare*
small he
"ele que é pequeno"

b. watasi-no *kare*
I-gen he
"meu namorado"

c. kono *kare*
this he
"esse cara aqui"

(D&W:417)

Além disso, pro-NPs são inerentemente constantes e não podem funcionar como variáveis ligadas, como *kare* (e sua correspondente feminina *kanozyo*) em (24):

(24) a. *$Daremo_1$-ga $kare_1$-no hahaoya-o aisite-iru
Todo mundo-nom ele-gen mãe-ac ama-pres
"Todo mundo ama sua mãe"
≠ ∀x, x ama a mãe de x

b. *$Dono\ zyosei_i$-mo [$kanozyo_i$-ga tensai-da to]
Toda mulher-tamnbém ela.nom gênio.cópula comp
omotte-iru.
pensa.pres
"Toda mulher pensa que ela é um gênio"
≠ ∀x, mulher(x), x acha que x é um gênio

Observando línguas mais bem conhecidas, D&W mostram evidências de que os pronomes pessoais do inglês não são um grupo sintaticamente homogêneo (cf. RITTER, 1995): eles podem ser distribuidos dentro dos três tipos de pronomes. Por exemplo, *one* é considerado uma instância de pro-NP, uma vez que tem a sintaxe de um nome (analogamente a *kare*) e pode seguir um determinante (*the one*), um quantificador (*someone*), ou um modificador (*the real one*). A primeira e a segunda pessoas do plural comportam-se como pro-DPs já que aparecem ocupando a posição de determinante (*we* linguists, *you* linguists). Os pronomes de terceira pessoa, por sua vez, são analisados como pro-φPs, já que não são capazes de suportar a sintaxe de um D (**they* linguists).

Os pronomes pessoais em PB aparentemente poderiam atuar como os pro-DPs do inglês: os pronomes de primeira e segunda pessoas do plural funcionam como determinantes, mas as formas do singular e a terceira pessoa do plural, não:

(25) a. *Nós* lingüistas estamos na sala 3.
b. *Vocês* lingüistas são feios.
c. **Eu* lingüista gosto de surfar.
d. **Eles* lingüistas bebem coca-cola

Este argumento é considerado pelas autoras como uma evidência de que a terceira pessoa é, em inglês, um pro-φP, enquanto primeira e segunda pessoas, como os demonstrativos "nus" em inglês, são pro-DPs. Entretanto, os mesmos pronomes acima também atuam como argumentos e predicados, como o fazem pro-φPs[42]:

(26) a. Essa é *ela*.
b. *Ela* é essa.
c. *Eu* sou esse/essa.
d. Esse/essa sou *eu.*
e. Esses/essas somos/é *nós.*
f. *Nós* somos/é esses/essas.

Interessante notar que, em (26), o demonstrativo em PB mostra flexão obrigatória de concordância e pode funcionar como um predicado real, diferentemente dos demonstrativos em inglês em (27)[43], que parecem ser DPs reais.

(27) a. That's her
b. *She's/*her is that

Entretanto, observando mais cuidadosamente o inglês, pode-se encontrar um uso predicativo para *that*, como visto em (28):

[42] As autoras admitem não terem argumentos para a impossibilidade de combinar um pronome singular com um nome (cf. D&W, 2002, nota de rodapé 12:421):

(i) **I/*you/*him linguist*

Elas justificam isso assumindo que, em princípio, nada impede uma língua de ter um pro-DP ou um pro-φP realizado na mesma "pessoa", com as correspondentes diferenças sintáticas e semânticas.
[43] Dados colhidos de falantes nativos do inglês.

(28) a. It's that

b. That's it

c. That's that

O contraste entre (27) e (28) vai na direção da idéia de que traços φ podem ter papéis gramaticais independentes, em vez de sempre serem vistos como um todo. Além disso, (27) sugere que a assunção tradicional de traços φ somente como *pessoa, número* e *gênero* não responde pela distribuição pronominal, pelo menos em inglês. Antes, traços de um tipo diferente (como *humano* ou talvez *animacidade*) devam ser levados em conta. Isto indica que há mais do que o tradicional feixe de traços φ na composição destes pronomes[44].

3.3.3 Rullmann (2004)

Rullmann (2004) vai de encontro a algumas evidências dadas por D&W mostrando, como um contra-argumento, que primeira e segunda pessoas também podem ter uma leitura de variável ligada em inglês. Rullmann traz dois conjuntos de casos em que os traços têm um papel importante. Em (29), *pessoa* e *número* não têm nenhum papel semântico, envolvendo puramente concordância sintática (gramatical).

(29) a. We all think *we*'re smart.
Nós todos achamos nós.somos espertos
"Nós todos nos achamos espertos"

b. We each/all think *we*'re the smartest person
Nós cada/todos achamos nós.somos a mais.esperta pessoa
in the world.
em o mundo

[44] Veja D'Alessandro (2006) para um conjunto de traços pragmáticos (*sigma-set*) responsável pela concordância pragmática na derivação.

"Cada um de nós/nós todos nos achamos as pessoas mais espertas no mundo"

c. #We're the smartest person in the world.
Nós.somos a mais.esperta pessoa em o mundo
"Nós somos a pessoa mais esperta no mundo"

d. Al and I both believed *we* were going to be elected.
Al e eu ambos acreditamos nós estávamos indo ser eleitos
"Al e eu acreditávamos que estávamos sendo eleitos"

e. #We were going to be elected president.
Nós estávamos indo ser eleitos presidente
"Nós íamos ser eleitos presidentes"

Por outro lado, (30) mostra que os mesmos pronomes são semanticamente guiados:

(30) a. I told my wife *we* were late.
Eu falei minha esposa nós estávamos atrasado
"Eu disse a minha esposa que nós estávamos atrasados"

b. You told him that *you* (guys) were late.
Você disse ele que vocês (caras) estavam atrasado
"Você disse a ele que vocês estavam atrasados"

c. The woman I am dating wants *us* to get married.
A mulher eu estou namorando quer nos.ac casar
"A mulher com quem estou namorando quer que nos casemos"

d. Whenever I share an apartment with a woman *we*
Toda.vez eu divide um apartamento com uma mulher nós

end up arguing about housework.
acabamos discutindo sobre tarefa.domestica
"Sempre que divido um apartamento com uma mulher nós acabamos discutindo sobre as tarefas domésticas"

A partir disso, Rullmann sugere uma decomposição, adicionando os traços [*destinatário*] e [*falante*] ao conjunto de traços φ dos pronomes em inglês, em vez de [*pessoa*] cristalizado dentro do conjunto de traços φ que compõe φP.

Adicionalmente, a característica mais distintiva de um pro-φP é que ele age como uma variável ligada. Apesar de esta ser uma característica dos clíticos, também pode ser estendida aos pronomes do PB já que eles agem de forma semelhante.

(31) a. *Você* viu *você* no espelho, não uma assombração.
a'. *Você se* viu no espelho, não uma assombração.
b. *Eu* vi *eu* na televisão hoje.
b'. Eu *me* vi na televisão hoje.

O pronome *você* e *eu* podem assumir tanto a leitura de pronome referencial como a de reflexivo em PB, como pode ser visto nos contrastes em (31a,a') e (31b,b').

Na verdade, como Rullmann aponta, algumas características sintáticas do pronome pode escapar da proposta de D&W. Isto pode ser resolvido, entretanto, se considerarmos um conjunto de traços enriquecido para os pronomes, como já sugere Rullmann, em acordo com Harley & Ritter (2002). Então, assumo que a categorização pronominal de D&W deve ser expandida para capturar algumas características internas ao pronome que têm consequências para a sintaxe dos pronomes proposta pelas autoras. Examinaremos, agora, o que está por trás do rótulo φ para um pronome.

3.3.4 Harley e Ritter (2002)

Harley e Ritter (2002) (doravante H&R) defendem uma geometria de traços morfossintáticos para o sistema pronominal nas línguas. As autoras assumem que esta geometria é o resultado da gramaticalização de certas categorias cognitivas (tais como referência e pluralidade) e é motivada por um extenso conjunto de línguas geneticamente distintas. A idéia principal em sua argumentação é que um modelo

baseado em um conjunto cristalizado de traços é improvável, o que é mostrado, conseqüentemente, nos padrões de aquisição criados pelas autoras (cf. (35) abaixo).

A fonte inspiradora para a geometria morfossintática de H&R é a geometria de traços de Clements (1985), proposta para a fonologia, que torna possível, por exemplo, definir classes naturais de traços para regras fonológicas e suas relações de dependência que codificariam contraste.

Similarmente, H&R mostram que uma geometria morfológica nos termos de Harley (1994) poderia alcançar os mesmos resultados da geometria de traços fonológicos. Portanto, H&R analogamente propõem sua geometria baseada no que as autoras chamam de "razões externas para o grupamento natural" (H&R:489).

A visão de H&R dos traços é o mesmo de Harley (*op.cit*): traços são monovalentes e somente aparecem se têm valor positivo. Também, uma dependência traçual é proposta, i.e. se uma dado traço Y aparece após um dado traço X, significa dizer que Y é dependente de X e se X é eliminado, Y também o é. Praticamente, um traço como *destinatário* só existe se há um traço tal como *participante*.

Assim, H&R apresentam a geometria em (32)[45], a qual é assumida como sendo fornecida pela Gramática Universal.

(32) Referring Expression = Pronoun[46]
3

[45] Duarte et al. (2002) propõem uma geometria de traços similar para o português, levando em conta, porém, traços binários, o que não parece ser o mais viável para o que intento desenvolver nesta tese. Portanto, adotarei a proposta original de H&R (2002) que tem com fundamento subespecificação e acarretamento de traços, e que não leva em conta traços com valores negativamente marcados. Ainda, manterei a terminologia dos traços de H&R na língua original (inglês) no corpo do texto por questões de praticidade na exposição. Uma tentativa de tradução dos traços de H&R pode ser vista na nota 45 a seguir.

[46] Possível tradução para o português:

(i) Expressão Referencial = Pronome
3
Participante Individuação
3 9
Falante Destinatário Grupo Minímo Classe
#
3
Aumentado Animado Inanimado/Neutro
3

Feminino Masculino….

Participant Individuation

3 9

Speaker Addressee Group Minimal Class

3

Augmented Animate Inanimate/Neuter

3

Feminine Masculine….

(H&R, 2002:491)

As autoras dividem os tradicionais traços φ em três grandes grupos ou categorias: *Participant, Individuation* e *Class*. *Participant* inclui os traços *Speaker* ([falante]) e *Addressee* ([destinatário]), usados para representar *pessoa* (primeira e segunda, uma vez que a terceira seria a forma não-marcada); *Individuation*, incluindo *Group, Minimal* e *Augmented*, representa a categoria *número*; e *Class*, e seus subgrupos, codifica *gênero* e outras classes informacionais. As autoras, entretanto, focam sua atenção nos nós *Participant* e *Individuation* para desenvolver sua argumentação, mostrando uma interação entre as categorias *pessoa* e *número*.

H&R justificam essa distinção entre primeira e segunda pessoas mostrando que tradicionalmente a terceira pessoa é considerada a não-pessoa (seguindo as clássicas idéias de BENVENISTE (1976) e FORCHHEIMER (1953)) e sua referência é fixa, enquanto a de primeira e segunda pessoas depende dos papéis discursivos. Esta dependência discursiva se mostra nas relações de ligação, como pode ser visto em (33), do inglês:

(33) a. I love myself.
Eu amo me.reflex
"Eu me amo"

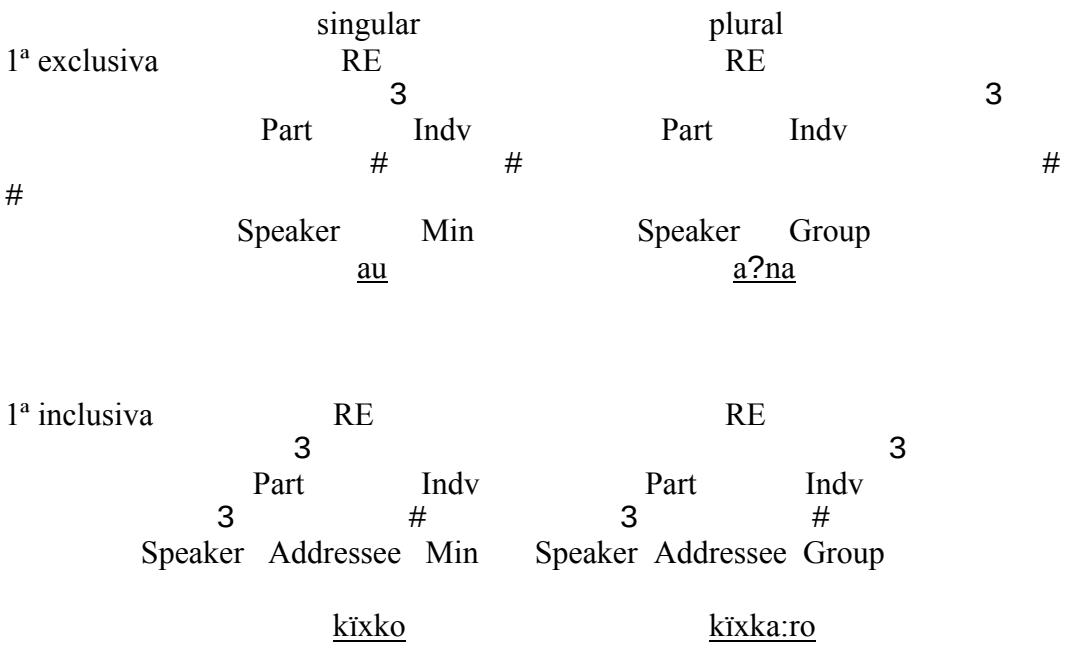
b. ??I love me
Eu amo me.ac
"Eu me amo"

c. He_i loves himself /*him_i/him_j
Ele ama ele.reflex/ele /ele

A substituição do reflexivo pelos pronomes objeto com a primeira e segunda pessoas resulta marginalidade (cf. (33b)), mas sua substituição pela terceira pessoa gera agramaticalidade se o objeto é co-referencial e gramaticalidade se não o é (cf. (33c)).

H&R ilustram sua geometria morfossintática com um grande número de línguas, na sua maioria línguas não muito conhecidas. (34) é um exemplo de como a geometria funciona em kalinha, uma língua caribenha falada na Guiana Francesa, Guiana, Suriname e Venezuela (cf. HOLF, 1968), que tem quatro pessoas e dois números no paradigma dos pronomes enfáticos.

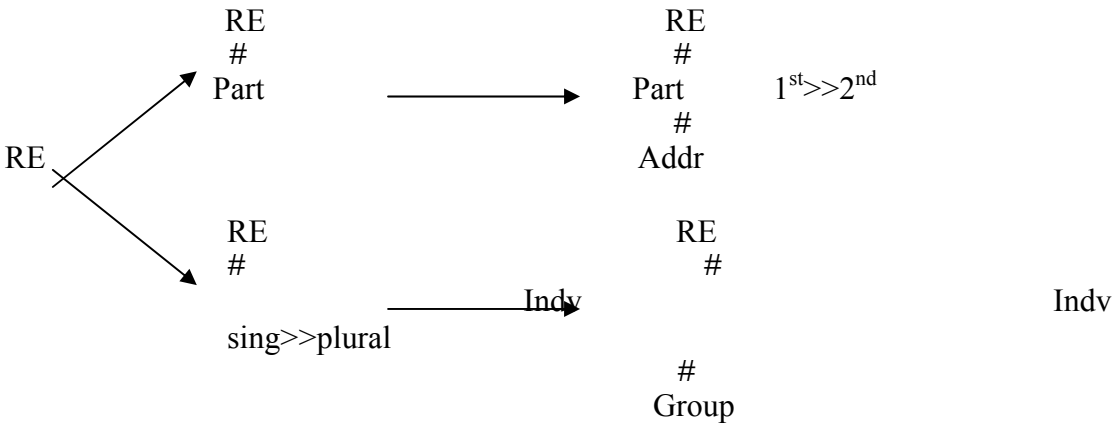
(34) *Geometria em Kalihna*



	amo:ro	amïiyaro
3ª	RE	RE
	#	
#		
	Indv	Indv
	#	
#		
	Min	Group
	moxko	moxka:ro

Conseqüentemente, H&R reforçam sua teoria demonstrando uma hierarquia na aquisição da geometria de traços, seguindo os padrões em (35)[47]:

(35)



De acordo com H&R,

> because both Participant and Individuation are immediate dependents of root RE node, 1st and 3rd person are equally likely to appear as the first pronoun. Likewise, since Addressee, Group and Class are all equally embedded in the

[47] H&R seguem Rice e Avery (1995) e Brown (1997) na formulação dos padrões de aquisição, com base na uniformidade global e variabilidade local. Os padrões discerníveis capturados, segundo as autoras, estão sumarizados abaixo (H&R:509):

a. uniformidade: (i) inicialmente 1ª pessoa do singular ou 3ª do singular neutra/inanimada
(ii) 2ª pessoa depois da 1ª pessoa
(iii) singular antes do plural
b. variabilidade: (i) 2ª pessoa relativa à 3ª pessoa animada
(ii) 2ª pessoa relativa ao plural

> geometry it is also predicted that they should be acquired later and that the relative order among them should vary […][48].
>
> (H&R, 2002:510)

Apesar de não me deter em aspectos da aquisição neste tese, reconheço que os padrões estabelecidos por H&R para aquisição nos dão uma pista a mais para o caminho da não-confiabilidade de um modelo de traços cristalizado.

Assumo com H&R, e em acordo com Béjar (2003) que, em vez de *pessoa, número* e *gênero* serem considerados os componentes atômicos de um pronome, traços φ devam ser decompostos em traços mais atômicos, que capturem categoricamente as informações cruciais que um pronome carrega, sendo as relações intrínsecas de acarretamento entre eles responsáveis pela sua distribuição e diferentes formas assumidas em PF[49].

3.3.5 Béjar (2003)

Béjar (2003) propõe uma teoria de traços para concordância com bases minimalistas, preenchendo uma lacuna na empreitada gerativista. Baseada em restrições locais no sistema de concordância do georgiano e de línguas algonquianas, língua oficial da Geórgia e família de línguas indígenas norte-americanas, respectivamente, a autora desenvolve uma teoria na qual concordância se dá através das relações entre traços formais (*match* e *value*, no sentido de CHOMSKY (1998;1999)). A análise se baseia em uma perspectiva para traços formais onde φ codifica as propriedades nominais que tipicamente entram no processo de concordância: *pessoa, número* e *gênero*. Entretanto, tais propriedades não são suficientes para capturar exigências sintáticas de tal teoria de concordância baseada apenas em traços[50]. Assim, a autora assume com H&R que pronomes obedecem a uma hierarquia interna (uma geometria), que é responsável por sua sistematização. As tradicionais categorias *pessoa*

[48] Tradução aproximada: "porque ambos Participante e Individuação são imediatamente dependentes do nó raiz RE, 1ª e 3ª pessoas são igualmente possíveis de aparecer como o primeiro pronome. Da mesma forma, uma vez que Destinatário, Grupo e Classe são todos igualmente encaixados na geometria, é também previsto que eles devam ser adquiridos tardiamente e que a ordem relativa entre eles deva variar [...]".

[49] Béjar (2003) afirma que estas relações de traços não são apenas úteis para restringir forma, mas, antes, a computação sintática é sensível a tais relações.

[50] É a esta mesma conclusão que as evidências anteriormente expostas nos levam.

([PARTICIPANT]) e *número* ([INDIVIDUATION]) são também centrais na teoria desenvolvida por Béjar. Também, as relações de concordância estabelecidas pela autora são úteis à descrição de algumas relações sintáticas encontradas em PB. A proposta de Béjar será pontuadamente mostrada na seção a seguir.

3.4 Notação de traços enriquecidos: ampliando uma teoria φ

Até agora, tenho argumentado a favor de uma composição pronominal por elementos menores (atômicos). A abreviação tradicional de traços φ como um conjunto cristalizado de traços que compõem um elemento R(eferencial) é também inviável uma vez que não captura as relações que um elemento R pode ter no sistema computacional, sendo alguns desses traços ausentes por razões independentes. (cf. ex. (6), (7) e (8), repetidos abaixo em (36), (37) e (38)).

(36) *Você* pensa que tá fazendo a coisa certa, mas no fim *você* não está
"Alguém pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim esse alguém não está"
"Você pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim você não está"

(37) a. *A gente*$_i$ já *se*$_i$ /**nos*$_i$ viu na TV.
b. *A gente*$_i$ soube que o Paulo **se*$_i$ /*nos*$_i$ viu no Giovannetti ontem.

(38) a. *A gente* é brasileiro
b. *A gente* somos brasileiro(s)
c. *Nós* somos brasileiro(s)
d. *Nós* é brasileiro

Algumas propostas revisadas na seção anterior mostram uma visão mais acurada acerca dos pronomes, mas ainda capturando *pronome* como sendo um feixe dos traços *pessoa, número* e *gênero*. H&R, por outro lado, vão além, propondo uma decomposição dos tradicionais traços φ, a qual é consistente com a variabilidade encontrada inter-lingüisticamente. Uma teoria nas premissas de H&R implica subespecificação no

sentido de que um dado elemento R pode não apresentar todos os traços apesar de tê-los disponíveis em seu inventário. Isto, na verdade, é similar à proposta de C&S no sentido de que *deficiência* (ausência de um dado traço por acarretamento) é responsável pela distribucionalidade do pronome. Aqui, defenderei um modelo fundido de deficiência, como definido em (39):

(39) Um pronome é *deficiente* se carece pelo menos de um traço.

Os reflexos de tal deficiência são sentidos sintaticamente, ou seja, têm implicações em como o mecanismo de concordância funcionará uma vez que um pronome deficiente pode exitosamente entrar em uma relação de concordância, i.e. a derivação envolvendo um pronome deficiente e, ao mesmo tempo, um verbo totalmente especificado, converge, mesmo não satisfazendo certas condições para concordância (*match* nos termos de CHOMSKY (1999a), por exemplo).

De acordo com H&R, a forma de um dado pronome (e suas características) é capturada como o resultado de sua composicionalidade de traços e suas relações sintáticas[51]. Assumirei, portanto, que esta composicionalidade interna é suficiente para codificar algumas características "externas", tais como referencialidade. Adicionalmente, algumas categorias externas ao nó PARTICIPANT (a saber, CLASS) serão assumidas inter-relacionadas a ele, tornando-se este nó crucial, ao lado de INDIVIDUATION, na variabilidade encontrada no sistema pronominal em PB. Tal configuração, conseqüentemente, traz alguns problemas para o mecanismo de concordância tal qual o adotado aqui, uma vez que *match*, uma operação essencial para que concordância ocorra, é condicionada pela correspondência de traços.

3.4.1 Composicionalidade de traços: *pessoa*

De acordo com Béjar (2003), há um número de possibilidades para codificar o traço *pessoa*. A codificação abaixo, extraída da autora (*op.cit*:42), apesar de não ser exaustiva, ilustra algumas diferenças cruciais entre possíveis sistemas:

[51] Chomsky (1965) já propõe uma distribuição semelhante dos traços sintáticos usando um conjunto de traços (regras transformacionais).

(40)

	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
Sistema A	[PERSON[PART[SPKR]]]	[PERSON[PART]]	[PERSON]
Sistema B	[PERSON[1]]	[PERSON[2]]	[PERSON[3]] ou [PERSON[0]]
Sistema C	[+1] [-2]	[-1] [+2]	[-1] [-2]
Sistema D	[PARTICIPANT] [SPEAKER]	[PARTICIPANT]	
Sistema E	[1]	[2]	

Béjar aponta o fato de estes sistemas serem de certa forma variantes notacionais uns dos outros. Na verdade, eles são construídos com base em diferenças: eles diferem na substância de seus valores, com respeito à quantidade de estruturas requeridas para expressar um valor, ao acarretamento expresso, e à implementação de subespecificação.

Entretanto, quase todos os sistemas são, de alguma forma, inadequados para uma teoria de traços baseada em acarretamento e subespecificação: os sistemas (B) e (C) carecem de adequação na codificação da subespecificação; o sistema (D) é internamente inoperante (o traço [SPEAKER] nunca ocorre na ausência do traço [PARTICIPANT] num modelo de acarretamento); finalmente, comparando os sistemas (A) e (E), o último não dá conta de uma teoria de acarretamento de traços, sendo o primeiro a representação mais forte para tal modelo teórico. Béjar, finalmente, adota um sistema semelhante a (A), lançando mão da terminologia proposta por H&R (2002) (cf. 3.3.4. acima).

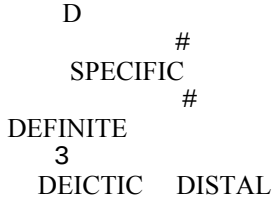
A geometria de H&R permite a possibilidade de subespecificação (parcial e/ou total). Sistematicamente, subespecificação codifica contraste: uma subespecificação total quando da ausência do nó [PARTICIPANT], por exemplo, resulta na terceira pessoa, enquanto subespecificação relativa pode resultar na segunda pessoa quando o nó [PARTICIPANT] tem uma interpretação *default* na ausência de mais dependentes. Conseqüentemente, o traço [SPEAKER] é normalmente dependente do traço [PARTICIPANT], resultando na primeira pessoa[52].

Além disso, Béjar introduz um novo traço à geometria, a saber, [π]. π seria um nó intermediário entre a raiz do elemento referencial e o nó [PARTICIPANT]. Este é também um rótulo para a categoria *pessoa*. Segundo a autora, π é empiricamente necessário. Por exemplo, sem ele, não-participantes são obrigatoriamente

[52]Béjar nota que, em algumas línguas, a primeira pessoa é a *default*, sendo representada por [PARTICIPANT[ADDRESSEE]].

subespecificados exceto pelo traço [INDIVIDUATION], e, talvez, pelo traço raiz R[53]. A introdução deste traço (que, como já mencionado, codifica abstratamente a cateogria *pessoa*) é também motivada pelo fato de a subespecificação de traços para terceira pessoa poder ser o ponto de variação, uma vez que, apesar de alguns pronomes de terceira pessoa serem totalmente subespecificados, há pronomes de terceira pessoa com subespecificação parcial, os quais podem atuar como *interventores*[54]. Béjar afirma que a inserção do traço π é necessária como uma camada representativa, já que alguns traços categoriais devem ser incluídos dentro do nó PARTICIPANT.

Evidência de que em algumas línguas certas categorias devem ser incluídas na categoria *pessoa* vem de Cawper e Hall (2002). Os autores propõem uma geometria de traços para a flexão nominal do inglês, mostrada em (41), em que categorias pragmáticas gramaticalizadas são levadas em conta para definir geometricamente tais morfemas de flexão nominais[55].

(41)


Esta geometria dá conta de certas restrições no mapeamento entre os itens lexicais que codificam a flexão nominal, e os contextos sintáticos em que eles ocorrem, como ilustrado nos exemplos (42) abaixo, cujas configurações são dadas em (43).

(42) a. THIS coffee over here is stale
ESTE café sobre aqui está velho
"Este café aqui está velho"

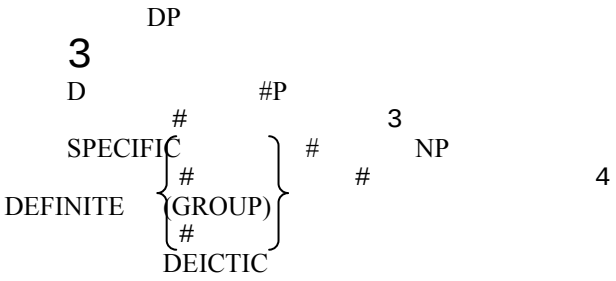
[53]Assumo R como uma representação para pronome por este ser o ponto chave desta tese. Assim, R pode substituir um pronome variável.

[54] Béjar propõe uma teoria enriquecida de traços para lidar com certas condições de concordância sensíveis ao contexto, quando um *alvo* que não é o potencial (ou seja, um *interventor*) pode entrar numa relação sonda-alvo. Por exemplo, em georgiano, "a verb cross-references the person feature of its object, unless the object is 3rd person, in which case the person feature of the subject is cross-referenced" (Tradução aproximada: "um verbo remete ao traço *pessoa* de seu objeto, a não ser que o objeto é de terceira pessoa, caso em que o traço *pessoa* do sujeito é remetido" (BÉJAR, 2003:4).

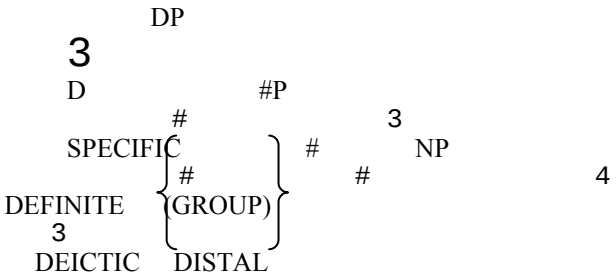
[55] Na verdade, a proposta de Cawper e Hall (2002) lança mão da teoria da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993), o que não é nosso interesse nesta tese. Entretanto, suas evidências são facilmente convertidas para ilustrar uma proposta puramente lexico-sintática, como a presente, visto que seus traços podem ser considerados itens lexicais formativos, como descrito na seção 1.3.2 do capítulo 1.

b. THAT coffee is stale
AQUELE café está velho

(43) a. **THIS**



b. **THAT**



(COWPER & HALL, 2002:62)

Segundo os autores, a diferença entre os pronomes definidos em (42) é feita através da presença/ausência do traço [DISTAL] no nó que representa *pessoa*. Este traço determina a noção de distância no discurso.

Como Béjar aponta, em algumas línguas esta decomposição de *pessoa* como proposta por H&R não é suficiente para codificar alguns traços que são necessários para definir certos nominais (como os de COWPER e HALL). Por exemplo, [DEFINITE] e [ANIMATE] são acarretados por [PARTICIPANT] em línguas como húngaro e algonquiano, respectivamente (cf. BÉJAR, 2003). Estas categorias, alternativamente, podem ser requeridas pelo nó [PARTICIPANT]. Portanto, π rotularia os traços que podem ser capturados entre R e [PARTICIPANT], assumindo a representação em (44).

(44) SPEAKER>PARTICIPANT>{DEICTIC>DEFINITE>SPECIFIC>…>D= π}>R

Entretanto, gostaria de sugerir que π, como será visto abaixo, não codifica, mas, antes, deve dominar tais traços. Isto se dá porque alguns traços assumidos por Béjar

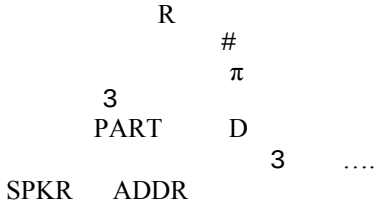
como sendo codificados por π, como demonstrado acima, podem ou não estar presentes na configuração. Se eles fossem concebidos dentro de π, isso feriria as condições de acarretamento. Portanto, se traços como [DEFINITE] ou [SPECIFIC] estivessem localizados dentro de π, isto é, codificados por π, seria impossível ter estes traços como distintivos em (6) acima, repetido em (45) abaixo.

(45) *Você* pensa que tá fazendo a coisa certa, mas no fim *você* não está
"Alguém pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim esse alguém não está"
"Você pensa estar fazendo a coisa certa mas no fim você não está"

Aqui, o acarretamento de traços abaixo de D é responsável pela leitura arbitrária: na ausência de traços como [DEFINITE], *você* carece de uma leitura definida, que requer dêixis. Desse modo, *pessoa*, como uma categoria, permanece intacta enquanto traços como [SPECIFIC] ou [DEFINITE] desempenham o papel da arbitrariedade referencial. Assim, assumo com Béjar que o nó π é uma variável que codifica outros elementos que podem ser necessários para contraste de *pessoa*.

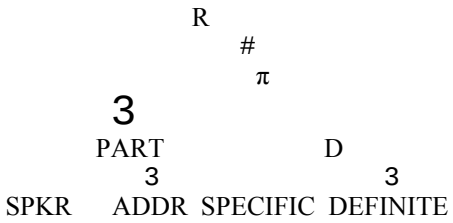
Por isso, assumirei a estrutura em (46) como sendo a possível configuração para R. (46) é a entrada lexical da categoria *pessoa* de um dado pronome que entra na derivação, engatilhando todos os mecanismos sintáticos necessários para que ele alcance PF.

(46)



Adicionalmente, esta estrutura é compatível com a de D&W, diferindo no que diz respeito à localização de D. D é o traço que codifica as informações nominais de um pronome, podendo ou não, teoricamente, estar presente na configuração. Uma vez presente, o pronome se comporta como um pro-DP, na notação de D&W, uma projeção extra em R (ou φ, na terminologia de D&W), não sendo necessário capturar tal informação. Conseqüentemente, assumo que a configuração do nó *pessoa* para representar os pronomes pessoais em PB, de acordo com aquela em (46) acima, é como segue:

(47)



Portanto, o acarretamento de traços sob π permite que o paradigma pronominal prediga uma forma com referência arbitrária mesmo que esta compartilhe a mesma forma de um outro definido (cf. *você* no exemplo (45) acima).

3.4.1.1 Uma geometria para os pronomes pessoais em PB

Na geometria proposta acima, o traço π é um traço com conteúdo semântico, correspondente à categoria *pessoa*. A informação semântica de cada traço dominado pelo traço π é dada genericamente abaixo:

a) **[PARTICIPANT]:** este traço caracteriza os participantes do processo discursivo (1ª e 2ª pessoas). A ausência deste traço e, conseqüentemente, dos traços por ele dominados, caracteriza a 3ª pessoa, nos termos de Benveniste, a não-pessoa.

b) **[SPEAKER]:** a presença do traço [SPEAKER] imediatamente dominado pelo traço [PARTICIPANT] define o pronome como sendo o falante no processo discursivo (1ª pessoa). A possibilidade de se ter uma 1ª pessoa arbitrária (cf. ex. (48)) vai se dar da combinação deste nó com o nó D subespecificado para os traços [SPECIFIC] e [DEFINITE]:

(48) *Eu* começo a fumar um cigarro hoje, amanhã *eu* experimento x.
(Contexto: um agente de controle de drogas entorpecentes sendo entrevistado por um apresentador de TV)

Em (48), *eu* tem uma leitura arbitrária, podendo ser substituído por outra forma arbitrária:

(49) *Você/a gente/alguém* começa a fumar um cigarro hoje, amanhã *Você/a gente/alguém* experimenta x.

c) **[ADDRESSEE]:** este traço caracteriza o ouvinte no processo discursivo. A possibilidade de se ter uma 2ª pessoa arbitrária segue as mesmas condições apontadas para uma 1ª pessoa arbitrária.

d) **[D]:** este traço corresponde ao traço [N] e caracteriza nominais. A presença deste traço caracteriza o nominal como sendo um argumento, como defendem alguns autores (cf. D&W). Este traço também domina a projeção que compreende traços como [DEFINITE] e [SPECIFIC].

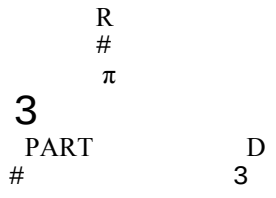
e) **[SPECIFIC]:** denota um indivíduo particular (ou grupo de indivíduos). Um DP que apresenta o traço [SPECIFIC] é interpretado como "um indivíduo que é conhecido pelo falante".

f) **[DEFINITE]:** o traço [DEFINITE] define quando um DP se refere a algo presente no universo discursivo.

Assim, a representação dos pronomes em PB de acordo com sua composicionalidade de traços gera o seguinte resultado: π é responsável sozinho pela diferenciação das primeira, segunda e terceira pessoas, como esperado. Portanto, a especificação de traços relevantes para os pronomes aqui é a seguinte:

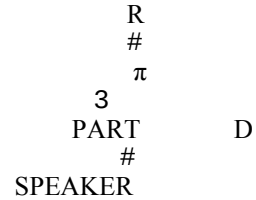
(50) **1ª pessoa:**

a. Definido:



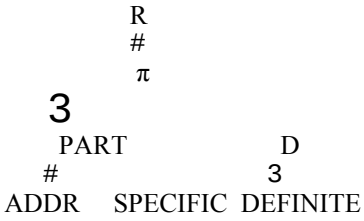
SPEAKER SPECIFIC DEFINITE

b. Arbitrário:

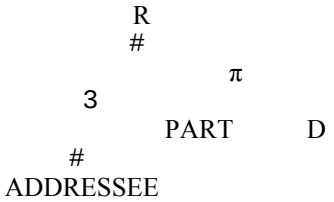


(51) **2ª pessoa:**

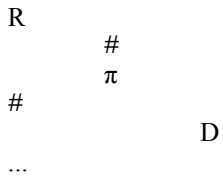
a. Definido:



b. Arbitrário:



(52) **3ª pessoa**[56]**:**



[56] As reticências abaixo do traço [D] para a terceira pessoa em (52) indica que os traços dominados por [D] podem ou não estar presentes na composição, dependendo de sua interpretação.

3.4.2 Composicionalidade de traços: *número*

O mesmo mecanismo adotado para *pessoa* pode ser estendido a *número*. De acordo com H&R (2002), [INDIVIDUATION][57] é o nó representacional para categorias de *número, grau* e *classe*. O traço [INDIVIDUATION] é caracterizado abaixo:

a) [**INDIVIDUATION**]: representa a distribuição de entidades no mundo de acordo com suas propriedades discursivas independentes, tais como *classe* e *quantificação*.

Para *número*, as autoras adotam o traço [GROUP] como sendo o responsável pela leitura de plural dos pronomes. Entretanto, em algumas línguas, apenas a adoção do traço [GROUP] imediatamente dominado pelo traço [INDIVIDUATION] não é suficiente para caracterizar a categoria *número*, visto que nessas línguas existe distinção entre um grupo formado por dois indivíduos e outro por mais de dois indivíduos. Por exemplo, os pronomes *both* e *ambos*[58], em inglês e em português, respectivamente, marcam exclusivamente a existência de apenas dois indivíduos num contexto qualquer.

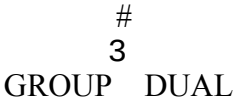
(53) a. Vi *ambos* os meninos na praia
b. I saw *both* boys on the beach
Eu vi ambos garotos em a praia

Assim, um traço como [DUAL], que caracteriza uma quantidade mínima diferente de *singular*, ou seja, um conjunto representado por dois indivíduos, deve ser levado em conta na composição de uma geometria para a categoria *número* para pronomes. Portanto, uma categoria dominante, analogamente àquela para *pessoa*, deve

[57] O termo *INDIVIDUATION* é adotado para representar as particularidades de um ente. Daí o nó [INDIVIDUATION] representar configuracionalmente as categorias *número, grau* e *classe*.
[58] O pronome indefinido *ambos*, da mesma forma *diversos*, *algum, nenhum*, entre outros, possui flexão de *gênero* em português, uma característica da 3ª pessoa nesta língua. Assim, aparentemente, as mesmas condições que operam sobre a 3ª pessoa também valem para outros pronomes em português, como os indefinidos e os demonstrativos.

ser proposta. Adoto um nó representacional [#] que domina os traços relevantes para a composição da categoria *número*. [#], da mesma forma que [π], é empiricamente necessário. Sem este nó, a caracterização de *singular* deveria ser feita apenas pela presença do nó [INDIVIDUATION], que também domina outras categorias, como mencionado acima. Portanto, se houver subespecificação para *grau*, por exemplo, haveria ambiguidade estrutural. Assim, a configuração para *número* deve ser representada independentemente. Para tal, adoto a seguinte geometria para esta categoria:

(54)



A presença de [#] codifica a categoria *número* não especificada para plural ou dual. Para os pronomes pessoais em PB, apenas os traços [#] e [GROUP] são relevantes, visto que não há uma forma pronominal pessoal dual distinta. Assim, o traço [GROUP], combinado com [π], define as formas do plural dos pronomes. O traço [#], subespecificado para [GROUP], define as formas arbitrárias do plural, diferenciando estas daquelas do singular. A ausência do nó [#] caracteriza as formas do singular. Desta forma, a configuração para a categoria *número* em PB é a seguinte:

(55)

O conteúdo informacional de cada traço constituínte da categoria *número* é dado abaixo:

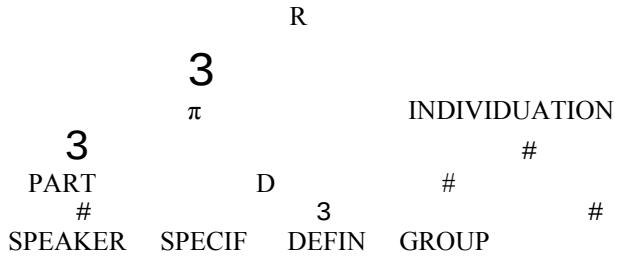
a) **[#]:** a presença deste traço determina a quantificação do nominal. [#] sozinho caracteriza uma leitura *singular* do nominal.

b) **[GROUP]:** a presença do traço [GROUP] é determinada pela presença de [INDIVIDUATION[#]] e exige uma leitura plural, i.e. a leitura de mais de um elemento.

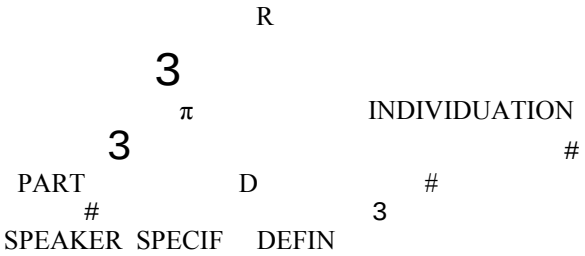
Assim, a composicionalidade para a categoria *número* prediz as possíveis diferenças entre as três formas da primeira pessoa do plural: *nós, a gente* (inclusiva ou definida) e *a gente* (exclusiva ou arbitrária):

(56) **1ª pessoa:**

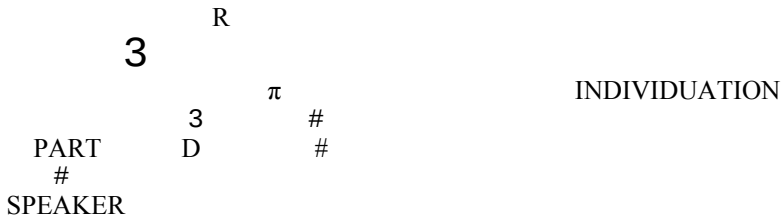
a. **NÓS**



b. **A GENTE Incl.**

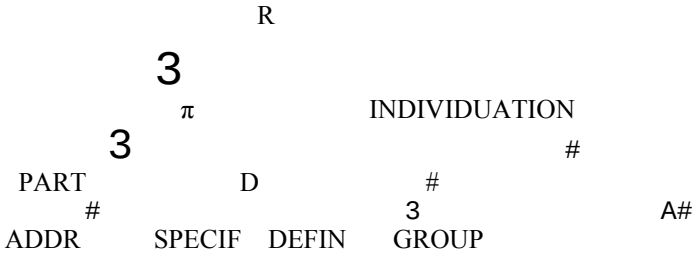


c. **A GENTE Excl.**

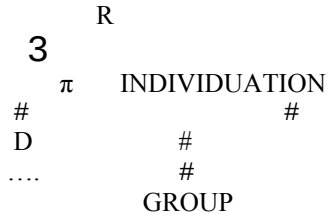


2ª pessoa:

VOCÊS



3ª pessoa:



O nó [INDIVIDUATION] pode ser responsável pela interpretação arbitrária em PB: uma vez combinado com o nó π, o par de traços prediz inclusividade complementar, i.e. a complexidade do comportamento dos pronomes em PB reflete a complexidade da composição de traços desses pronomes. Assim, *nós* e *a gente* diferem entre si no que diz respeito à especificação de seus traços: *nós* é mais especificado que *a gente*, o primeiro projetando [INDIVIDUATION[#[GROUP]]], enquanto no segundo [GROUP] é ausente; *a gente* com referência arbitrária difere de *a gente* com referência definida pela presença dos sub-nós dominados por D no último (cf. 3.4.1); e *a gente* e *você* arbitrários diferem pela presença do nó [INDIVIDUATION[#]] no primeiro.

3.4.3 Composicionalidade de traços: *gênero*

A representação de *gênero* como proposta por H&R parece de alguma forma inadequada para PB uma vez que há, nesta língua, um contraste *animado/inanimado* distinto de *masculino/feminino*. De acordo com (32) acima, repetido em (57) abaixo, [FEMININE/MASCULINE] são dependentes do nó [ANIMATE]. Primeiramente, em PB, animacidade não está conectada aos traços [FEMININE/MASCULINE], como assumido por H&R e ilustrado em (57)[59]. Ainda, não há forma neutra para os pronomes em PB, como observado no exemplo em (58).

(57) Referring Expression = Pronoun

3

Participant Individuation

3 9

Speaker Addressee Group Minimal Class

3

Augmented Animate Inanimate/Neuter

3

Feminine Masculine….

(58) A árvore$_i$ está bem na sua frente. Você não tá vendo ela$_i$?

Isto nos leva a separar [FEMININE/MASCULINE] de [ANIMATE] em PB. Além disso, [FEMININE] parece ser mais especificado do que [MASCULINE], como observado em plurais com elementos masculinos e femininos: em um contexto onde há pelo menos uma figura masculina presente, a referência deve ser feita usando a forma masculina do pronome; para uma referência com a forma feminina, o grupo deve ser formado exclusivamente por figuras femininas. Assim, como [FEMININE] parece mais especificado e, conseqüentemente, contextualmente mais restrito que [MASCULINE],

[59] Para o propósito desta tese, os únicos elementos relevantes para *gênero* são MASCULINE/FEMININE, já que estes são os únicos elementos refletidos no sistema pronominal em PB. Portanto, não exploraremos o que vem dominado por [ANIMATE].

proponho que a leitura masculina seja interpretada como a ausência do traço [FEMININE]. Portanto, [CLASS] assume a seguinte configuração nos pronomes em PB:

(59) CLASS
#
FEMININE

O Ya:thê, língua indígena brasileira falada pelo índios Fulni-ô, do Sul do estado de Pernambuco, nordeste do Brasil, oferece evidência dessa configuração. Nesta língua, as formas do singular dos pronomes pessoais apresentam marca de gênero apenas para o feminino[60].

(60) a. owe i sideya-towa
1spron. 1sii preguiça-part.neu.
"eu sou preguiçoso"

b. owe-so i sideya-to-so-wa
1spron.-fem. 1sii preguiça-part.neu.-fem
"eu sou preguiçosa"

A forma masculina do pronome de primeira pessoa do singular em Ya:thê não é marcada morfologicamente, enquanto a feminina apresenta o morfema *–so*, que aparece intercalado no verbo (*sideya-to-**so**-wa*). Esta evidência morfológica indica que a realização da categoria *feminino* implica uma maior especificação estrutural.

É preciso lidar com a categoria *genêro* como algo intrinsecamente ligado à categoria *pessoa*, pelo menos em PB. Isto se dá porque os dados em (7) e (8) acima, repetidos em (61) e (62), apresentam a primeira e a segunda pessoas do singular e a primeira pessoa do plural *a gente* permitindo marca de concordância no adjetivo de *small clauses* (cf. MOURA (2007b)).

(61) a. *Eu sou* bonit*o*/bonit*a*
b. *Você* é bonit*o*/bonit*a*

[60] Exemplo extraido de Costa (1999).

(62) *A gente* está cansad*a*/cansad*o*

Este fenômeno também é atestado em francês, onde o predicativo concorda com o gênero do falante, mesmo não havendo marca desta categoria na primeira nem na segunda pessoas.

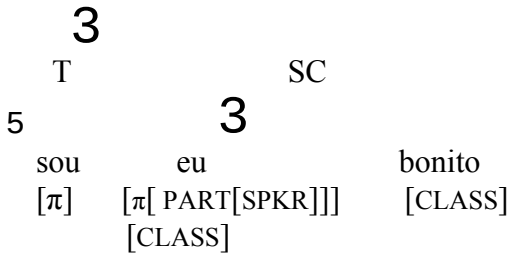
(63) Je suis content / content-e

(MOURA, 2007a:3)

Em (63), o pronome de primeira pessoa do singular (*je*) não apresenta distinção quanto ao *gênero* mas desencadeia esta flexão no predicativo, da mesma forma que em PB.

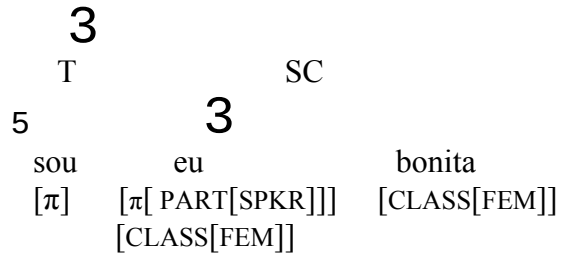
A combinação dos traços de CLASS com aqueles dominados pelo nó [π], definirá se *gênero* será refletido no pronome. Em outras palavras, a projeção de [PARTICIPANT] inibirá a realização visível de *gênero* no pronome, resguardando os traços disponíveis para checagem, e possível representação morfológica, em outros elementos que entrem em concordância com estes (o adjetivo, em PB e francês, por exemplo). Portanto, de acordo com as condições de concordância que serão mostradas detalhadamente no capítulo seguinte, (61a) deve ter a configuração de checagem em (64)[61].

(64) a.



[61] Neste ponto não será mostrado como se dá o mecanismo de verificação de traços pois isto requer algumas considerações acerca do tradicional mecanismo de checagem de traços (CHOMSKY, 1999a), o que será feito no capítulo seguinte.

b. TP



[CLASS] é o nó checado apenas em elementos nominais (adjetivos, advérbios e particípios). Assim, este mecanismo de checagem não afeta (e, conseqüentemente, não bloqueia) as relações de concordância entre o DP e T ou *v*. A configuração em (64) está de acordo com os moldes da teoria de concordância desenvolvida na seção seguinte.

3.5 Sumário

Neste capítulo, apresentei uma releitura da proposta de Harley & Ritter (2002) para a composicionalidade do pronome. Empresto das autoras a geometria de traços elementares formativos dos elementos pronominais nas línguas, porém lanço mão de alguns ajustes necessários tendo em vista os dados do PB já apresentados nos capítulos anteriores. Apresentei também uma revisão da literatura relevante para o desenvolvimento da proposta (CARDINALETTI & STARKE, 1999; DÉCHAINE & WILTSCHKO, 2002; RULLMANN, 2004; HARLEY & RITTER, 2002; e BÉJAR, 2003).

A proposta de Béjar (2003) permitiu-me ampliar as tradicionais categorias φ com o intuito de melhor descrever a estrutura interna de cada pronome pessoal em PB, apontando seus traços formativos e as conseqüências de suas combinações na sua distribuição.

Os tradicionais traços φ foram decompostos a fim de apresentar as estruturas componentes mais atômicas das categorias *pessoa, número* e *gênero* capazes de

descrever satisfatoriamente o paradigma pronominal em PB. Assim, os diferentes pronomes (e os papéis que eles desempenham na sintaxe) podem ser descritos através de sua composição interna, compreendendo alguns traços outrora considerados externos ao conjunto de traços φ como sendo parte dele.

4

Teoria φ e condições para concordância: uma proposta de análise do pronome

4.1 Introdução

Neste capítulo, demonstrarei como uma teoria de concordância pode ser desenvolvida para lidar com uma teoria de traços enriquecidos como a demonstrada no capítulo anterior. Defendo, juntamente com Béjar (2003), que uma teoria que leva em conta subespecificação de traços formativos não é incompátivel com um mecanismo de concordância baseado em identidade, nos moldes de Chomsky (1998). Levando em conta que um item lexical é um conjunto de traços formais durante toda a derivação, considero suficiente para que a concordância seja bem sucedida que os elementos que entram num mecanismo de concordância possuam pelo menos um traço em comum: o nó raiz.

A partir disso, desenvolverei a seguir um mecanismo sintático capaz de lidar com a composicionalidade de traços: assumindo a proposta de Béjar (2003), defenderei que as condições envolvidas no mecanismo de concordância (*match* e *value*) podem ser repensados nas bases da subespecificação estrutural.

4.2 Conjunto φ enriquecido e condições para concordância

4.2.1 Condições para concordância via subespecificação de traços

Numa perspectiva minimalista, o sistema computacional lança mão de operações que são responsáveis pela eliminação de traços ilegíveis. Grosso modo, a operação *Agree* deleta traços formais ilegíveis durante o mecanismo de valoração de traços formais de um elemento nominal (alvo) por traços formais do mesmo tipo de um núcleo funcional (sonda). Havendo correspondência entre esses traços, os traços formais ilegíveis são deletados. *Agree* é regulada por condições para *match* que são definidas abaixo (CHOMSKY, 1998:122):

> (1) Matching is the relation that holds of a probe P and a goal G. Not every matching pair includes Agree. To do so, G must (at least) be in the domain D(P) of P and satisfy locality conditions. The simplest assumptions for the probe-goal system are:
>
> (i) Matching is feature identity
> (ii) D(P) is the sister of P
> (iii) Locality reduces to "closest c-comand" [62]

Uma teoria de concordância baseada em subespecificação e acarretamento de traços, condições ilustradas no capítulo anterior, implica algumas adaptações no tradicional conceito de *Agree* (cf. CHOMSKY, 1998; 1999a). A teoria de concordância proposta por Béjar (2003) mostra que tais condições para *match* e *value* são perfeitamente compatíveis com subespecificação.

4.2.2 Condições para *match*

De acordo com a teoria de traços desenvolvida aqui (nos mesmos padrões da de Béjar (2003)), uma sonda [F] pode facilmente ter em seu domínio um alvo com os traços [F[G]]. A questão que surge é se haverá compatibilidade entre estes traços já que não há identidade entre eles, como previsto pelas condições para *match*. A solução seria

[62] Tradução aproximada:

> "Compatibilidade é a relação que envolve uma sonda P e um alvo G. Nem todo par compatível inclui a operação Agree. Para tal, G precisa (pelo menos) estar no domísnio de D(P) de P e satistazer condições de localidade. A assunção mais simples para o sistema sonda-alvo são:
>
> (i) Compatibilidade é identidade de traços
> (ii) D(P) é isrmã de P
> (iii) Localidade é reduzida a 'c-comando mais próximo'"

assumir que tais condições envolvidas em concordância possam ser repensadas nas bases de acarretamento, como definido abaixo:

(2) **Acarretamento**

Dados dois elementos A e B repectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença do outro elemento A.

Se a resposta for positiva, resguardando as propriedades de cada operação dada acima, seria equivalente a dizer que a primeira pessoa é igual à segunda, por exemplo. Entretanto, como apontado por Béjar, o critério para *match* pode ser estabelecido em termos da presença/ausência do traço [F] na sonda. Assim, [F] encontraria correspondência em [F[G]] pois [F] é um subconjunto de [F[G]]. Isto prediz, por exemplo, que [π] teria correspondência com um elemento [π[PART]]. Assumirei que isto é correto. Por conseguinte, assumirei com Béjar que a interseção de traços da sonda e do alvo é suficiente para estabelecer correspondência. Conseqüentemente, identidade total não será uma exigência para a operação *Agree*. Portanto, interseção pode ser estabelecida como em (3)[63]:

(3) a. Match is defined by entailment;

b. Probe (F) and Goal (F') match if Goal (F') entails Probe (F).

(BÉJAR, 2003:53)

Necessariamente, interseção acontece a partir do topo da árvore. Isto quer dizer que a raiz do traço F é imbricada pela raiz de F'. Então, a definição em (2) pode ser reinterpretada como em (4)[64]:

(4) a. Match is evaluated at the root.

b. Probe (F) and Goal (F') match if Goal (F') entails root Probe (F).

[63] Tradução aproximada:
(3) a. Compatibilidade é definida por acarretamento.
b. Sonda (F) e Alvo (F') são compatíveis se o Alvo (F') acarreta a sonda (F).

[64] Tradução aproximada:
(4) a. Compatibilidade é avaliada na raiz.
b. Sonda (F) e Alvo (F') são compatíveis se o Alvo (F') acarreta a raiz da sonda (F).

(BÉJAR, 2003:53-54)

A consequência de tal postulação é que se uma categoria é especificada para o traço [F], deve ser automaticamente especificada para qualquer traço dominado por [F]. Isto não é desejável visto que não previne super-aplicação de *match*. Portanto, Béjar estipula a seguinte condição para o traço não-interpretável [F-][65],[66]:

(5) Q is not automatically specified for all features entailed by an uninterpretable feature [F-] in Q.

Em outras palavras, acarretamento somente atinge traços interpretáveis. Para ilustrar isto, (6) traz uma amostra de resultados previstos pela condição de acarretamento:

(6)

[F] Sonda	[F'] Alvo	Match
[π]	[π]	OK
[π]	[π [PART]]	OK
[π]	[INDV[#]]	*

A correspondência de traços sendo avaliada da raiz também prediz o cenário oposto. Isto, porém, é necessário apenas para definir o que a raiz de um elemento é.

4.2.3 Condições para *value*

A conseqüência da assunção de tais condições para *match* é refletida em *Agree* como um todo. *Match* apenas identifica pares sonda-alvo potenciais. Potencialmente,

[65] Béjar ilustra a necessidade de postular (5) com contextos de terceira pessoa. Para a autora, a terceira pessoa carece de π mas ainda tem pelo menos uma especificação, a qual pode estabelecer correspondência com a raiz da sonda. Entretanto, este cenário não é o mesmo em PB, onde a terceira pessoa possui π, o qual codifica traços gramaticais que são refletidos na sintaxe da terceira pessoa, como mostrado nos capítulos anteriores.

[66] Tradução aproximada:
(5) Q não é automaticamente especificado para todos os traços acarretados por um traço não-interpretável [F-] em Q.

concordância é a transmissão dos valores dos traços interpretáveis de um alvo para uma sonda. *Value* aqui é concebido como o compartilhamento do rótulo que o traço carrega. Na verdade, podemos conceber as condições para *value* como sendo um subconjunto das condições para *match*, uma vez que, de acordo com Chomsky (1998), condições para *value* devem ser mais restritas do que as condições para *match* pois há contextos em que *match* é bem sucedido enquanto *value*, não. Isto quer dizer que *match* é um pré-requisito para *value*. Assim, podemos assumir que *value* equivale à cópia de traços do alvo pela sonda. Portanto, a deleção dos traços não-interpretáveis da sonda pode ser efetuada. Entretanto, de acordo com Framptom e Gutmann (2000) (doravante F&G), concebo "deleção" como sendo, na verdade, "inércia". F&G assumem com Chomsky (1999a) a idéia nuclear da valoração de traços mas a reinterpretam como *compartilhamento de traços*. Os autores sugerem que dois nós terminais podem compartilhar o mesmo traço. Por exemplo, considerem-se dois nós terminais A e B, os quais têm traços valorados e não valorados. Em (7), os traços não valorados possuem um asterisco. Então, em vez de deleção, assumir-se-á que um traço não-valorado passará a ser valorado através da cópia de tais traços (a linha conectando os traços indica que estes traços estão sendo compartihados).

(7)

a.

A	B	Agree	A	B
Num*	Num		Num* ———	Num
Caso*	Caso*		Caso* ———	Caso*
	Pes			Pes

b.

T	A	B	Agree	T	A	B
Pes*		Pes		Pes* ———————		Pes
Num*	Num* ———	Num		Num* ———	Num* ———	Num
	Caso* ———	Caso*			Caso* ———	Caso*

Não tenho a intenção de adotar integralmente esta proposta aqui, mas sua idéia principal de substituir "deleção" é bem-vinda por razões exaustivamente mostradas em

F&G (2000) (a saber, a necessidade de um ciclo seguinte poder "ler" um traço que, em tese, foi checado e deletado). Portanto, uma vez que o traço [F] é valorado, ele deve ficar inerte pelo resto da derivação, i.e. não tomar mais partido na derivação, estando disponível, porém, para "leitura" se necessário.

Condições para *value*, apesar de mais restritas que aquelas para *match*, também se aplicam. Assim, Béjar (2003:65-6) propõe a generalização em (8), a qual assumo, baseada na evidência de subespecificação relativa, já mencionada acima, capturada pelos *outputs* de valoração previstos em (9).

(8)Goal values Probe iff features of Goal entail features of Probe[67].

(9)

a.

[F] Probe	[F'] Goal	Value
[π]	[π]	OK
[π]	[π [PART]]	OK
[π]	[π[PART[ADDR]]]	OK

b.

[F] Probe	[F'] Goal	Value
[π [PART]]	[π]	NO
[π [PART]]	[π [PART]]	OK
[π [PART]]	[π[PART[ADDR]]]	OK

c.

[F] Probe	[F'] Goal	Value
[π[PART[ADDR]]]	[π]	NO
[π[PART[ADDR]]]	[π [PART]]	NO
[π[PART[ADDR]]]	[π[PART[ADDR]]]	OK

Os padrões em (9a) parecem ser os requeridos pela valoração de traços em PB. Portanto, é necessário apenas um [π] não-interpretável para uma sonda ser valorada. Isto

[67] Tradução aproximada:
(8) O Alvo valora a Sonda sse traços do Alvo acarretam traços da Sonda.

se dá pois o conjunto de condições que satisfazem *value* deve ser um subconjunto daquelas que satisfazem *match*[68].

Assim, por exemplo, a operação de concordância que tem (10) como resultado pode ser vista em (11)[69].

(10) Você traiu ele

(11)

a. [*v* [V OD]
# #
*u*π π
# #
*u*D D

b. [T[SUJ [V OD [*v* [V OD]
# # # #
*u*π π π ~~*u*π~~
3 #
*u*D PART D D ~~*u*D~~
3
SPKR ADDR

c. [SUJ T[SUJ [V OD [*v* [V OD]
# # # #
π ~~*u*π~~ π ~~*u*π~~
3 # # #
PART D ~~*u*D~~ D ~~*u*D~~
3
SPKR ADDR

De acordo com (11), a sonda do objeto direto (*v*) tanto é correspondente a como valorada pelo alvo (OD). Fundindo-se o nó onde a concordância de sujeito acontece (T),

[68] Como mencionado acima, o objetivo de Béjar (2003) é lidar com o problema da concordância sensível ao contexto em línguas como georgiano (uma língua caucasiana) e nishnaabemwin (uma algonquiana). Este fenômeno, entretanto, não ocorre em línguas românicas, tais como o português. No entanto, sua proposta é uma maneira elegante de se lidar com concordância e parece ser largamente aplicável. Portanto, os detalhes teóricos desenvolvidos por Béjar para lidar com a concordância sensível ao contexto serão deixados a parte pois estão além do escopo desta tese. É suficiente aqui descrever o mecanismo de concordância de tal teoria, o qual suficientemente satisfaz nossos objetivos.

[69] Ignorar-se-á se há subida de V para T uma vez que isto é irrelevante para o propósito desta tese. Ainda, deixar-se-á de lado por enquanto se C é necessário para checar o traço D do sujeito.

há um desnivelamento entre os traços da sonda T e do alvo SUJ. Mas, uma vez que condições para concordância podem ser satisfeitas através da raiz da sonda, a derivação converge.

Em PB, a possibilidade de se ter uma sonda mais específica que um alvo é nula, como visto em (12), onde a presença do nó [INDIVIDUATION] da sonda a torna mais especificada que o alvo, tornando impossível a valoração e, portanto, agramatical a sentença.

(12) *Ele são bonitos

PB segue um tipo de hieraquia (simetria) de pessoa para a sonda: quando a sonda é mais especificada para qualquer traço, o alvo também o é. Por exemplo, de acordo com nossa composicionalidade pronominal, a mais especificada forma pronominal é a segunda pessoa do singular, a qual requer especificação de terceira pessoa, que é menos especificada, no verbo apenas. Uma vez que *match* é satisfeito apenas pela raiz da sonda e *value* precisa de um alvo no mínimo tão especificado quanto a sonda, a operação *Agree* é bem sucedida. Portanto, é suficiente assumir que as especificações acima para as condições para concordância são satisfeitas em PB, permitindo concordância mediante subespecificação de traços.

4.3 Sumário

Até aqui, tenho demonstrado como uma teoria de traços enriquecidos se adequa a uma teoria de concordância baseada em subespecificação de traços. Mostrei que os diferentes pronomes (e os papéis que eles desempenham na sintaxe) podem ser descritos através de sua composicionalidade interna, compreendendo alguns traços outrora considerados externos ao conjunto de traços φ como sendo parte dele. A proposta de uma teoria φ, como a de Béjar (2003), esquematizada acima, desenvolvida com base na subespecificação de traços, também suporta adequadamente a composicionalidade pronominal que sugiro para o PB, sendo uma alternativa de análise que lida

coerentemente e uniformemente com o problema inicial da concordância entre elementos que possuem diferentes conjuntos de traços.

O cenário acima exposto simplifica consideravelmente o mecanismo de concordância para o PB. Assim, o sincretismo dos pronomes pessoais em PB é justificado pela subespecificação dos traços formativos destes pronomes: quanto menos traços em sua estrutura, menos restrições o pronome encontra em sua distribuição.

5

Caso, subespecificação e condições de checagem

5.1 Introdução

Nos capítulos anteriores, apresentei uma teoria baseada em traços para os pronomes desenvolvida a partir da noção de subespecificação de traços definidos a partir de categorias morfossemânticas. O mecanismo de concordância apresentado para lidar com tais estruturas de traços é capaz de lidar com a concordância *default*, uma vez que não há necessidade de se prender à noção de total correspondência de traços, como proposto em Chomsky (1998). A noção crucial é a de que nem todos os traços são necessariamente compartilhados pelo alvo e a sonda; mas, estas relações de concordância devem se dar através da raiz do conjunto de traços. Esta teoria de traços é suficiente para dar conta de alguns fenômenos do PB mostrados nos capítulos anteriores, como, por exemplo, concordância sem plena identidade entre os traços do sujeito pronominal e os de seu predicado (verbal ou adjetival). Entretanto, a variação encontrada em alguns dialetos do PB com a primeira pessoa do singular não é contemplada se levarmos em conta apenas os traços φ como definidos até aqui.

Morfologicamente, a maioria das pessoas pronominais parecem não depender de outro mecanismo gramatical, tal como Caso, além dos traços φ decompostos, para sua definição formal, uma vez que suas formas morfológicas são restritas apenas, na maioria dos casos, à "nominativa". Entretanto, a especificação de traços φ não é suficiente para explicar como *eu* pode aparecer em todas as posições argumentais, em (1), substituindo as outras formas, que denomino *Casuais*, de primeira pessoa (*me, mim, meu, minha*...) vistas em (2).

(1) a. Minha mãe mandou *eu* pra escola.
b. Maria deu um presente pra *eu*.

c. Ela nunca falou com *eu*.

d. Ela puxou na cabeça d*eu*.

(2) a. Minha mãe *me* mandou pra escola.

b. Maria deu um presente pra *mim*.

c. Ela nunca falou *comigo*.

d. Ela puxou na *minha* cabeça.

Essa alternância não depende dos traços φ como definidos no capítulo 3, pois todas as formas envolvidas diferem somente quanto à representação de formas Casuais ainda existentes em PB, não representando diferenças quanto a sua interpretação.

Portanto, os pronomes de primeira pessoa do singular levam em conta mais do que o conjunto de traços φ para determinar sua forma em PF. Assumirei, portanto, que eles também levam em conta Caso. Mas, como evidenciado nos capítulos anteriores, é no mínimo inadequado assumir-se a tradicional Teoria de Caso como definida desde sua origem na gramática gerativa (ROUVERET & VERGNAUD, 1980; CHOMSKY, 1981). Assumo, então, tomando (1) e (2) acima, além de outros exemplos já apresentados nos capítulos anteriores, como evidência, que traços de Caso participam do processo de concordância dos DPs. Isto também se justifica pois estas alternâncias apresentam restrições de cunho estrutural, o que as condicionam também à sintaxe. Assim, da mesma forma que para os traços φ, proporei uma geometria de traços de Caso, baseada também em subespecificação de traços e cujo mecanismo de checagem seja de acordo com a proposta formulada para os traços φ aqui defendida.

Este capítulo é organizado da seguinte maneira: em 5.2, esclarecerei o conceito de *Caso* adotado nesta tese, propondo que *Caso*, como qualquer outro traço formal, pode ser decomposto, o que simplifica consideravelmente as (ir)regularidades encontradas inter-lingüisticamente; na seção 5.3, faço uma síntese da proposta de McFadden (2007), que sugere uma decomposição dos traços de caso os quais são inseridos independentemente na sintaxe através de regras próprias, e não mais "atribuídos"; na seção 5.4, mostrarei que uma teoria de Caso baseada em subespecificação pode ser construída nos mesmo moldes da teoria φ apresentada para concordância no capítulo anterior, usando as mesmas prerrogativas e condições de checagem; na seção 5.5 apresento uma breve discussão acerca da alternância entre *eu* e

mim na posição sujeito de orações encaixadas infinitivas, mostrando que a mesma análise feita para (1) e (2) acima é suficiente para lidar com tal fenômeno, não sendo necessário lançar mão das análises propostas anteriormente para essas estruturas; 5.6 conclui o capítulo.

5.2. Decompondo Caso

5.2.1 Sistema de Caso, sintaxe e morfologia

Tradicionalmente, Caso pode ser definido como uma relação, semanticamente associada ou não, entre um DP e seu contexto sintático. Caso *inerente* (ou profundo) seria semanticamente associado, enquanto Caso *estrutural*, não. Ambos os Casos podem ser (mas não necessariamente são) refletidos por um caso morfológico[70]. Muitas línguas marcam a função gramatical de seus nominais com afixos específicos que, juntos, determinam seu "sistema de casos". Línguas com um sistema de casos "rico" podem dispor de uma grande variedade de casos (o finlandês possui mais de 12 casos, enquanto o alemão possui 5, por exemplo). Assim, geralmente, os chamados casos *nominativo, acusativo* e *dativo* marcariam numa oração, respectivamente, o DP na posição sujeito, objeto direto e objeto indireto. No alemão, língua com sistema casual morfologicamente expresso, o artigo (masculino, neste exemplo) marca a declinação de caso para cada elemento nominal: *der* para o nominativo, *den* para o acusativo, e *dem* para o dativo:

(3) Der Mann gab den Hund dem Sohn (alemão)
O homem.nom deu o cachorro.ac ao filho.dat

Algumas línguas, como o inglês e o português, entretanto, não dispõem mais de um sistema casual morfologicamente visível em seus nomes, mas ainda mostrariam um resíduo de tal sistema casual em seu sistema pronominal.

[70] Como já mencionado anteriormente, Caso grafado com inicial maiúscula é usado para se referir a Caso abstrato, nos termos de Vergnaud (1977) e Chomsky (1981), enquanto caso com inicial minúscula é usado para se referir a qualquer outra ocorrência do termo.

(4) a. He likes her
Ele(nom) gosta ela(ac)
"Ele gosta dela"

b. She likes him
Ela(nom) gosta ele(ac)
"Ela gosta dele"

Em (4), as diferentes formas pronominais representam diferentes casos: *he* e *she* são as formas pronominais para o nominativo da terceira pessoa do singular masculino e feminino, respectivamente, enquanto *him* e *her* representam suas formas acusativas.

Caso que não é morfologicamente expresso é denominado *Caso abstrato*. A teoria do Caso adotada por Chomsky (1981), baseada em Rouveret e Vergnaud (1980), parte da premissa de que caso morfológico nada mais é do que o reflexo do Caso abstrato (ou seja, de uma representação sintática de caso). Sob este ponto de vista, as línguas apresentariam variação apenas quanto à manifestação morfológica do caso, mantendo-se um mesmo sistema abstrato de caso subjacente.

Em suma, uma teoria de Caso deve dar conta da distribuição e forma de um DP realizado. Entretanto, a noção de Caso abstrato como um fator determinante para a distribuição dos DPs vem tendo um enfraquecimento no decorrer do desenvolvimento da teoria da gramática. A proposta de Rouveret e Vergnaud (1980), na qual todo NP deve receber um Caso para ser legível em LF e PF, o chamado Filtro de Caso, foi adotada por Chomsky e incluída no aparato teórico de Regência e Ligacão (CHOMSKY, 1981) como um módulo da gramática. Desde então, estudos feitos sobre inúmeras línguas mostram uma extensiva gama de contra-evidências a esta "universalidade" de Caso (e.g. islandês (cf. MCFADDEN, 2002; SIGURÐSSON, 2003), japonês e hindu (cf. MCFADDEN, *op.cit.*), e PB (cf. CARVALHO, 2006; ALBUQUERQUE; 2006), entre muitas outras). Isso pode ser ilustrado com o islandês, onde a mesma preposição (*í*) atribui tanto o caso acusativo (5a) quanto o dativo (5b).

(5) a. Hún hljóp í **bæinn**.
Ela correu em centro.o.ac
"Ela correu para o centro"

b. Hún hljóp (um) í **bænum**.
Ela correu (em volta) em centro.o.dat
"Ela correu ao redor do centro"

(SIGURÐSSON, 2003:234)

Nichols (1992, *apud* SIGURÐSSON, 2003), em um estudo tipológico, verifica que cerca de 45% das línguas do mundo não possuem caso morfológico (e.g. chinês e línguas asiáticas na sua maioria), 50% seriam línguas casualmente marcadas (e.g. alemão e algumas línguas germânicas e escandinavas), e o restante, cerca de 5%, seriam línguas de marcação casual pobre (*case-poor languages*). Esse último tipo englobaria línguas como o inglês, o francês, o espanhol, o português, entre outras, que revelam apenas uma "herança" do caso morfológico no sistema pronominal. A partir dessas informações, a presença/ausência de caso pode ser formalizada em três possíveis pontos de vista:

(6)

(a) THE MORPHOLOGICAL APPROACH

The notion of case is purely morphological, hence full DPs in English and all DPs in Chinese are caseless, whereas English pronouns are 'cased'.

(b) THE LANGUAGE-SPECIFIC APPROACH

A language either has or not a case system. Thus, all English DPs are 'cased' - overtly or covertly - whereas case is absent from Chinese.

(c) THE UNIVERSAL APPROACH

DPs are universally 'cased', at least abstractly.[71]

(SIGURÐSSON, 2003:224-5)

Segundo Sigurðsson, essas abordagens não são mutuamente excludentes: a Proposta Universal (*Universal Approach*) prediz um Caso abstrato como um mecanismo (ou traço, de acordo com CHOMSKY (1998, 1999a)) universal e um potencial expediente em línguas marcadas com caso morfológico. Por esta razão, poderia se supor que caso morfológico seria uma implementação de PF, enquanto Caso abstrato, algo inerente à sintaxe propriamente dita, não havendo necessariamente reciprocidade entre Caso abstrato e caso morfológico. A Proposta Universal, portanto, é interpretada como a definição do Filtro de Caso (ROUVERET &VERGNAUD, 1980; CHOMSKY, 1981): todo NP deve ter caso para ser visível em LF e PF. Adotando-se também o Princípio da Uniformidade (CHOMSKY, 1998:2) que afirma que as línguas são sintaticamente uniformes e a variação entre elas é devida à componente fonológica (PF), Sigurðsson (*op.cit*:225) sugere que

> one may conceive of abstract case as a universal feature or phenomenon […]. It forces us to conceive of morphological case as a PF exponent, whereas abstract case is 'radically abstract' in the sense that it is a narrow syntax phenomenon that is not necessarily expressed at PF.[72]

[71] Possível tradução:

(a) Proposta Morfológica
A noção de caso é puramente morfológica, portanto DPs lexicais em Inglês e todos os DPs em Chinês não possuem caso, enquanto os pronomes do Inglês possuem caso.

(b) Proposta de Língua Específica
Uma língua ou tem ou não tem um sistema casual. Assim, todo DP do Inglês recebe caso - visivelmente ou não - enquanto caso é ausente no Chinês.

(c) Proposta Universal
DPs universalmente recebem caso, pelo menos abstratamente.

[72] Possível tradução: "pode-se conceber caso abstrato como um traço ou fenômeno universal [...]. Isso nos força a conbeber caso morfológico como um exponente de PF, enquanto caso abstrato seria 'radicalmente abstrato' no sentido de que é um fenômeno da sintaxe estreita que não é necessariamente expresso em PF."

Isso reforça o fato de que, em algumas línguas, um único Caso abstrato pode ser expresso morfologicamente de diferentes formas, como visto em islandês com o Dativo[73].

(7) a. Sujeito Dativo

Henni líkaði þessi hugmynd.

Ela.dat gostou esta idéia.nom

"Ela gostou desta idéia"

b. Objet Indireto Dativo[74]

Hún gaf **mér** bókina.

Ela deu me.dat livro.o.ac

"Ela me deu o livro"

c. Objeto Direto Dativo

Við hjálpuðum **henni**.

Nós ajudamos.pass ela.dat

d. Benefactivo Livre Dativo (Dativo Ético)

Ég lagaði **mér** kaffi.

Eu fiz me.dat café

"Eu me fiz café"

e. Dativo Preposicionado

Hún fór að **húsinu**.

Ela foi na.direção.de.casa.a.dat

"Ela foi para casa"

[73] Extraido de Sigurðsson (2003:231-3).

[74] O caso atribuido ao objeto indireto em islandês é o Dativo, o mesmo do denominado *objeto preposicionado*. Geralmente, objetos indiretos em islandês desempenham um papel Benefactivo, enquanto objetos preposicionados desempenham o de Alvo. Isto, entretanto, é irrelevante para a discussão que pretendo desenvolver.

f. Objeto Adjetival Dativo

Hann er líkur **henni**.

Ele é similar ela.dat

"Ele parece com ela"

Semelhantemente, como visto nos capítulos anteriores, em PB quase não há restrição quanto ao Caso representado pelos pronomes em sua distribuição, exceto com a primeira pessoa do singular em certos contextos. Os exemplos em (8) mostram quão arbitrário um reflexo morfólogico de caso parece: as formas pronominais *ele/ela* e *nós* nos exemplos são tradicionalmente relacionadas ao Caso "nominativo", sendo estas mesmas formas as que representam o Caso "oblíquo dativo" em PB.

(8) a. A menina viu ele(ac).

b. A menina entregou o pacote pra/a **ele**(dat).[75]

c. O guarda parou **nós**(ac).

d. O vendedor demonstrou o produto para/a **nós**(dat).

Adotando esta idéia central, assumo que caso morfológico é, na verdade, apenas uma "leitura" de diversos fatos sintáticos, tais como o resultado do mecanismo de concordância entre os traços formais do DP e de seu predicado e verificação do que chamarei de *feixe de Caso*, i.e. uma árvore de traços de Caso disposta hierarquicamente.

5.2.2 Caso em PB

[75] Há uma tendência ao uso de *para* em vez de *a,* em PB. Esta variação, entretanto, não é relevante para os objetivos do presente estudo.

Como visto no capítulo 2, algumas distinções tradicionalmente atribuídas a Caso parecem de fato arbitrárias. Em (9) abaixo, por exemplo, *a gente* e *vocês* podem aparecer em qualquer posição argumental em uma sentença:

(9) a. *Vocês* viram *a gente* ontem.
b. *A gente* viu *vocês* ontem.
c. *Vocês* deram isso para *a gente*.
d. *A gente* deu isso para *vocês*.
e. *Vocês* gostaram do cabelo da *gente*.
f. *A gente* gostou do cabelo de *vocês*.

Tanto *vocês* quanto *a gente* têm a mesma distribuição Casual sem que haja mudança em suas formas. Em outras palavras, há uma única forma para todas as posições Casuais em que estes pronomes ocorrem. Isto acontece também com os pronomes no singular, como pode ser observado em (10).

(10) a. Elas viram *você/tu* ontem.
b. *Você/tu* viu elas ontem?
c. Elas deram isso pra *você/tu*.

Você é uma forma pronominal para a segunda pessoa do singular em PB (ao lado de *tu*), e é esperado que tenha uma distribuição mais ampla pois historicamente não possui nenhuma outra forma Casual mais específica, sendo todas elas desempenhadas apenas por *você*. Mesmo *tu*, que apresenta historicamente essas formas Casuais mais específicas, não encontra restrições na sua distribuição, o que corrobora a hipótese de que não há uma relação unívoca entre Caso e forma morfológica.

Com a primeira pessoa do singular é semelhante: (11) abaixo mostra que esta pessoa pode apresentar uma única forma (a chamada *nominativa*) em todas as posições argumentais em PB, mesmo sendo a única que ainda apresenta formas específicas em alguns contextos para os diferentes Casos.

(11) a. Minha mãe mandou *eu* pra escola.
b. Maria deu um presente pra *eu*.

c. Ela nunca falou com *eu*.

d. Ela puxou na cabeca d*eu*.

As formas pronominais mais especificadas necessitam de algumas condições sintáticas para serem licenciadas. *Mim*, por exemplo, só aparece depois de preposições em PB.

(12) a. Ela bateu em *mim*

b. Pedro falou de *mim*

Ainda, estruturas mais complexas, como orações encaixadas, permitem a presença tanto da forma *nominativa* do pronome, quanto da *oblíqua*, sem comprometimento da gramaticalidade ou interpretação da oração, o que indica que ambos os pronomes têm a mesma interpretação[76]:

(13) a. Ela deu o livro para *eu* ler.

b. Ela deu o livro para *mim* ler.

Outras restrições foram exaustivamente comentadas no capítulo 2. O mais importante aqui é o fato de que os requerimentos Casuais parecem ser diferentes dos que são tradicionalmente assumidos. A forma "nominativa" de um DP pronominal, tradicionalmente ligada à posição sujeito de uma oração finita, não vai ser determinada pela atribuição do Caso nominativo por um T (cf. CHOMSKY, 1981; 1986a,b), ou através da checagem de um traço nominativo previamente determinado no DP em *spec*,T (CHOMSKY, 1995). Isso fica claro nos exemplo de (11), acima. Mas, em vez disso, a forma e a função do DP pronominal devem ser o resultado das operações sintáticas das quais ele participa durante a derivação, nas quais seus traços, inclusive os de Caso, serão verificados (valorados), o que é, inclusive, mais condizente com uma proposta "sintática" de Caso, como defende Chomsky (1995; 1998; 1999a). Isso deve se

[76] Como já fora mencionado no capítulo 2, é defendido que haveria uma ambiguidade estrutural nesse tipo de oração, que geraria também uma ambiguidade na sua interpretação. Esse argumento é geralmente levado em conta para se defender a existência de duas estruturas, uma para explicar a realização de cada pronome (cf. BOTELHO PEREIRA e RONCARATTI, 1993; SALLES, 2000). Como fora mostrado também no capítulo 2, essa ambigüidade não justifica uma dupla estrutura para explicar a alternância, já que a presença de um T infinitivo capaz de atribuir Caso *nominativo* é questionável, além da contra-evidência dos exemplos em (11) acima, em que a presença de *eu* não pode ser assim justificada.

dar através de um mecanismo que leve em conta as relações entre os traços relevantes desse DP (φ e de Caso) e os dos elementos com os quais ele mantém relações de concordância.

Um mecanismo assim pode ser alcançado através da expansão da proposta apresentada nos capítulos anteriores para os traços φ: os tradicionais Casos abstratos (*nominativo, acusativo, dativo* etc.), da mesma forma que as categorias que formam os traços φ, devem ser decompostos em elementos mais atômicos e a combinação desses elementos é que vai determinar, em PF, a forma final do DP pronominal. Tal proposta parece mais viável visto que não necessita lançar mão previamente da morfologia do pronome, o que elimina o problema inicial criado pela vinculação da função do pronome a sua forma. Além disso, uma teoria como esta é empiricamente mais econômica pois a combinação de um número limitado de traços é suficiente para definir e explicar, a partir da estrutura interna do DP, fenômenos como o sincretismo, encontrado, por exemplo, com a primeira pessoa do singular em PB, sem se apelar a fatores externos ao DP. Isso também não é uma novidade teórica. Alguns estudos já trazem propostas semelhantes (cf. MCFADDEN, 2007), as quais serão discutidas a seguir e servirão como base para a análise que desenvolvo no decorrer deste capítulo.

5.3 Subespecificação de Caso

5.3.1 McFadden (2007)

A idéia central de McFadden (2007) é a de que um conjunto (ou conjuntos) de traços binários são meios suficientes para lidar com categorias *default*, em particular o fenômeno conhecido como *caso default*. Segundo o autor, a decomposição de categorias morfológicas remonta pelo menos a Hjelmslev (1935) e Jakobson (1936). Por exemplo, em vez de haver uma categoria *pessoa*, haveria uma categoria composta por traços como [+*speaker*, +*hearer*]. Tal aparato é primariamente motivado para explicar sincretismo, fenômeno no qual uma única forma aparece com mais de uma função gramatical.

De acordo com McFadden, há pelo menos dois fatores que motivam uma decomposição de traços para a explicação do sincretismo: (a) a possibilidade de uma

descrição simplificada de padrões específicos de sincretismo em línguas específicas; (b) a possibilidade de explicar de forma mais abrangente por que certos tipos de sincretismo na verdade ocorrem e outros, não, intra e interlinguisticamente.

Assim, por exemplo, seguindo-se a decomposição de Bierwisch (1967) abaixo, o fato de o alemão mostrar sincretismo entre nominativo/acusativo, mas não nominativo/dativo seria resolvido adotando-se uma decomposição onde nominativo e acusativo possuem ambos o traço [-oblíquo], mas nominativo e dativo não teriam nenhum traço (ou, melhor dizendo, valor de traço) em comum.

(14) Casos em alemão de acordo com Bierwisch (1967)

Caso	Traços
Nominativo	[-oblíquo,-regido]
Acusativo	[-oblíquo,+regido]
Genitive	[+oblique,-regido]
Dative	[+oblique,+regido]

Entretanto, segundo McFadden (2007), nada impede que haja uma decomposição diferente na qual nominativo e dativo sejam de uma mesma categoria. Assim, para restringir que tipo de traços entram na formação de uma categoria morfológica complexa, o autor (*op.cit.*:226) propõe a seguinte restrição:

(15) **Morphological Feature Constraint (MFC)**

Each of the features proposed to define morphological categories must have motivation independent of the morphological form it is meant to describe.[77]

Em outras palavras, um traço estipulado para definir uma categoria morfológica, como caso[78], por exemplo, deve ter uma motivação que não seja morfológica (ou seja,

[77] Tradução aproximada:

(15) **Restrição Morfológica de Traço**

Cada traço proposto para definir morfologicamente categorias deve ter motivação independente da forma morfológica que descreve.

deve ter uma motivação sintática ou semântica, por exemplo). Assim, uma categoria como *pessoa* pode ser caracterizada semanticamente, com traços como [*speaker*, *hearer*]. Mas, por outro lado, uma caracterização semântica para *dativo* ou *genitivo* parece não ser acessível. Assim, uma decomposição das tradicionais categorias casuais em traços geralmente leva em conta noções vagas, que passeiam pela sintaxe e pela semântica. Um exemplo disso é a motivação proposta por Halle e Vaux (1997:5):

> The feature specification [-oblique] is assigned to nominals that are arguments of the verb; [+oblique] is assigned to nominals that are not arguments of the verb. The feature [-structural] is assigned to nominals on non-structural, semantic grounds; [+structural] is assigned to nominals on the basis of their position in the syntactic structure, exclusively. The feature [-superior] is assigned to nominals in governed positions in the syntactic structure; [+superior] is assigned to nominals in non-governed positions. [-free] is assigned to nominals with a consistent role in argument structure; [+free] is assigned to nominals whose role in argument structure varies.[79]

Segundo McFadden, o esforço dos autores em caracterizar os traços de caso reflete o fato de que tais traços não podem ser estipulados puramente por categorias morfológicas, mas há pelo menos uma tentativa de relacioná-los aos contextos sintático-semânticos em que aparecem. Assim, o autor adota uma versão mais forte da MFC:

(16) **Morphological Feature Constraint (final version)**

---

[78] O termo *caso* está sendo grafado com inicial minúscula por McFadden por se tratar de uma análise de categorias morfológicas, o que não impede, como será mostrado mais adiante, que esta proposta seja abstraída e possa ser aplicada sintaticamente.

[79] Tradução aproximada:

> "A especificação de traço [-oblíquo] é atribuída a nominais que sejam argumentos do verbo; [+oblíquo] é atribuído a nominais que não são argumentos do verbo. O traço [-estrutural] é atribuído a nominais em posição não-estruturais/semânticas; [+estrutural] é atribuído a nominais com base em sua posição na estrutura sintática, exclusivamente. O traço [-superior] é atribuído a nominais em posição de regência na estrutura sintática; [+superior] é atribuído a nominais em posição de não-regência. [-livre] é atribuído a nominais com um papel consistente na estrutura argumental; [+livre] é atribuído a nominais cujo papel na estrutura argumental varia."

> The positing of a particular feature to handle patterns of morphological form must be accompanied by an explicit theory of its distribution in syntactic/semantic terms.[80]
>
> (MCFADDEN, 2007:228)

Em outras palavras, se um traço [-oblíquo] for estabelecido para dar conta do sincretismo nominativo/acusativo, por exemplo, deve-se também formular as regras de sua atribuição[81]. Ainda, os traços que compõem uma categoria são independentes uns dos outros. Isso pode esclarecer a maneira com que os casos são atribuídos a DPs ao mesmo tempo em que se estabelecem os padrões de sincretismo.

Segundo McFadden, um dos fenômenos para os quais esse raciocínio é útil é o chamado *caso default*. Em línguas com um sistema morfológico de caso, há normalmente um caso que opera como *default*, aparecendo onde nenhum outro pode ser atribuído. Nos contextos de deslocamento à esquerda, por exemplo, é esperado que o DP deslocado compartilhe o caso do elemento com o qual ele é co-referente, mas, às vezes, essa concordância falha e um caso *default* aparece (cf. SCHÜTZE, 2001).

(17) a. Me, I like beans.[82]
Me.ac, eu gosto feijões
"Eu, eu gosto de feijões" (inglês)

b. Der/ *Dem Hans, mit dem spreche ich nicht mehr.
O.nom/*o.dat Hans com ele.dat falo eu não mais
"Hans, eu não falo com ele nunca mais" (alemão)

c.Strákarnir, við □á hafði aldrei verið talað.
Garotos.os.nom com eles.ac tiveram nunca falado
"Os garotos, nunca se conversou com eles" (islandês)

[80] (16) **Restrição Morfológica de Traço (versão final)**
A inclusão de um traço particular para lidar com padrões de formas morfológicas deve ser acompanhada por uma teoria explícita de sua distribuição em termos sintáticos/semânticos.

[81] O autor faz uso do termo *atribuição* (assignment) indiscriminadamente uma vez que não é definido no estudo um mecanismo sintático de verificação dos traços lá definidos. Desta forma, manterei a terminologia do autor, fazendo menção a alguma diferença teórica quanto ao termo quando necessário.

[82] Exemplos extraido de McFadden (2007:229).

Em inglês, a forma acusativa é a que desempenha a função *default*, aparecendo em posição de tópico, enquanto em alemão e islandês, esse papel é desempenhado pela forma nominativa.

Para se estabelecer uma teoria para o caso *default*, uma das questões que devem ser levadas em conta é como se prediz qual caso será o *default* em uma dada língua. O *status default*, segundo McFadden, é uma característica da categoria de caso e não de uma forma específica que o realiza. Por exemplo, em alemão, *nominativo* seria **a categoria** *default* e não a forma *der* (o.masc.sing.nom), ou *ich* (eu.nom). O autor nota que, ao observar os exemplo em (16), fica claro que em todas as línguas citadas, exceto o inglês, o caso *default* é o nominativo. Para McFadden, a chave para entender caso *default* está em reconhecer sua relação com o caso estrutural de uma dada língua. A idéia (de alguma forma óbvia) é que se pode generalizar sobre a aparição do nominativo como o caso estrutural independente e como o *default*. Assim, McFadden captura a idéia de caso *default* como segue:

(18) *Default* case is not the case that is assigned when other cases fail, but the actual lack of case.[83]

O autor afirma, entretanto, que

> this is not meant in the morphophonological sense that default case is the lack of an overt case-marker. Though the nominative is unmarked in this sense as well in many languages where it is the default, in others it is associated with an overt formal expression […]. Instead, it is a morphosyntactic statement, regarding the determination of the case categories.[84]
>
> (MCFADDEN, 2007:232)

Categorias como "nominativo" não possuem uma realidade substantiva, mas surgem da combinação de traços (binários, segundo o autor) mais primitivos. Assim, o

[83] Tradução aproximada:

(18) Caso *default* não é o caso que é atribuído quando outros casos falham, mas a real ausência de caso.

[84] Tradução aproximada:

> isso não significa, no sentido morfofonológico, que caso *default* é a ausência de um marcador realizado de caso. Apesar de o nominativo ser não marcado neste sentido, como em muitas línguas onde ele é o *defaut*, em outras, ele está associado a uma expressão formal realizada [...]. Em vez disso, isso seria uma declaração morfossintática, reservando-se a determinação de cada categoria de caso.

que de fato é atribuído a um DP são esses traços mais primitivos, independentemente. McFadden estabelece também o mecanismo de marcação dos traços (cf. MCFADDEN, *id.*:233):

- se um traço é estritamente binário, há essencialmente apenas uma regra de atribuição para cada um;
- a marcação relativa do valor de um traço é derivada e não estipulada;
- o valor marcado (positivo) é aquele atribuído quando o DP encontra as condições específicas para tal, e o não marcado (negativo), quando isso não se dá;

Dessa maneira, "nominativo" em línguas como o alemão é o nome para a categoria definida quando todos os valores dos traços de caso são não marcados, ou seja, aquela que emerge em DPs cujas regras de atribuição dos traços de caso falham em sua aplicação.

Com base nisso, para distinguir as duas categorias estruturais, McFadden propõe o traço [inferior], cuja atribuição segue a seguinte regra (cf. MCFADDEN, *id.*:234):

(19) Assign [+inferior] to a DP_i iff
  a. There is a DP_j within the same phase, and
  b. DP_j c-commands DP_i, and
  c. DP_j does not bear a non-structural case.[85]

Assim, o "nominativo" passa a ser visto como a categoria casual maximamente não marcada numa dada língua, sem restrições em sua ocorrência. Em outras palavras, o "nominativo" é a ausência da atribuição de outros casos, e não o caso atribuído quando a atribuição dos outros falha.

McFadden observa, entretanto, que o inglês foge a essa regra. O autor aponta o fato de o inglês possuir um sistema de caso estrutural diferente do alemão e que a

[85] Tradução aproximada:

(19) Atribuir [+inferior] ao DP_i sse
  a. Existe um DP_j dentro da mesma fase, e
  b. DP_j c-comanda DP_i, e
  c. DP_j não carrega um outro caso não-estrutural.

alternância entre os dois casos estruturais não se dá na aplicação de uma regra como a de (19) acima. A explicação, segundo o autor, para o que acontece com o inglês depende da adjacência. Nos exemplos em (20) abaixo, o "nominativo" só é possível para os pronomes maximamente próximos ao T finito. Se algum elemento intervém entre o pronome e o T finito, a forma oblíqua aparece. O autor ressalta o fato de que o que acontece em inglês é que é o "nominativo" que aparece sob condições especiais e, assim, é mais marcado, sendo a forma "acusativa" a *default*.

(20) a. *I* am vulgar.
Eu sou vulgar

b. The real *me* is vulgar.
O real me.obl é vulgar

Entretanto, o PB apresenta um sistema casual semelhante ao do inglês e, contrariamente, apresenta o "nominativo" como forma *default*:

(21) a. *Eu* sou vulgar.
b. O verdadeiro *eu* é vulgar.

Ainda, em PB, a forma "nominativa" do pronome aparece em posições onde não há nenhuma relação de localidade com um T finito:

(22) a. Ela deu um presente pra *eu*.
b. Você não tinha falado com *eu*.
c. Ela puxou na cabeça d*eu*.

Como já mostrado anteriormente, todas as ocorrências em (22) possuem uma outra paralela, com formas oblíquas, em (23):

(23) a. Ela deu um presente pra *mim*.
b. Você não tinha falado com*igo*.
c. Ela puxou na *minha* cabeça.

McFadden estende sua proposta para os casos oblíquos do alemão. O autor, analogamente ao que faz para os casos estruturais, propõe [oblique] como o traço distintivo para as categorias oblíquas. Entretanto, o autor afirma que todo P atribui [+oblique] ao seu complemento. A solução, portanto, é a adoção de mais um traço, o [genitive]. Tal traço é altamente restrito: somente preposições genitivas podem atribuí-lo. Há uma gradação quanto à relação entre a atribuição dos traços oblíquos e suas respectivas formas: na ausência de um traço especificador, como [+genitive], automaticamente, o DP assumirá a forma imediatamente menos especificada. Assim, se um DP tradicionalmente genitivo deixa de receber o traço [+genitive], ele assumirá a forma de um DP dativo, mantendo, porém, sua interpretação genitiva. O dativo surge, pois é a opção menos marcada entre os oblíquos.

A análise de McFadden é um aprimoramento no que diz respeito ao sincretismo encontrado em alguns casos morfológicos em línguas como o alemão. O autor estende sua análise também a línguas como o inglês, que não possuem caso morfológico além do que é capturado em seu paradigma pronominal. Entretanto, ao apontar a diferença existente entre caso morfológico e Caso abstrato, cuja função está ligada ao licenciamento do DP, o autor não explica como se dá a verificação dos traços que definem tais casos morfológicos. Além disso, a análise não prediz a alternância entre formas estruturais (nominativo e acusativo) e oblíquas (dativo, genitivo), o que acontece, por exemplo, em PB (cf. ex. (22) e (23)).

McFadden também lança mão de traços binários para a formulação de sua proposta. Como já discutido na seção 3.3.2 do capítulo anterior, a adoção de traços binários traz consigo uma série de problemas. Da mesma forma que para os traços φ, assumo, portanto, que os traços de Caso devem ser dispostos geometricamente, a fim de simplificar o seu mecanismo de valoração, como será visto a seguir.

5.4 Uma teoria para a subespecificação de Caso

5.4.1 Deficiência e subespecificação

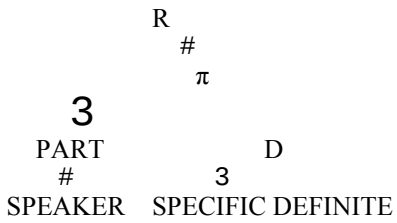
No capítulo 3, ao defender a idéia de pronome como sendo o resultado de uma composição de traços, aponto que *deficiência* (ausência de um certo traço), como definido abaixo, é responsável pela distribuição do pronome.

(24) Um pronome é *deficiente* se carece pelo menos de um traço.

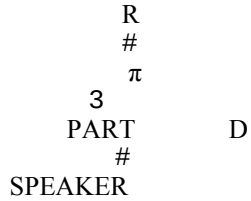
Esta noção de *deficiência*, que é uma adaptação da noção estabelecida por Cardinaletti & Starke (1999) para a classe de pronomes que compreende pronomes fracos e clíticos, é semelhante àquela de categoria *default*, explicitada por McFadden (2007) e também a de *subespecificação*. Assim, um elemento *default* é aquele que apresenta sua forma maximamente subespecificada. Por exemplo, levando-se em conta a decomposição estabelecida no capítulo 3 para a categoria *pessoa*, nos pronomes pessoais em PB, o elemento maximamente subespecificado para esta categoria seria a 3ª pessoa, visto que esta apresenta em sua composicionalidade um número consideravelmente menor de traços em comparação às outras pessoas pronominais:

(25) **1ª pessoa:**

a. <u>Definido</u>

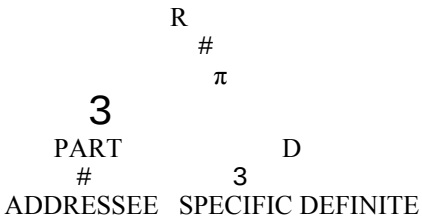


b. <u>Arbitrário</u>

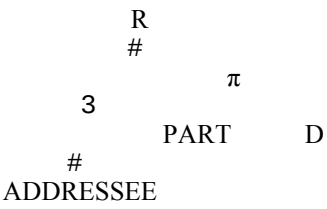


(26) **2ª pessoa:**

a. <u>Definido</u>



b. <u>Arbitrário</u>



(27) **3ª pessoa:**

π

\#

D

...

Observe que a 3ª pessoa é caracterizada apenas pelos traços primários da categoria *pessoa*: [π], que domina e representa a categoria *pessoa*[86], e [D], elemento básico que define um nominal como tal. Assim, podemos dizer que a terceira pessoa é *maximamente subespecificada* para a categoria *pessoa*, pois apresenta o número mínimo de traços que identifica esta categoria como tal. Não por acaso, a terceira pessoa tem um uso muito mais abrangente do que outros pronomes mais especificados para a categoria *pessoa*, o que também caracteriza uma categoria *default*, segundo McFadden. É o que acontece em línguas como o inglês, por exemplo, onde o elemento pronominal menos marcado para *pessoa* (*it*) exerce a função de expletivo, elemento cuja única função na sentença é preencher a posição sujeito e não deve ter conteúdo informacional, como pode ser visto em (28):

(28) *It* rains.
Expl. chove

O mesmo ocorre no francês, onde o elemento expletivo recebe a mesma forma do pronome de terceira pessoa masculino singular[87]:

(29) Il pleut.
Expl. chove

[86] Aparentemente, pareço me distanciar aqui da noção de *não-pessoa* para a 3ª pessoa (BENVENISTE, 1976). Na geometria proposta no capítulo 3, sugiro que o que antes era determinado por uma categoria geral de *pessoa* agora é determinada por traços atômicos. Assim, nesta geometria, o que caracterizaria a 3ª pessoa como a não-pessoa seria a ausência de certos traços referênciais discursivos, como [SPEAKER] e/ou [ADDRESSEE]. O traço π, presente em todos os pronomes pessoais, não carrega nenhuma informação quanto a essas categorias atômicas, resguardando-se, portanto, a noção de não-pessoa.

[87] Podemos ver em (29) uma evidência também para a especificação de traços estabelecida para a categoria *gênero*, no PB: a categoria *gênero* só é especificada para o traço [FEMININE] em PB (cf. 3.4.3), o que aparentemente pode ser generalizado para o francês, visto que *il* é a forma menos especificada nesta língua, aparentemente não carregando nenhuma marca também para *gênero*, o que permite sua função expletiva.

Portanto, a 3ª pessoa seria a forma *default*, ou, na terminologia adotada aqui, *maximamente subespecificada*, para a categoria *pessoa*. A definição de um elemento *maximamente subespecificado*, portanto, é a seguinte:

(30) Um elemento é *maximamente subespecificado* se apresenta em sua composição apenas o(s) traço(s) que define(m) sua categoria mais geral, i.e. seu(s) traço(s) minimamente distintivo(s).

Assim, podemos dizer que, para o PB, a 3ª pessoa é a forma pronominal maximamente subespecificada para a categoria *pessoa* pois apresenta apenas os traços minimamente distintivos para esta categoria ([π] e [D]). Singular é a forma maximamente subespecificada para a categoria *número*, uma vez que a pluralidade necessita de uma especificação maior do que 1, pelo menos em PB (um elemento não singular deve conter [#[GROUP]]). Já o masculino é a forma maximamente subespecificada para a categoria *gênero*, já que a forma feminina exige a especificação do traço [FEMININE], como discutido em 3.4.3, acima.

Assumo a mesma hipótese para Caso. Como mostrado por McFadden, o caso *default* não é o que aparece em detrimento de outro, mas, na verdade, ele é a ausência mesma de caso. É importante ressaltar que isso é proposto incialmente para caso morfológico em línguas como o alemão. Mas essa generalização pode ser ampliada e aplicada a Caso abstrato, como o faz o autor para o inglês. Distancio-me do autor, entretanto, em dois pontos cruciais: a) no que diz respeito à total ausência de Caso nas línguas, pelo menos nas de caso pobre, nos termos de Nichols (*op.cit*), e b) em relação à adoção de uma teoria de traços binários.

É importante reiterar a diferença entre caso morfológico e Caso abstrato para o autor. Para ele, Caso abstrato nada tem a ver com caso morfológico, sendo aquele uma relação sintática para o licenciamento do DP e este um fato puramente morfológico, ambos sem conexão aparente.

Retomando a discussão sobre deficiência, o *status default* a que McFadden se refere pode ser otimamente representado geometricamente[88]. A adoção de uma

[88] Aparentemente, nada impede que uma geometria de traços seja representada binariamente, sendo os traços presentes na geometria aqueles com valor positivo num modelo binário. Entretanto, o contrário não é verdadeiro, uma vez que a representação geométrica de uma estrutura de traços binários não é possível,

geometria de traços para Caso que respeite uma dependência estrutural, como propõe Harley & Ritter (2002), simplifica consideravelmente as condições estabelecidas por McFadden para os elementos *default*. Assim, a subespecificação de traços de Caso se dá naturalmente apenas pela ausência de traços, cujos valores serão sempre positivos, uma vez que traços negativamente marcados não são representados. A adoção de uma teoria de traços estruturalmente dependentes elimina a necessidade de se estabelecer regras de atribuição dos traços também pelo fato de apenas traços com valor positivo fazerem parte da representação geométrica.

Portanto, diferentemente de McFadden, adoto uma geometria para Caso, coerente com aquela adotada para os traços φ, cujo mecanismo de verificação segue o mesmo padrão daquele para os traços φ proposto anteriormente. Sendo os traços de Caso também traços formais, eles respeitam as mesmas condições estipuladas acima para os outros traços φ. Caso segue, portanto, as mesmas condições estruturais que os outros traços formativos do pronome: a) traços de Caso são monovalentes e apenas aparecem se possuem valor positivo; b) traços de Caso respeitam uma dependência estrutural (acarretamento).

5.4.2 Uma geometria para Caso

Observando os dados apresentados no capítulo 2, é possível estabelecer quais são traços de Caso presentes em PB. Como mencionado anteriormente, os pronomes pessoais apresentam comportamento peculiar em PB. Um sincretismo generalizado aparece no paradigma pronominal desta língua: a forma nominativa é a forma predominante em todas as pessoas, como pode ser visto no quadro apresentado em (7) no capítulo 2, repetido abaixo em (31):

(31) *Paradigma pronominal em PB*

Nom	Ac	Dat	Abl	Gen

pois traços negativos, que são determinantes numa representação binária, feririam as condições de acarretamento.

1sg	***Eu***	*Me/**eu***	*Me/mim/**eu***	*Comigo/**eu***	*Meu[s](minha[s]) /d**eu**/de mim*
2sg	***Você/tu***	***Você/tu**/te/lhe*	***você/tu**/te/ti/lhe*	*Contigo/**você***	*Seu[s](sua[s]) /teu[s](tua[s])*
3sg	***Ele(ela)***	***Ele(ela)**/se*	***Ele(ela)**/lhe*	***Ele(ela)***	*D**ele**(d**ela**)*
1pl	***Nós /a gente***	*Nos/**Nós** **/a gente***	*Nos/**nós** **/a gente***	*Conosco/**nós** **/a gente***	*De **nós** /d**a gente***
2pl	***Vocês***	***Vocês***	***Vocês***	***Vocês***	*De **vocês***
3pl	***Eles(elas)***	***Eles(elas)**/se*	***Eles(elas)**/lhe*	***Eles(elas)***	*D**eles**(d**elas**)*

Em (31), os pronomes em sua forma nominativa (em negrito) são possíveis em quase todas as posições Casuais[89]. Ao mesmo tempo, algumas pessoas ainda apresentam formas casuais específicas (*me, mim, meu, minha, comigo, te, ti, lhe, contigo, conosco* etc.). Outras, entretanto, apesar de mais específicas, podem ocorrer como representantes de mais de um Caso (e.g. *mim, me, lhe*), enquanto outras são restritas a determinados Casos e não ocorrem senão para representá-los (e.g. *se, comigo, conosco, meu, sua*). Esta hierarquia pode ser explicada a partir da decomposição das funções Casuais desses pronomes. Nas palavras de McFadden (2002:226),

> there are two distinct motivations for a [case] feature-decomposition account of syncretism. One is that it permits a simpler description of specific patterns of syncretism in specific languages. The other is that it can potentially be used to explain more generally why certain kinds of syncretism actually occur and others do not – within and across languages.[90]

Uma caracterização dos traços componentes para Caso não é uma tarefa fácil, principalmente em uma língua casualmente pobre, como o PB. Assim, parto da concepção histórica da herança dos casos latinos no paradigma pronominal do português para definir que traços de Caso são relevantes nesta língua. Como pode ser observado no quadro (31) acima, existem cinco Casos relevantes para o sistema pronominal em PB: *nominativo, acusativo, dativo, ablativo* e *genitivo. Nominativo* e

[89] A aparente exceção ocorre com as formas genitivas de segunda pessoa do singular. Entretanto, a ocorrência de *de tu/de você* como formas genitivas (possessivas) é uma possibilidade em PB, apesar de ligeiramente marginal.

[90] Tradução aproximada:

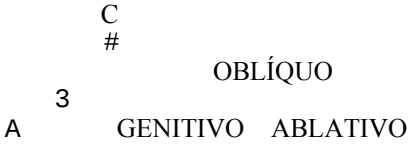
> Há duas motivações distintas para uma proposta de decomposição de traços de caso para o sincretismo. Uma é que isso permite uma descrição mais simples dos padrões específicos de sincretismo em línguas específicas. A outra é que isso pode ser potencialmente usado para explicar de forma mais geral por que certos tipos de sincretismos de fato ocorrem e outros não – intra e interlingüisticamente.

acusativo são os Casos tradicionalmente designados ao sujeito e ao objeto direto, respectivamente. Estes Casos são estabelecidos nas relações entre o verbo e seus argumentos. Os Casos restantes são denominados Casos oblíquos, pois não estão diretamente ligados à argumentação verbal. Como será visto mais adiante, os chamados *Casos estruturais* não possuem uma especificação de traços, pois estão intrinsicamente ligados ao licenciamento do DP (como defendido por MCFADDEN (2004; 2007) e sua interpretação depende tão somente de onde o DP teve seus traços formais validados. Já os Casos oblíquos possuem traços específicos pois seu licenciamento não depende de nenhum outro traço formal presente no DP (tais como os traços φ). Assim, uma tipologia dos traços de Caso para o PB deve levar em conta somente aqueles que determinam uma especificação do DP pronominal, i.e. os oblíquos.

Diferentemente dos traços estipulados anteriormente para as categorias semântico-discursivas, traços de Caso não possuem conteúdo semântico intrínseco. Como lembra McFadden (2007), os traços formativos de Caso devem ser derivados das relações sintático-semânticas de que participam. Então, por exemplo, a estipulação de um traço [OBLÍQUO] deve levar em conta em que condições sintáticas e semânticas ele pode aparecer, mas não de seu conteúdo semântico.

Adoto a representação em (32) como sendo a representação geométrica de Caso em PB:

(32)



Assim, os traços relevantes para uma configuração geométrica de Caso em PB são descritos abaixo:

a) **[C]**: este traço representa a categoria *Caso*, analogamente a [π], para *pessoa* e [#], para *número*. [C] é o traço minimamente distintivo para Caso. Um nominal maximamente subespecificado para Caso deve possuir apenas o traço [*u*C].

b) **[OBLÍQUO]**: a presença de [OBLÍQUO] distingue DPs que podem aparecer em posição de argumentos do verbo daqueles que são complementos de um P ou de um D. A presença deste traço determina que o domínio de valoração dos traços de Caso do DP deve ser um PP (oblíquos em geral e ablativo) ou um DP (genitivo). Desta forma [OBLÍQUO] pode também ser visto como uma (sub)categoria distintiva dentro de Caso, pois sua presença restringe o domínio de verificação dos traços de Caso.

c) **[GENITIVO]**: este traço determina que um nominal tem seu domínio de valoração de traços dentro do DP. Em PB, a presença deste traço identifica o DP como possessivo, visto que esta é a única possibilidade de Caso que tem o DP como domínio de valoração.

d) **[ABLATIVO]**: este traço é altamente restritivo, uma vez que determina que o DP só pode valorar seus traços em um P específico: *com*. Assim, o portador deste traço sempre aparecerá como dependente desta preposição. [ABLATIVO] é essencialmente um traço dependente de [OBLÍQUO] por ser sempre dependente de um P.

Gostaria de propor que os traços [ABLATIVO] e [GENITIVO] sejam mutuamente exclusivos no sentido de que a presença de um inibe a presença do outro no alvo. Isto é justificado pelo fato de representarem contextos sintáticos distintos e determinarem não só a distribuição e realização dos DPs oblíquos, mas também a especificação máxima de elementos funcionais que os carregam. Assim, um elemento que carregue o traço [ABLATIVO] sempre será realizado como a preposição *com* em PB. Já o traço [GENITIVO] é exclusivo do domínio do DP.

Essa representação de traços para Caso permite uma leitura mais simplificada do fenômeno do sincretismo no sistema pronominal em PB: quanto menos especificado para Caso for o pronome, mais abrangente é sua distribuição. Assim, assumo com McFadden que o forma nominativa do pronome é a que apresenta uma distribuição quase irrestrita porque é a que representa uma configuração de traços maximamente subespecificada. Portanto, em PB, todas as formas em negrito no quadro em (31) podem aparecer representando praticamente qualquer função Casual na sentença pois sua

estrutura de Caso é maximamente subespecificada, apresentando apenas o traço [C]. A representação dos outros pronomes em PB de acordo com seus traços de Caso vai depender do mecanismo de valoração de seu traços, o que será abordado a seguir.

5.4.3 Condições para valoração dos traços de Caso

As condições para a valoração dos traços de Caso seguem os mesmos pressupostos teóricos daquelas definidas para a valoração dos outros traços formais durante a derivação e que já foram apresentadas para estes no capítulo anterior. Para os traços φ, a operação *Agree* torna inertes, nos termos de Frampton & Gutmann (2000), traços formais ilegíveis durante o mecanismo de valoração de traços de um elemento funcional (sonda) por traços formais do mesmo tipo de um núcleo nominal (alvo). Já para Caso, há uma inversão de papéis. Para os traços φ, o elemento que carrega os traços valorados é o DP, que deve encontrar as condições favoráveis no núcleo funcional com o qual estabelecerá concordância para, então, valorar os traços deste até então não valorados. Em relação a Caso, é o DP que possui traços ilegíveis que precisam ser valorados.

Também, da mesma forma que para os traços φ, uma teoria de concordância baseada em subespecificação de traços de Caso implica adaptações do tradicional conceito de *Agree* (cf. CHOMSKY, 1999a). Assumo com Chomsky (1999a) que o que ativa a operação *Agree* são traços não valorados que entram na derivação. Uma vez que pelo menos um traço formal entra na derivação, ele determina que a opreação *Agree* deve ser acionada para que este traço seja desativado (ou seja, valorado). Assim, por exemplo, numa derivação onde um DP entra no espaço de sondagem de um T finito, são os traços φ não valorados deste T que ativam o mecanismo de concordância. Objetivamente, as condições para *match* dos traços φ são suficientes para que também as condições de valoração dos traços de Caso operem nos contextos estruturais. Os elementos que participam do processo de valoração dos traços de Caso do DP já estabeleceram *match* para os traços φ, não sendo necessária uma segunda avaliação de tais elementos. Segundo Chomsky (1999:4), "Case itself is not matched, but deleted under matching of φ-features".[91] Já para os DPs que estabelecerão concordância com

[91] Tradução aproximada: "Caso por si só não procura compatibilidade, mas é deletado através da compatibilidade dos traços φ".

elementos que não possuem traços φ não valorados, basta que eles possuam pelo menos um traço de Caso não valorado para que *Agree* seja ativado.

As condições para *value* dos traços de Caso, então, seguem aquelas estabelecidas para *value* dos traços φ. *Match* apenas identifica pares sonda-alvo potenciais. Potencialmente, como já dito anteriormente, concordância é a transmissão dos valores dos traços interpretáveis de um alvo para uma sonda cujos traços são não interpretáveis, portanto ativos. *Value* aqui é concebido como a cópia do rótulo que o traço interpretável carrega. Portanto, assumo a mesma generalização de Béjar (2003) para a valoração dos traços φ:

(33) Goal values Probe iff feature of Goal entail features of Probe.[92]

Portanto, os traços do alvo devem ser um super-conjunto dos traços da sonda, i.e. P ≤ G. A valoração dos traços de Caso se dá simultaneamente à dos traços φ e é a leitura do resultado desta valoração conjunta que gera as diferentes formas do pronome em PF. Desta forma, por exemplo, os resultados previstos para a valoração dos traços de Caso para os pronomes de 1ª pessoa do singular, em PB, são os seguintes[93]:

(34) *Possíveis outputs das formas casuais dos pronomes de primeira pessoa do singular*

a.

[92] Cf. nota de rodapé 67.
[93] Os mesmos tipos de *outputs* são previstos para as outras pessoas, dependendo do resultado da valoração dos traços φ.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[*u*C]	[C]	EU
[*u*C]	[C[OBL]]	EU
[*u*C]	[C[OBL[ABL]]]	EU
[*u*C]	[C[OBL[GEN]]]	EU

b.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[*u*C[OBL]]	[C]	*
[*u*C[OBL]]	[C[OBL]]	MIM
[*u*C[OBL]]	[C[OBL[ABL]]]	OK
[*u*C[OBL]]	[C[OBL[GEN]]]	OK

c.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[*u*C[OBL[ABL]]]	[C]	*
[*u*C[OBL[ABL]]]	[C[OBL]]	*
[*u*C[OBL[ABL]]]	[C[OBL[ABL]]]	MIGO
[*u*C[OBL[ABL]]]	[C[OBL[GEN]]]	*

d.

[F] Probe	[F'] Goal	FORMA
[*u*C[OBL[GEN]]]	[C]	*
[*u*C[OBL[GEN]]]	[C[OBL]]	*
[*u*C[OBL[GEN]]]	[C[OBL[ABL]]]	*
[*u*C[OBL[GEN]]]	[C[OBL[GEN]]]	MEU/ MINHA

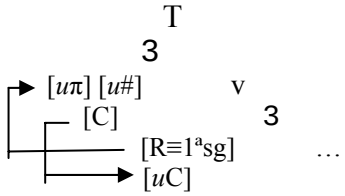
Assim, como mencionado acima, a forma *nominativa* é aquela que menos traços de Caso possui em sua composição. Desta forma, similarmente ao alemão, as formas nominativas em PB são as maximamente subespecificadas (ou categorias *default*, na terminologia de McFadden) pois apresentam apenas o traço [*u*C], não interpretável, em sua estrutura e, assim, podem assumir qualquer posição na sentença, pois os alvos potenciais para Caso terão no mínimo a mesma especificação. Por exemplo, um DP especificado apenas com o traço [*u*C] e que valore este traço em T, só encontrará um traço [C] e, portanto, resultará numa forma nominativa sempre. Já um DP especificado com os traços [*u*C[OBL]], mesmo que, ignorando-se os meios para tal, termine por alcançar T para ter seu traço valorado, terá como resultado a forma nominativa do

pronome, pois apenas os traços que são identificados e valorados estão disponíveis para PF.

5.4.4 Da valoração à realização do Caso

Como visto acima, os tradicionais Casos estruturais são na verdade apenas o reflexo de certas operações sintáticas que têm que lidar com subespecificação de alguns traços no processo de concordância. Como o próprio Chomsky (1999a:4) afirma, "[...] [s]tructural Case is not a feature of the probe (T, v), but it deletes under agreement if the probe is appropriate […]".[94] Portanto, a realização de um DP em sua forma "nominativa" será determinada pela valoração do traço de Caso deste DP em um T, cuja especificação para Caso será sempre [C]. A configuração de concordância entre DP pronominal de 1ª pessoa do singular e um T finito (φ completo) é como em (35)[95]:

(35)



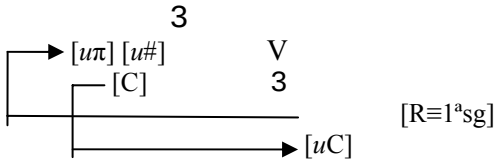
Em (35), os traços φ não valorados de T rastreiam um possível alvo em spec,v. A configuração dos traços φ do DP indicam que há possibilidade de interseção com os traços φ de T, condição que estabelece *match* entre estes elementos. Estando *match* estabelecido, é possível verificar as condições para *value*. Estabelecidas as condições para *value*, tanto dos traços φ quanto para os de Caso, os traços φ de T e os de Caso do DP são valorados e permanecem inertes até *spell-out*.

Para o contexto "acusativo", a configuração geradora do DP pronominal é como em (36):

(36)

[94] Tradução aproximada: "Caso estrutural não é um traço da sonda (T,v), mas deletado sob concordância se a sonda é apropriada [...]".

[95] Por uma questão visual, limito-me a apresentar os nós raízes para determinar as árvores de traços φ para os elementos. [R] representa a configuração indicada por (≡) para os DPs pronominais no capítulo 3. Já o nó [π] de T, da mesma forma que para v, domina o traço [D], que engatilha movimento. As setas indicam a direcionalidade da valoração dos traços. As conseqüências da adoção desta configuração vão além do escopo deste estudo e não serão tratadas aqui.



O processo de valoração de traços é idêntico ao de (35). Um aparente problema surge para o contexto acusativo pois esta configuração pode gerar dois *outputs*: um clítico (e.g. *me*) e outro não clítico (e.g. *eu*). Isto é resolvido se adotarmos, juntamente D&W (2002) que clíticos não possuem a camada D, na terminologia das autoras. Assim, a ausência do traço [D] sob [π], num contexto acusativo, geraria um elemento clítico, enquanto sua presença seria responsável por um elemento R. Portanto, não há distinção entre formas Casuais "estruturais". Há apenas uma distinção entre elementos clíticos e não clíticos, como apontado no capítulo 2, quadro (9), repetido abaixo em (47):

(47) *Pronomes disponíveis em PB*

	clíticos	Não-clíticos
1sg	*Me*	*Eu/mim*
2sg	*Te/lhe*	*Você/tu*
3sg	*Se/lhe*	*Ele(ela)*
1pl	*Nos*	*Nós/(a gente)*
2pl	-	*Vocês*
3pl	-	*Eles (elas)*

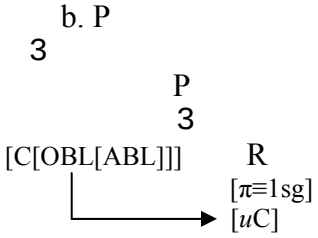
A realização dos Casos oblíquos, os "inerentes" na terminologia tradicional, é um pouco mais exigente. No que tange aos traços φ do DP que entra em uma configuração oblíqua, *Agree* para tais traços não opera uma vez que não há traços não interpretáveis desse tipo. Apenas traços de Caso são sondados para ativar concordância. Assim, os alvos potenciais dos traços não valorados de Caso do DP são P e D. No que diz respeito aos traços de Caso, P e D serão sempre mais especificados que outros núcleos funcionais. P e D são alvos potenciais para qualquer DP especificado com pelo

menos o traço [OBLÍQUO] não valorado. Da mesma forma que para os traços de Caso valorados numa configuração estrutural, a leitura dos DPs oblíquos dependerá de onde seus traços de Caso serão valorados. Assim, qualquer DP pronominal que tenha seus traços de Caso valorados por P deverá ter pelo menos a mesma especificação de traços de P para que a valoração de seus traços ocorra. Da mesma maneira que para os traços φ, a valoração dos traços de Caso deve operar pela interseção dos traços do alvo pela sonda. Em outras palavras, um DP pronominal que seja especificado com os traços [*u*C[OBL]] precisa encontrar um alvo que tenha pelo menos estes mesmos traços para que *match* opere e a valoração seja efetuada.

Portanto, uma possível configuração para valoração de traços no domínio de P pode ser vista em (37b), estrutura responsável pelo PP em (37a):

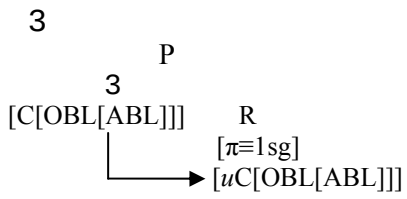
(37) a. /*com eu*/

b. P

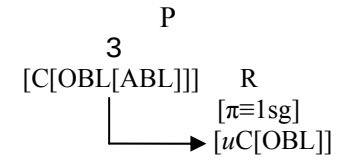


Os traços de Caso da sonda (P) são um super-conjunto dos traços não interpretáveis do pronome (R), o que determina a condição mínima para o sucesso da valoração. Um P que possua especificação para o traço [ABLATIVO] sempre será realizado como *com*. É como se este fosse um elemento *dummy*, cuja realização indica a presença do traço [ABLATIVO] em P. Já sua potencial sonda não segue necessariamente esta super-especificação, como pode ser visto em (38):

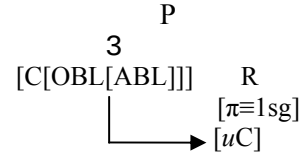
(38) a. PP ⟶ *comigo*



b. PP ⟶ *comigo*[96]



c. PP ⟶ *com eu*

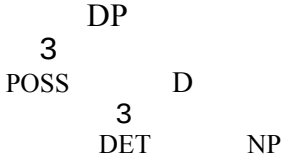


A composição de traços de Caso para cada elemento R segue o mesmo padrão de subespecificação e isso determina sua forma/função.

5.4.4.1 Caso e o domínio do DP

O DP que tem seu(s) traço(s) de Caso valorado(s) em D, será interpretado como genitivo, independentemente de sua realização. De acordo com Abney (1987), a estrutura do DP é semelhante à da sentença. Um elemento DET é análogo a INFL (T, na terminologia mais recente).

(39)

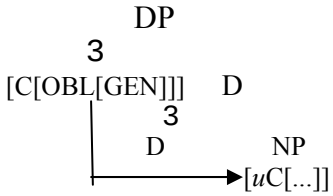


DET é o *locus* de concordância no domínio do DP. Magalhães (2004) propõe que o processo de concordância dentro do DP é equivalente ao da sentença também nos moldes de *Agree*. Assim, a valoração dos traços dos elementos do DP seria simétrico à

[96] A forma *comigo* é realizada assim pelos motivos expostos na nota de rodapé 10 acima.

da sentença. Da mesma forma, assumo que a valoração de Caso proposta para o nível da sentença opera no domínio do DP. E sendo POSS o responsável pelo licenciamento do possessivo, é ele que valora [GENITIVO] no nominal.

(40)



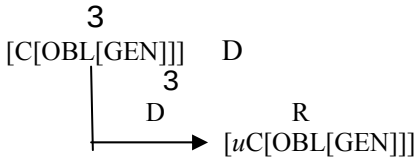
A realização do possessivo vai depender de sua estrutura interna, como defendido aqui. Desta maneira, como DPs não-pronominais em PB não possuem uma forma Casual específica para diferentes Casos, ou seja, não há uma especificação do nominal não pronominal para a forma possessiva (nem mesmo uma morfologia própria indicativa, como o que ocorre no inglês), sua realização será indicada como *possessiva* pela inserção de um elemento *dummy*, a preposição *de*. Isto é o que ocorre mesmo em línguas que possuem uma forma específica para o genitivo, como o inglês. Apesar de nesta língua haver um morfema específico para as relações de posse (*'s*), a preposição *of* (*de*) pode desempenhar este papel.

(41) a. John*'s* car
John.gen carro

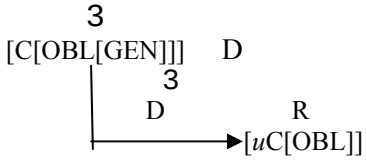
b. The car *of* John
O carro de John

Com os pronomes, a realização da forma genitiva segue a mesma tendência: as formas mais especificadas são estruturalmente mais exigentes. A realização de *my* (*meu/minha*) depende da especificação do conjunto de Caso do DP pronominal. Se este pronome é especificado para os traços [*u*C[OBL[GEN]]], então ele gerará a forma *my* pois todos os traços são codificados (e valorados) pelo alvo. Mas, se o pronome for subespecificado para qualquer traço da árvore de Caso, outra forma, menos específica, aparecerá.

(42) a. DP ⟶ *my*



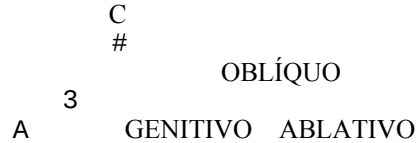
b. DP ⟶ *of me*



O mesmo ocorre com o PB. Nesta língua, o possessivo pronominal segue uma hierarquia que pode ser vista nos exemplo em (43):

(43) a. Ela puxou na cabeça d*eu*.
b. Ela puxou na cabeça de *mim*.
c. Ela puxou na *minha* cabeça.

Todas as formas pronominais em (43) têm a mesma leitura possessiva e possuem a mesma especificação de traços φ. Como dito anteriormente, os traços de Caso não interferem na interpretação desses elementos em LF, sendo este um recurso morfossintático. São os traços de Caso, juntamente com os traços φ, que definem as diferentes formas e posições dos elementos na sentença. Portanto, assumindo a geometria de traços de Caso em (32) acima, repetida em (44) abaixo, as diferentes formas em (45) são o resultado da especificação dos diferentes traços de Caso possíveis em PB para a primeira pessoa do singular.

(44)


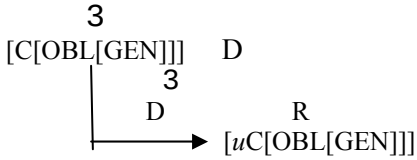
(45) a. Ela puxou na cabeça d*eu* ≡ [C].

b. Ela puxou na cabeça de *mim* ≡ [C[OBL]].

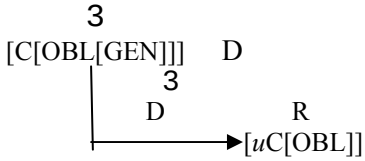
c. Ela puxou na *minha* ≡ [C[OBL[GEN]]] cabeça.

A valoração dos traços em cada uma das sentenças vai seguir o mesmo mecanismo já estipulado acima, mas a diferença residirá em quais traços a sonda terá valorado. Em (45a), a sonda possui apenas o traço [*u*C], o qual é valorado pela raiz da árvore de traços de Caso em spec,D ([C[OBL[GEN]]]). Analogamente, o mesmo ocorre com as outras sondas em (45b) e (45c), como pode ser visto em (46) abaixo:

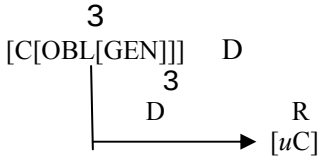
(46) a. DP ⟶ *meu/minha*



b. DP ⟶ *de mim*



c. DP ⟶ *de eu*



O resultado da operação de valoração desses traços é a realização de formas mais subespecificadas na medida que menos traços na sonda são valorados. Ou seja, quanto mais traços valorados na sonda, mais específica será a forma.

5.5 Sobre Caso nas orações infinitivas encaixadas em PB

Como apontado no capítulo 2, há algumas propostas de análise para a alternância das formas Casuais *eu*/*mim* na posição sujeito de orações encaixadas infinitivas encabeçadas pela preposição *para* em PB.

(47) a. Ela deu o livro para *eu* ler.
b. Ela deu o livro para *mim* ler.

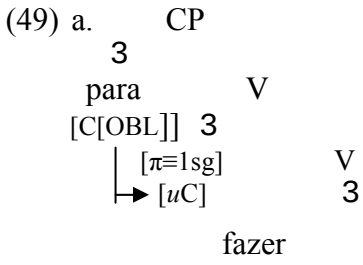
Botelho Pereira e Roncaratti (1993) e Salles (2000) oferecem uma análise baseada na atribuição de diferentes Casos (nominativo ou oblíquo) para as diferentes formas pronominais. Assim, *eu*, em (47a), receberia o Caso nominativo de um T infinitivo, enquanto *mim*, receberia o Caso oblíquo da preposição *para*. Como também apontado no capítulo 2, tais propostas apresentam certa inconsistência, seja pela afirmação da presença de um elemento atribuidor do Caso nominativo apenas em (47a), sendo (47b) uma sentença idêntica, seja pela impossibilidade de generalização de tais propostas quando confrontadas com os exemplos em (48).

(48) a. Ela deu um presente pra *eu*.
b. Você não tinha falado com *eu*.
c. Ela puxou na cabeça d*eu*.

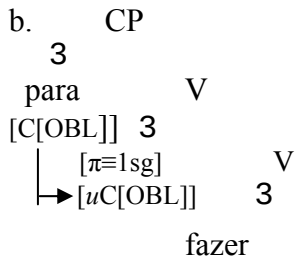
A teoria de Caso apresentada aqui parece ser uma alternativa para lidar tanto com os dados em (48) quanto com aqueles em (47). Destarte, a presença de *eu* ou *mim* depende tão somente da composicionalidade do pronome que aparece na posição sujeito de uma oração encaixada e da conseqüente verificação de seus traços. Assumo, portanto, que, em (47), a variação das formas do pronome de primeira pessoa do singular é causada pelo processo de valoração dos traços destes pronomes por *para*, não havendo necessidade de se apelar para nenhum elemento Casual presente no verbo infinitivo. *Para*, da mesma forma que *for*, no inglês, sofreu um processo de reanálise em algum momento de seu percurso histórico e consolidou-se na língua como um complementizador (cf. CARVALHO, 2006). Diferentemente dos outros complementizadores em PB, entretanto, *para* ainda carrega traços oblíquos, o que

possibilita a concordância deste com pronomes mais especificados nesta língua, o que não ocorre com complementizadores "finitos", tais como *que* e *se* (cf. CARVALHO, 2007).

Ambas as sentenças em (47) têm a mesma configuração e os traços de Caso do pronome são verificados por P. A variação decorre, portanto, da subespecificação de traços de Caso do pronome.

(49) a. 

para eu

b. 

para mim

A possibilidade de flexão do verbo infinitivo nas pessoas do plural, tanto em PB quanto em PE, pode ser explicada pela presença somente dos traços [π] e [#] no verbo infinitivo, considerado um elemento nominal, o que não está condicionado à presença dos traços de Caso. Assim, o infinitivo seria defectivo (nos termos de CHOMSKY (1999a)) por apresentar apenas traços φ e não traços de Caso, como defende Raposo (1987) e seus seguidores. Mesmo dentro da categoria de T defectivo há a possibilidade de uma gradação de deficiência. Isso justifica inclusive a possível variação existente entre as formas flexionadas e não flexionadas dos infinitivos verbais em português. As formas não flexionadas seriam as maximamente subespecificadas, não carregando traços para as categorias *pessoa* e *número*, enquanto a forma flexionada é especificada para estes traços.

(50) a. fazerem → [π=3; #=pl]

b. fazermos → [π=1; #=pl]

c. fazer → [π=Ø; #=Ø]

5.6 Sumário

Neste capítulo, procurei desenvolver um mecanismo capaz de lidar com o fenômeno do sincretismo das formas Casuais dos pronomes, i.e. a realização de uma mesma forma pronominal em diferentes contextos de Caso. Demonstrei como uma teoria tradicional de Caso é insuficiente para lidar com tal fenômeno. Uma decomposição das categorias de Caso é sugerida como uma solução ótima para a configuração de Caso, levando em conta principalmente evidências de línguas como o inglês e o PB, que apresentam diferenças Casuais apenas em seus pronomes pessoais. Caso, portanto, é tratado a partir de uma geometria de traços, nos moldes de Harley & Ritter (2002), análoga àquela proposta para os traços φ no capítulo 3. Assim, as categorias de Caso para o PB obedecem à geometria [C[OBL[GEN][ABL]]]. Os traços [ABLATIVO] e [GENITIVO] são mutuamente exclusivos pois marcam diferentes categorias funcionais as quais possuem estes traços valorados e são os potenciais alvos dos DPs que entram num contexto ablativo ou genitivo, respectivamente. Um mecanismo de valoração destes traços é proposto também análogo àquele proposto para os traços φ no capítulo 4. Os diferentes *outputs* pronominais são o resultado deste mecanismo de valoração.

6

Considerações finais

O principal objetivo desta tese foi desenvolver uma análise unificada para o sincretismo das formas pronominais em Português Brasileiro (PB), em especial aquelas de primeira pessoa do singular. Foram levados em conta a estrutura interna dos pronomes e o mecanismo de checagem de seus traços. O fenômeno do sincretismo foi ilustrado com dados do PB e de outras línguas (inglês, francês, islandês, entre outras)

com o intuito de demonstrar que este fenômeno não é uma idiossincrasia do PB, mas um fenômeno ligado aos módulos universais da gramática. Foram encontradas evidências suficientes nestas línguas, principalmente no PB, para argumentar a favor de uma decomposição do *pronome* em detrimento da tradicional assunção de que este elemento é um primitivo lingüístico.

Neste sentido, adotei uma análise fundamentada numa geometria de traços formativos para o pronome, que encontra no trabalho de Harley & Ritter (2002) suporte metodológico. Vimos a necessidade de se inserir alguns traços mais específicos no inventário apresentado pelas autoras visto que dados do PB e de outras línguas mostraram uma especificação na composição de certos pronomes que ia além daquela proposta pelas autoras. Assim, traços como [π], [#], [SPECIFIC], por exemplo, são indispensáveis empiricamente na composição do paradigma pronominal em PB.

Uma teoria φ, inicialmente proposta por Béjar (2003), foi também adotada na tentativa de resolver algumas lacunas deixadas pela proposta de *Agree* (CHOMSKY, 1998), já que esta operação necessitaria de uma total correspondência entre os traços dos elementos que desencadeiam concordância (*probe* e *goal*). Em vez disso, uma simplificação nas condições para *Agree* torna possível a concordância *default* encontrada em PB. Desta forma, *Agree* opera se há identidade pelo menos entre os nós raiz da sonda e do alvo. Assim, quanto mais traços idênticos entre estes dois elemento houver, mais específicos serão os contextos em que ambos ocorrem.

Além dos traços φ, os de Caso também foram tratados com base em subespecificação. A noção de Caso como desenvolvida pela Teoria de Caso é ampliada e sua configuração se dá da mesma forma que para os outros traços formais que participam do processo de concordância. Também foram mostradas evidências de que de fato não há correspondência entre Caso abstrato (traços formais de Caso) e caso morfológico (realização morfológica de certas condições estruturais), confirmando as hipóteses de McFadden (2004) e Sigurðsson (2003). A noção de Caso estrutural foi simplificada, sendo reduzida a posições de valoração dos traços de Caso em T e em v. Já os Casos inerentes (oblíquos em PB) possuem restrições estruturais e, portanto, são mais especificados. O domínio de valoração destes traços vai definir sua função: no domínio de P são estabelecidas as condições de valoração para os traços oblíquos, exceto para o genitivo, que pertence ao domínio de D.

A noção de subespecificação permeou todo o trabalho. É ela que, na proposta desenvolvida, define o sincretismo das formas pronominais em PB. Assim, um pronome subespecificado para algum traço φ tem seu campo de distribuição ampliado, podendo desempenhar os diversos papéis argumentais na sentença. Por exemplo, *il* (ele), do francês, pode assumir a função de expletivo nesta língua pois é o elemento pronominal maximamente subespecificado. O mesmo se dá para os traços de Caso. Por exemplo, e*u* é a forma casual de primeira pessoa maximamente subespecificada em PB, o que faz com que possa desempenhar qualquer papel Casual na sentença.

Por fim, mostrei como as tradicionais análises da alternância entre *eu* e *mim* na posição sujeito em orações encaixadas no PB (BOTELHO PEREIRA & RONCARATTI, 1993; SALLES, 2000) podem ser simplificadas adotando-se a teoria de Caso aqui desenvolvida. A possível flexão do infinitivo em português, que era assumida como evidência para uma possível atribuição de Caso nominativo pelo infinitivo, se justifica apenas pela presença de certos traços φ neste, o que ainda o permite classificar como defectivo, nos termos de Chomsky (1999a).

Em suma, defendo nesta tese que a noção de *subespecificação* é fundamental para esclarecer alguns fenômenos que emergem na morfossintaxe do PB. Parece íntima a relação entre a reorganização do paradigma pronominal e os padrões morfológicos do verbo, em PB. E acredito que seja. O percurso feito por ambos, pronome e verbo, em seu (possível) processo de mudança parece ser diretamente afetado por uma subespecificação pungente que atinge suas estruturas internas.

Por fim, sou consciente das limitações deste trabalho. Em primeiro lugar, elas se justificam por seu formato: é sempre esperado que, no fim, uma tese deixe de abarcar alguns (muitos) aspectos inicialmente pretendidos. Em segundo lugar, as generalizações que podem ser feitas a partir da proposta lançada neste trabalaho são bastante profícuas e, acredito, têm um amplo alcance empírico. É por estes motivos que este estudo, na verdade, é apenas um primeiro passo em direção a futuras investigações acerca do tema.

Referências Bibliográficas

ABNEY, S. (1987) *The English Noun Phrase in its Sentencial Aspect*. PhD Dissertation, MIT.

ALBUQUERQUE, E.C.M.M. (2006) *A variação entre os pronomes **eu/mim** na posição de complemento verbal na fala em Alagoas: uma analise Sociolingüísta Variacionista.* Ms. Maceió.

AOUN, Joseph. (1986) *A Grammar of Anaphora*, *Linguistic Inquiry*, n.11.

BAYER, J., BADER, M. and MENG, M. (2001) *Morphological underspecification meets oblique case: syntactic and processing effects in German*. Lingua, 111, pp. 465-514.

BÉJAR, S. (2003) *Phi-syntax: a theory of agreement*. Ph.D. dissertation. University of Toronto.

_____. (2008) *Conditions on Phi-Agree*. In: Daniel Harbour, David Adger and Susana Bejar (ed) Phi-Theory: Phi-Features Across Modules and Interfaces. New York: Oxford University Press.

BENVENISTE, E. (1976) *A natureza dos pronomes. In:* _____ . Problemas de Lingüística Geral. São Paulo: Nacional, pp. 277-283.

BLAKE, B. J. *Case*. (1994) Cambridge: Cambridge University Press.

BOTELHO-PEREIRA, Maria A. & RONCARATI, Cláudia N. (1993) *O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por 'para' no português do Rio. In* Revista D.E.L.T.A., vol.9, n.1.

BRITO, D.B.S. de. (2006) *Notas sobre o reflexivo* se *no dialeto do PB falado em Alagoas*. Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (UFAL). Maceió: Edufal, v.33, n.00, pp. 111-120.

CARDINALETTI, A. and STARKE, M. (1999) *The Typology of Structural Deficiency: A Case Study of the three classes of pronouns*. In: van Riemsdijk (ed.). Clitics in the language of Europe. Berlin: Mouton et Gruyter.

CARVALHO, D.S. (2004) *A variação do uso dos pronomes EU e MIM na posição de sujeito de orações encaixadas encabeçadas pela preposição PARA, na fala de alagoanos*. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Alagoas.

_____. (2006) *PARA vs. QUE em orações encaixadas no PB*. Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (UFAL). Maceió: Edufal, v.33, n.00, pp. 53-64.

_____. (2007) *Agreement weakening in Brazilian Poruguese: the complementizer* se. Handout apresentado no XVII Colloquium in Generative Grammar, Girona.

_____. (2008) *Traço-φ e ditribuição do DP encaixado no Português Brasileiro*. In: Denilda Moura (org.). Os Desafios da Língua: pesquisas em língua falada e escrita. Maceió: EDUFAL, pp. 411-413.

CERQUEIRA, V. C. (1996) *A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro* . In KATO & ROBERTS, M. & I (orgs). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da UNICAMP.

CHOMSKY, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

_____. (1986a) *Knowledge of Language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger.

_____. (1986b) *Barriers*. Linguistic Inquiry 13.

_____. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.

_____. (1997) *Novos horizontes no estudo da linguagem*. In D.E.L.T.A., vol. 13, n° Especial, pp. 49-101.

_____. (1998) *Minimalist Inquiries: the Framework*. MITWPL 15. Cambridge, Mass.: MITWPL.

_____. (1999a) *Derivation by Phase*. MIT Occasional Papers in Linguistics. 18. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics.

_____. (1999b)*O programa minimalista*. (trad. Eduardo Paiva Raposo). Lisboa: Caminho.

_____. (2001) *Beyond explanatory adequacy*. MITOPL 20. Cambridge, Mass.: MITWPL.

_____. (2005) *On phases*. Ms.

_____. (2006) *Approaching UG from below*. Ms.

COSTA, Januacele F. (1999) *Ya:thê, a última língua nativa no nordeste do Brasil*: Aspectos morfo-fonológicos e mosrfo-sintáticos. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. (2003) Nominal and verbal agreement in Portuguese: an argument for Distributed Morphology. Lisboa, pp. 1-35.

COUTINHO, I de L. (1976) *Pontos de gramática histórica*. 7.ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

COWPER, E.; HALL, D. C. (2003) *The syntactic manifestation of nominal feature geometry*. In *Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association.* Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, pp. 55-66.

CYRINO, S.M.L. (1996) *Observações sobra a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos*. In KATO & ROBERTS, M. & I (orgs). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

D'ALESSANDRO R. (2006) *Syntactic and Pragmatic features: a case study*. Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (UFAL). Maceió: Edufal, v.33, n.00, pp. 185-202.

DÉCHAINE, R-M. and WITSCHKO, M. (2002) *Decomposing Pronouns*. Linguistic Inquiry, v.33, n.3, pp. 409-442.

DUARTE, M. E. L. (1995) *A perda do princípio 'Evite Pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas.

_____. (1996) *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil.* In KATO & ROBERTS, M. & I (orgs). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

EVERETT, D. (1996) *Why There Are No Clitics: an alternative perspective on pronominal allomorphy*. SIL and University of Texas at Arlington, Publications in Linguistics 123.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1996) *A posição sujeito no português brasileiro*: frases finitas e infinitivas. Campinas : Ed. da UNICAMP.

FORCHHEIMER, P. (1953) The category of person in language. Berlin: Walter de Gruyter.

FRAMPTON, J. and GUTMANN, S. (2000) *Agreement is Feature Sharing*. Ms.: Northeastern University.

FRAMPTON, J.; GUTMANN, S.; LEGATE, J. and YANG, C. (2000) *Remarks on "Derivation by Phase":* Feature Valuation, Agreement and Intervention. Ms.

GALVES, C. C. (1996) *O enfraquecimento da concordância no português brasileiro.* In KATO & ROBERTS, M. & I (orgs). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

_____. (2001) *Ensaios sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

HALLE, M.; VAUX, B. (1998) *Theoretical Aspects of Indo-European Nominal Morphology:* The Nominal Declensions of Latin and Armenian. In *Mír Curad*: Studies in Honor of Calvert Watkins, ed. J. Jasanoff et al. Innsbruck: Innsbrucker Beiträge zur Sprachwissenschaft, pp. 223-240.

HALLE, M.; MARANTZ, A. (1993) *Distributed Morphology and the pieces of inflection*. In.: The view from building 20. K. Hale and S.J. Keyser (eds.). Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 111-176.

HARBOUR, Daniel. (2006) *Person hierarchy and geometry without hierarchies or geometries*. Paper presented at *Workshop on Theoretical Morphology*, University of Leipzig, Leipzig.

HARBOUR, D.; ADGER, D.; and BEJAR, S. (2008) *Phi-theory:* Phi-Features Across Modules and Interfaces. New York: Oxford University Press.

HARLEY, H. (1994) *Hug a tree:* Deriving the morphosyntactic feature hierarchy. Papers on phonology and morphology: MIT Working Papers in Linguistics 21. Andrew Carnie and Heidi Harley (ed). Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, pp. 289-320.

HARLEY, H and NOYER, R. (1999) *Distributed Morphology*. GLOT International, Vol.4 Issue 4, pp. 3-9.

HARLEY, H. and RITTER, E. (2002) *Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis*. Language 78, pp. 482-526.

HORNTEIN, N., NUNES, J and GROHMANN, K.K. (2005) *Undertanding Minimalism.* Cambridge Textbooks in Linguistics. New York: Cambridge University Press.

JARAD, N. (1997) *The Origin & Development of For-Infinitives*. Doctoral dissertation, University of Wales, Bangor.

KATO, Mary A. (1993) *The distribution of null and pronominal objects in Brzilian Portuguese.* Linguistic Perspective on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages (Current Issues in Linguistic Theory Series). Amsterdam: John Benjamim, pp. 225-235.

_____. (1999) *Strong pronouns, weak pronouns and the null subject parameter*. PROBUS, 11, pp. 1-38.

_____. (2002) *Pronomes fortes e fracos na gramática do Português Brasileiro*. Revista Brasileira de Filologia. Vol XXIV. Coimbra, pp. 101-122.

_____and Duarte, M.E.L. (2005) *Changes in the pronominal system in Brazilian Portuguese: the case of the tird person*. Paper presented at NWAV 34, New York, NY.

KEMENADE, A. van. (1987) *Syntactic case and morphological case in the history of Old English*. Dordrecht/Providence: Foris Publications.

LASSITER, D. (2004) *Distributed Morphology and the evolution on the Indo-European Case system*. AB Thesis, Harvard University.

LIGHTFOOT, D. (1991) *How to set parameters:* arguments from language change. Cambridge: MIT Press.

_____. (2002) *Synatctic effects of morphological changes*. New York: Oxford University Press.

McFADDEN, T. (2002) *Adventures in resolving redundancy: Case vs. EPP*. In: Proceedings of the 26th Penn Linguistics Colloquium, University of Pennsylvania.

_____. (2004) *The position of morphological case in the derivation: A study on the syntax-morphology interface*. PhD Dissertation, University of Pennsylvania.

_____. (2007) *Default case and the status of compound categories in Distributed Morphology*. Ms.

MADEIRA, A.M.L. (1995) *Topics in Portuguese Syntax*: The Licensing of T and D. PhD Dissertation. University College London.

MAGALHÃES, T.M.V. (2004) *A valoração dos traços de concordância dentro doDP*. D.E.L.T.A., vol. 20, nº1, pp. 149-170.

MENSCHING. G. (2000) *Infinitive Constructions with Specified Subjects*: A Syntactic Analysis of the Romance Languages. New York: Oxford University Press.

MENUZZI, S. (2000) *First Person Plural Anaphora in Brazilian Portuguese* in COSTA, J. (ed) Portuguese Syntax: New Comparative Studies. New York: Oxford University Press.

MONTEIRO, J. L. (1994) *Pronomes Pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil.* Fortaleza: Edições UFC.

MOURA, D. (2006) *Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas*. Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (UFAL). Maceió: Edufal, v.33, n.00, pp. 87-110.

_____. (2007a) *Casos de concordância no Português Brasileiro*. Conferência proferida no VII Seminário do Projeto "Para a História do Português Brasileiro - PHPB", Univ. de Londrina, Paraná.

_____. (2007b) *A Predicação Copulativa em PortuguêsBrasileiroe em Espanhol.* Revista do GELNE, v. 2, pp. 67-76.

MOURA, D. & MORAIS, G. (2002) *Ler e Escrever:* rumo à compreensão e à interação com o mundo. Maceió: EDUFAL.

NASCIMENTO, M.E.P. (2001) *O uso dopronome **lhe** como acusativo e como dativo em textos informais*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas.

NOYER, R.R. (1992) *Features, positions and affixes in autonomous morphological structure*. PhD. Dissertation, MIT.

NUNES, J.M. (1996) *Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro*. In: KATO & ROBERTS, M. & I (orgs). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

PARROT, J. (2006) *Distributed Morfological Mechanisms of Pronoun-Case Variation*. U. Penn Working Papers in Linguistics, Volume 12.2, pp. 173-187.

PIRES, A.M.G. (2001) *The Syntax of Gerunds and Infinitives:* Subjects, Case and Control. PhD Dissertation, University of Maryland, College Park.

PÖLL, B. (2007) *On the Licensing of Overt Subjects in Spanish Infinitival Clauses*. Probus 19, pp. 93-120.

RADFORD, A. (2004) *Minimalist Syntax: exploring the structure of English.* Cambridge: Cambridge University Press.

ROBERTS, Ian. (2005) *Checking Theory and Minimalist Syntax*. Handout e notas de curso. Universidade Federal de Alagoas.

_____. (2007) *Clitics, Head movement and Incorporation*. Book-lengh ms. Downing College, University of Cambridge.

RODRIGUES, C. (2002) *Morphology and Null Subjects in Brazilian Portuguese*. In LIGHTFOOT, D. Synatctic effects of morphological changes. New York: Oxford University Press, pp. 160-178.

RAPOSO, E. (1987) *Case theory and Infl-to-Comp*: the inflected infinitive in European Portuguese. Linguistic Inquiry, 18(1), pp. 85-109.

_____. (1992) *Teoria da gramática*: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho.

RIBEIRO, I. (2008) *O sujeito nulo referencial no português "popular" brasileiro - século XIX*. Handout. Workshop do Projeto Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística - Variação e gramática: diacronia e aquisição. Campinas.

RITTER, E. (1995) *On Syntactic Categories of Pronouns and Agreement*. Natural Language and Linguistic Theory 13, pp. 405-443.

RIZZI, L. (1988) *The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar*. In: 10th ADVANCED COURSE "LANGUAGE AND COGNITION". Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, pp. 1-20.

_____. (1997) *A parametric approach to comparative syntax*: properties on the pronominal system. HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York : Longman, pp. 268-285.

ROSSATO, S.S. (2005) *O infinitivo flexionado no protuguês do Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.

ROUVERET, A.; VERGNAUD, Jean-Roger. (1980) *Specifying reference to the subject. French causatives and conditions on representations*. Linguistic Inquiry 11, pp. 97-202.

ROUSSOU, A. (2007) *Subjects on the edge*. Ms.

RULLMANN, H. *First and second pronouns as bound variables*. Linguistic Inquiry 35. 2004: 159-168.

SALLES, H.M.M. (2000) *Preposição* para *introdutora de orações infinitivas*. Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), Florianópolis - SC, v. 1, p. 1061-1067.

_____. (2001) *Para (=for) em C no Poruguês Brasileiro.* Handout... 53ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Salvador.

SIGURÐSSON, H.A. (2000) *The locus of case and agreement*. Working Papers in Scandinavian Syntax 65, pp. 65-108.

_____. (2003) Case: Abstract vs. Morphological. In: BRANDNER, E.; ZINSMEISTER, H. (Eds.) *New Perspectives in Case Theory*. Stanford: CSLI Publications.

SILVA, C.R.T. (2004) A natureza de *AGR* e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

_____. (2005) *Double preverbal subjects in French and Brazilian Portuguese: evidence for an asymmetric analysis*. Ms.

SITARIDOU, I. (2002) *The synchrony and diachrony of Romance infinitives with nominative subjects.* Ph.D. dissertation. University of Manchester.

SOTO, E.U.M.S. (2001) *Variação/Mudança do pronome de tratamento alocutivo: uma análise enunciativa em cartas brasileiras*. Tese de Doutorado, UNESP (Araraquara).

SPEAS. M. (2004) *Evidentiality, Logophoricity and the Syntactic Representation of Pragmatic Features*. Lingua 114, nº 3, pp. 255-276.

TORRES MORAIS, M.A.C.R. *A preposição e a caracterização do objeto indireto: aspectos sincrônicos e diacrônicos*. Ms.

WANNER, D. (1987) *The development of Romance Clitic Pronouns: From Latin to Old Romance*. Berlin/New York/Amsterdam: Mouton de Gruyter.

VIKNER, S. (1997) *V°-to-I° movement and inflection for person in all tenses.* In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York: Longman, p. 189-213.

URIAGEREKA, J. (2000) *Some Thoughts on Economy Within Linguistics*. D.E.L.T.A. vol. 16, n° Especial, pp. 221-243.

URIAGEREKA, J. and GALLEGO, A. (2007) *Subjunctive dependents*. Handout. XVII Colloquium in Generative Grammar. Girona.